

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**MARIO DOS SANTOS CRUZ**

**EXPERIÊNCIA ÉTNICA OMÁGUA-KAMBEBA AFIRMADA EM CONTEXTO  
HISTÓRICO, TERRITORIAL E CULTURAL DA ALDEIA TRÊS UNIDOS**

**MANAUS-AM**

**2023**

**MARIO DOS SANTOS CRUZ**

**EXPERIÊNCIA ÉTNICA OMÁGUA-KAMBEBA AFIRMADA EM CONTEXTO  
HISTÓRICO, TERRITORIAL E CULTURAL DA ALDEIA TRÊS UNIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS/UFAM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Ortolan

**Manaus – AM**

**2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C957e Cruz, Mario dos Santos  
Experiência étnica Omágua-Kambeba afirmada em contexto histórico, territorial e cultural da aldeia Três Unidos / Mario dos Santos Cruz . 2023  
131 f.: 31 cm.

Orientadora: Maria Helena Ortolan  
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Etnicidade . 2. Povo Omágua-Kambeba. 3. Cultura. 4. Estratégia sóciopolítica. 5. Direitos indígenas. I. Ortolan, Maria Helena. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**EXPERIÊNCIA ÉTNICA OMÁGUA-KAMBEBA AFIRMADA EM  
CONTEXTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E CULTURAL DA ALDEIA  
TRÊS UNIDOS**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade  
Federal do Amazonas, como requisito em Antropologia social

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof(a). Dr(a). MARIA HELENA ORTOLAN – Presidente/Orientadora - UFAM

---

Prof(a). Dra. IARA TATIANA BONIN – Membro Ulbra

---

Prof(a). Dr. THIAGO MOTA CARDOSO - Membro UFAM

---

Prof(a). Dr. RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA - Suplente UFAM

---

Prof (a) Dra. KÁTIA CILENE DO COUTO – Suplente – UFAM

---

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais, Valdomiro Cruz e Assencionna Cartimaria, e aos meus queridos irmãos, Tomé Cruz, Felipe dos Santos Cruz, Marly Vieira Cruz, Marlucia Vieira Cruz e Edivam Vieira Cruz.

Em especial, dedico esta dissertação aos meus amados filhos, Cristiano Silva Cruz, Bianca Brunessa Silva Cruz e Cristian Rodrigo Silva Cruz.

E com todo meu amor e gratidão, dedico este trabalho à minha querida esposa, Brulnilde dos Santos Silva, pelo incentivo incansável, apoio incondicional e por acreditar em meus esforços, me dando força nos momentos mais desafiadores.

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização desta dissertação.

Primeiramente, quero agradecer ao nosso Deus por Sua constante provisão, pela saúde e proteção que me permitiram concluir este trabalho.

Ao Deus Tururukari, sou imensamente grato por abrir as portas para mim e por ser parte da espiritualidade Omágua-Kambebe. Essa conexão com a espiritualidade foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM), meu profundo agradecimento por oferecerem o ambiente acadêmico e os recursos necessários para a realização deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), que me concedeu uma bolsa de estudo no meu primeiro ingresso no programa. Sua contribuição foi fundamental para minha formação acadêmica.

Ao Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais na Amazônia (NEPTA/PPGAS-UFAM) e a todos que fazem parte deste núcleo, agradeço por compartilharem seus conhecimentos e experiências, e local de estudo para o enriquecendo meu trabalho.

À Aldeia Três Unidos, expresse minha admiração e respeito por ser uma forma de resistência política e por estimular a realização desta dissertação.

Minha orientadora, Doutora Maria Helena Ortolan, merece um agradecimento especial por sua orientação paciente, sabedoria e qualidade nos estudos que me direcionaram nesta pesquisa.

A todos os professores da Pós-Graduação em Antropologia Social, professor Raimundo Nonato, pelas indicações de leitura, à Priscila Faulhaber, especialmente ao professor Thiago Motta Cardoso, pela disponibilidade e incentivos nos estudos.

Ao meu primo, Antropólogo, Andrezinho F. Cruz, por compartilhar de sua experiência acadêmica e me inspirar nessa caminhada.

A todos os interlocutores desta pesquisa, pela disposição na realização desse trabalho. Professor Kambebe, Valdemir da Silva, Diamantina Cruz, André Cruz e Tainara da Costa Cruz.

Ao meu primo, líder do movimento indígena no Médio Rio Solimões, Maurício Cruz de Souza pelos estímulos e incentivos nos meus estudos.

## RESUMO

Esta dissertação examina a "experiência étnica Omágua-Kambeba" na aldeia Três Unidos, analisando as mobilizações étnopolíticas para obter o reconhecimento de sua etnicidade e garantia de direitos, bem como as estratégias empregadas para atingir esse objetivo. A pesquisa etnográfica foi conduzida pelo pesquisador, que também é membro do povo Omágua-Kambeba, e envolveu um diálogo teórico com vários autores, como Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, Frederick Barth, Roberto Cardoso de Oliveira, Ingrid Weber, entre outros. O trabalho de campo incluiu observação, escuta e registro, seguindo as abordagens de Roberto Cardoso de Oliveira, bem como é destacada a importância da vivência pessoal e da memória coletiva no processo de pesquisa e reflexão antropológica, onde o pesquisador reconhece o seu "lugar privilegiado" como membro da comunidade e utiliza sua vivência étnica e memória coletiva como recursos para a pesquisa antropológica. Além disso, a pesquisa interage com diversos agentes da aldeia Três Unidos; incluindo líderes do movimento indígena, professores da Escola Kanata T-ykua e jovens Omágua-Kambeba, considerado neste trabalho autores teóricos que dialogam com os demais, em um campo simétrico. As interações ocorreram por meio de entrevistas, análise documental e interpretação de materiais etnográficos. A dissertação aborda o contexto das dinâmicas das relações interétnicas no Brasil, destacando como os povos indígenas, no caso os Omágua-Kambeba da aldeia Três Unidos, desenvolvem estratégias de afirmação étnica para assegurar seus direitos constitucionais. É enfatizada a necessidade do reconhecimento étnico como condição para acessar políticas públicas essenciais, como saúde e educação, observando até que ponto essas estratégias moldam suas relações sociais em benefício da comunidade e até que ponto são resinificadas. Nesse sentido, a etnicidade é processo de mobilização da identidade étnica em contexto situacional, otimizando a cultura, em resposta às políticas históricas de extermínio cultural, de luta pelo território, bem como um agenciamento orgânico no processo histórico-cultural Omágua-Kambeba.

**Palavras-Chave:** Etnicidade, Cultura, Povo Omágua-Kambeba, Estratégia sociopolítica, Direitos indígenas, Educação escolar Kambeba.

## ABSTRACT

This dissertation examines the "Omágua-Kambeba ethnic experience" in the Três Unidos village, analyzing ethno-political mobilizations to achieve recognition of their ethnicity and guarantee of rights, as well as the strategies employed to reach this goal. The ethnographic research was conducted by the researcher, who is also a member of the Omágua-Kambeba people, and involved a theoretical dialogue with various authors such as Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, Frederick Barth, Roberto Cardoso de Oliveira, Ingrid Weber, among others. Fieldwork included observation, listening, and recording, following Roberto Cardoso de Oliveira's approaches. The importance of personal experience and collective memory in the research and anthropological reflection process is emphasized, where the researcher acknowledges his "privileged position" as a community member and uses his ethnic experience and collective memory as resources for anthropological research.

Furthermore, the research interacts with various agents in the Três Unidos village, including leaders of the indigenous movement, teachers from the Kanata T-ykua School, and young Omágua-Kambeba individuals. These are considered theoretical authors in this work who engage with others in a symmetrical field. Interactions took place through interviews, document analysis, and interpretation of ethnographic materials.

The dissertation addresses the context of interethnic relations dynamics in Brazil, highlighting how indigenous peoples, in the case of the Omágua-Kambeba in the Três Unidos village, develop ethnic affirmation strategies to secure their constitutional rights. The need for ethnic recognition is emphasized as a condition for accessing essential public policies, such as health and education, observing to what extent these strategies shape their social relations for the benefit of the community and how much they are reinterpreted. In this sense, ethnicity is a process of mobilizing ethnic identity in a situational context, optimizing culture in response to historical policies of cultural extermination, territorial struggle, as well as an organic agency in the historical process of the Omágua-Kambeba.

**Keywords:** Ethnicity, Culture, Omágua People, Estratégia sociopolítica, Sociopolitical Strategy, Indigenous Rights, Kambeba School Education.

## **LISTA DE SIGLA**

- COIAB** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- FAS** - Fundação Amazonas Sustentável
- FOREEIA** - Fórum de Regional de Educação Escolar Indígena do Amazonas
- FUNAI** - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GEEI** - Gerência de Educação Escolar Indígena
- JOCUM** - Jovens Com Uma Missão
- ONGs** - Organizações Não Governamentais
- SEMA** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- SEMED** - Secretaria Municipal de Educação de Manaus
- SEMINF** - Secretaria Municipal de Infraestrutura
- SEMSA** - Secretaria Municipal de Saúde
- SESAI** - Secretaria de Saúde Indígena
- SEDUC** - Secretaria Estadual de Educação
- SEUC** - Sistema Estadual de Unidades de Conservação
- UNI-TEFÉ** – União das Nações Indígenas de Tefé
- UNIPI-MSA** - União dos povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes
- UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para Infância

## **Sumário**

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
2 - COMO ME CONSTITUÍ UM OMÁGUA-KAMBEBA .....	12
<b>3 A PESQUISA</b> .....	<b>35</b>
<b>3.1- SOBRE OS INTERLOCUTORES</b> .....	<b>37</b>
<b>3.2 DIÁLOGO COM OS AUTORES</b> .....	<b>40</b>
<b>3.3 EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO</b> .....	<b>44</b>
3.3.1 O EXERCÍCIO DO "OLHAR ETNOGRÁFICO" .....	44
3.3.2 O EXERCÍCIO DO "OUVIR ETNOGRÁFICO" .....	45
<b>4. CONTANDO HISTÓRIAS DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA E TERRITORIAL DOS OMÁGUA-KAMBEBA</b> .....	<b>47</b>
4.1 O PRIMEIRO PROFESSOR OMÁGUA-KAMBEBA.....	47
<b>4.2- A “CULTURA” COMO AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO NAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS</b> .....	<b>49</b>
<b>4.3-UM OLHAR SOBRE A ESCOLA E OS OMÁGUA-KAMBEBA</b> .....	<b>56</b>
<b>4.4- O INÍCIO DA LUTA POR ESCOLA EM TRÊS UNIDOS</b> .....	<b>60</b>
<b>5. AFIRMAÇÃO ÉTNICA DE TRÊS UNIDOS POR MEIO DA ESCOLA OMÁGUA- KAMBEBA</b> .....	<b>65</b>
5.1. MOBILIZAÇÕES PELA ESCOLA: MAIS DO QUE AFIRMAÇÃO DE UM PROFESSOR INDÍGENA .....	65
5.2.A CRIAÇÃO DA ESCOLA RURAL COM PROFESSOR OMÁGUA-KAMBEBA .....	67
5.3- CONHECIMENTO OMÁGUA-KAMBEBA E CAPTURA DA ESCOLA .....	68
5.4.A AFIRMAÇÃO ÉTNICA PELA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA .....	70
5.5.MATERIALIZANDO A AFIRMAÇÃO ÉTNICA: O LIVRO "AUA OMÁGUA- KAMBEBA" .....	71
5.6. A LUTA PELA IDENTIDADE DA ESCOLA INDÍGENA E O DESAFIO DO RECONHECIMENTO: .....	73
5.7. PERÍODO DE FORTALECIMENTO DA AFIRMAÇÃO OMÁGUA-KAMBEBA: SOCIABILIDADE INTERÉTNICA COM A SOCIEDADE NÃO INDÍGENA. ....	76
5.8. A CRIAÇÃO DA ESCOLA KANATA T-YKUA NO MUNICÍPIO DE MANAUS E A PERSPECTIVA EDUCACIONAL DA INTERCULTURALIDADE .....	77

5.9. PEDAGOGIA OMÁGUA-KAMBEBA E AS PRÁTICAS DE ENSINO .....	81
5.10. A INTERNET POR MEIO DA ESCOLA .....	84
<b>6. OUTROS EXEMPLOS DE AGÊNCIA ETNOLÓGICA DE AFIRMAÇÃO ÉTICA DO OMÁGUA-KAMBEBA DE TRÊS UNIDOS.....</b>	<b>89</b>
6.1. AS NOVAS LIDERANÇAS OMÁGUA-KAMBEBA TERRITORIALIZANDO OS ESPAÇOS DIGITAIS .....	89
6.2. AFIRMAÇÃO ÉTICA PELA SAÚDE INDÍGENA .....	100
6.3. TURISMO EM TERRITÓRIO INDÍGENA E AFIRMAÇÃO ÉTICA.....	101
6.4. O CENTRO SOCIAL OMÁGUA-KAMBEBA .....	105
6.5. A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS COMO PROJETO ETNOLÓGICO OMÁGUA-KAMBEBA. ....	107
6.6. TRÊS UNIDOS COMO REFERÊNCIA ETNOLÓGICA PARA OUTROS OMÁGUA-KAMBEBA.....	112
<b>7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>115</b>
<b>8.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>118</b>
<b>9. APÊNDICE .....</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como pesquisador Omágua-Kambeba, analiso as estratégias do meu próprio povo na Aldeia Três Unidos. Abordo etnograficamente como empregamos elementos culturais e identitários como estratégias etnopolíticas para garantir nossos direitos constitucionais como indígenas. Revelo a persistência histórica da busca pelo reconhecimento étnico como um meio de assegurar nossos direitos no Brasil, enfrentando desafios relacionados a estereótipos e preconceitos.

No contexto das relações interétnicas, considerando essas relações como um campo de poder, nós, Omágua-Kambeba da Aldeia Três Unidos, desenvolvemos estratégias para enfrentar desafios étnicos e proteger nossos direitos constitucionais. Isso levanta perguntas cruciais sobre até que ponto estamos moldando as estruturas sociais em benefício de nossos interesses étnicos e até que medida estamos sendo influenciados pelo ambiente que nos cerca. Também problematizo a efetividade dessas estratégias em relação à valorização de nossa identidade cultural e à garantia de nossos direitos constitucionais.

Minha pesquisa de Mestrado em Antropologia Social é motivada por questões históricas, minha participação no movimento indígena e meu papel como líder na comunidade. Ela incorpora entrevistas com líderes indígenas, professores e jovens da aldeia, além de análise documental, com o objetivo de compreender as dinâmicas de afirmação étnica Omágua-Kambeba, especialmente no contexto educacional, e nossa interação com o poder nas relações interétnicas. A pesquisa se embasa em um diálogo teórico com autores influentes que exploram a etnicidade, como Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998), Manuela Carneiro da Cunha (1986), Frederick Barth (1928) e Roberto Cardoso de Oliveira (1976). Esses teóricos contribuem para a compreensão da complexidade de nossa identidade étnica, ressaltando a relação entre definições constituídas nas relações comunitárias e nas relações interétnicas, a importância da comunicação étnica em um contexto mais amplo e a conexão de nossos eventos culturais com sistemas simbólicos e sociais mais abrangentes. Além disso, a leitura que fiz de Alcida Rita Ramos (2018) oferece-me oportunidade de refletir sobre as influências do indigenismo profissional na imagem dos povos indígenas.

Defini como propósito da minha Dissertação compreender as estratégias culturais e de representações identitárias adotadas pelos Omágua-Kambeba na aldeia de Três Unidos para consolidar nossos direitos constitucionais como povo indígena perante o Estado

brasileiro. Esta pesquisa busca analisar as estratégias de afirmação étnica dos Omágua-Kambeba de Três Unidos, levando em conta minha posição como membro ativo da comunidade e pesquisador. Farei etnografia sobre ações etnopolíticas em relação à criação de uma escola indígena e também abordarei incorporação das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) na Escola Kanata T-ykua. Apresentarei uma análise das estratégias que fizeram dos Omágua-Kambeba de Três Unidos uma referência para outros grupos da mesma etnia em busca de reconhecimento étnico e defesa de direitos constitucionais.

A Dissertação está organizada em seis capítulos, divididos em subcapítulos, que exploram diferentes aspectos da pesquisa, incluindo reflexões pessoais, objetivos, papel dos interlocutores, diálogo com autores relevantes, exercício etnográfico, dados históricos, conceito de cultura, cultura como afirmação territorial, análise educacional, luta por uma escola em Três Unidos, outras agências de afirmação étnica na aldeia e uma conclusão que reúne os principais achados da pesquisa.

### *O Encantamento da Cobra-grande*

“Omágua” significa “povo que surgiu da água”. Também são descritos como grandes conhecedores dos rios, um povo ligado diretamente aos rios. Essa relação permite que a dinâmica histórica e cosmológica desse povo tenha uma referência conectada ao universo aquático, os encantados. Na aldeia Três Unidos, é comum ouvirmos histórias sobre a Cobra-grande, Caruara, Boto, Onça-d'água, entre outras relacionadas à água. No entanto, para este trabalho, quero chamar a atenção especificamente para uma entidade que ganha destaque nas conversas na comunidade: a cobra-grande! Que, a meu ver, possui uma conexão muito forte com o que esta dissertação apresenta.

A cobra-grande é uma entidade que é carregada por uma rica tradição oral entre as crianças, os jovens e os adultos. Cito aqui um momento dessas conversas, onde o assunto era o pescador encantado pela cobra-grande. Após o término da história, meu tio Valdemir da Silva explicou as características de caça da cobra-grande:

Olhem, crianças, a cobra-grande atrai a caça. Ela não ataca diretamente; ela espera com paciência e lança seu ímã. A caça, quando está atraída, não percebe nada e começa a andar em círculos até parar na boca da cobra. É assim que ela captura os animais. No passado, a cobra-grande levava as pessoas dessa maneira. A pessoa ficava enfeitiçada, atraída. Os remansos nos rios se transformavam em cidades, e se alguém entrasse e comesse a comida que ofereciam, tornava-se encantado. Aqueles que retornavam já vinham como sacacas ou pajés; eles aprendiam lá. Existem muitas histórias que falam sobre isso (Contado no dia 20 de agosto de 2023, em momento de contação de história).

É sobre esse processo de encantamento, de atrair as pessoas nas relações de poder, que esta dissertação explora a experiência étnica Omágua-Kambeba, contextualizada na história, cultura, cosmologia e território da aldeia Três Unidos.

## 2 - COMO ME CONSTITUÍ UM OMÁGUA-KAMBEBA

No sentido de compreender a minha trajetória como um Omágua-Kambeba<sup>1</sup>, preciso trazer o processo histórico da minha família e as lutas para a demarcação de duas Terras Indígenas na região amazônica do Médio Rio Solimões, a Terra Indígena de Jaquiri e a Terra Indígena de Igarapé-Grande. Para isso me coloco como interlocutor da história do povo, pois convivi diretamente com os principais protagonistas Omágua-Kambeba - os meus pais -, dos quais ouvi muitas vezes os relatos. Lembro-me nitidamente que meu pai, Valdomiro Cruz (1919 a 2014), contando da trajetória para chegar à nossa aldeia Três Unidos. Falava da sua infância, de sua família, onde moravam, e sempre dando ênfase em locais pontuais, como por exemplo a aldeia do Capote e a ilha do Mapãna<sup>2</sup>, destaco que essa ilha é localizada onde atualmente é o território do município de São Paulo de Olivença. Segundo meu pai, foram seus familiares – pais, tios, entre homens, mulheres e crianças – que construíram um aterro com um metro de altura e o tornaram uma ilha elevada acima do nível do rio. Era uma forma encontrada para preservar o cultivo de suas atividades de consumo e não ficarem submersos nas enchentes do Rio Solimões. Ele destaca que esse aterro tinha uma estrutura de toras de árvores organizadas uma ao lado das outras, forradas com cascas das árvores conhecida como mungubeira e, por último, uma camada espessa de terra prensada. Para segurar a estrutura foram plantadas muitas árvores, principalmente as de seringueiras. A ilha do Mapãna tinha cerca de 300 metros de comprimento.

Outro fato marcante foi a epidemia de tuberculose no povo. Com um alto número de transmissão, pelo fato do consumo de uma bebida tradicional, a caiçuma<sup>3</sup>, ser fermentada por meio da saliva humana. Assim as pessoas foram adoecendo e morrendo.

Com medo abandonaram sua terra, e foram descendo o Alto Rio Solimões, inclusive a minha família. Assim, foram morar em outros lugares estranhos às suas terras

---

<sup>1</sup>Uso a expressão Omágua-Kambeba em antítese ao termo Kambeba, já que este é um apelido dado aos Omágua por deformarem artificialmente o crânio - hipótese ainda a ser estudada, ao que pode ligar ou não os Omágua aos Aparias. Dado isso, aglutinaram na língua Geral as palavras Kanga (cabeça) e Peba (chata) Kanga+peba = Kambeba, que significa cabeça chata. Hoje em dia, não se pratica esta tradição. Omágua, que significa povo das águas, é usado num campo mais político, no sentido de resistência e afirmação de um povo. Enquanto Kambeba continua sendo muito usado nas literaturas em geral e popularizado nas falas cotidianas.

<sup>2</sup> Esta ilha Mapãna pode ser umas das encontradas e confirmadas por arqueólogo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

<sup>3</sup> Bebida tradicional feita de macaxeira fermentada. Muito utilizado nas festas da aldeia Três Unidos.

tradicionais. E com o convívio em outras terras adotaram novos hábitos, alguns morando em terra firme, longe do rio e outros em igarapés.

Nesse tempo, meus familiares morreram em sua maioria devido à tuberculose, para se ter uma média, dos oito irmãos do meu pai, apenas ele sobreviveu. Contava que o remédio tradicional não foi suficiente para salvar seus familiares, por isso buscou ajuda da medicina do não indígena, “pois a doença era parte deles”.

Em meados dos anos de 1930, a pequena família de Valdomiro Cruz e Assenciona decidiu ir em busca de assistência médica e educação escolar para os filhos. Era a alternativa de salvar suas vidas. Abandonando sua casa, seu território, seus laços afetivos na região do município de São Paulo de Olivença, passaram a morar próximo à cidade de Fonte Boa (AM), especificamente nos lugares Anarucú, Buiçúzinho, Furado, Ilha do Araiaué, ambos no Município de Fonte Boa (AM). Tempos mais tarde, desceram ainda mais o Rio Solimões, entre os municípios de Uarini, Alvarães e Tefé, onde hoje se localizam as aldeias de Jaquiri e Igarapé-Grande, no Médio Rio Solimões.

Ao longo desse tempo, ele me dizia que foi um período onde viu seus filhos crescerem e terem suas próprias famílias. Mas, não afirmavam para o outro o pertencente ao povo, falar da identidade Omágua-Kambeba somente entre a família, e rara vezes. O pertencimento étnico não garantia respeito, mas sim marginaliza ainda mais. Negando a identidade Omágua-Kambeba para o opressor, no entanto, mantinham a referência do povo em suas memórias, e organização interna. E isso chega até 1970, no Município de Tefé (AM).

Nesse tempo, a condição de viver estava baseada numa relação direta com o uso da terra. Nas conversas com meus pais ou em momentos de reuniões comunitárias, apontavam a importância da terra. Esse processo que delimito entre os anos de 1930 a 1980, Valdomiro Cruz, junto com seus oito filhos André Cruz, Dercina Cruz, Raimundo Cruz, Maria das Dores Cruz, Maria de Fátima Cruz, Diamantina Cruz, Maria José Cruz e Cosma Cruz, tinham sua base econômica muito ligada na extração de madeira, na pesca do pirarucu, do peixe liso. Onde eram vendidos ou escambo<sup>4</sup> para regatões (comerciantes locais). Segundo ele, essa atividade “dava apenas para comprar o açúcar e o café”. Um período que viveram em “terras de seus patrões” (coronéis), para os quais era uma obrigação venderem seus produtos. Para evidenciar a minha fala, trago o texto de Mestrado

---

<sup>4</sup> O escambo é um sistema de troca direta de bens ou serviços, onde não há o uso de dinheiro como moeda de troca. Esta prática, que remonta aos primórdios da civilização humana, é caracterizada pela sua antiguidade. No escambo, o valor de cada bem ou serviço é determinado pela sua utilidade e raridade.

da “parenta”<sup>5</sup> Márcia Omágua-Kambeba, que elucida essa linha histórica dos Omágua-Kambeba.

O século XIX foi para os Omágua-Kambeba um período de silêncio perante a história oficial. Em meados do século XVIII os Omágua-Kambeba já estavam reduzidos a pequenos grupos familiares. Para continuar vivendo e sobrevivendo nas ilhas e várzeas do alto Amazonas, foi necessário negar sua identidade étnica e se assumir como caboclo, ou seja, como não índio para fugir das pressões e perseguições e discriminações que os afligiram, então, foram obrigados a se colocar como membros do processo civilizatório. (SILVA, 2012, p.70)

Em 1971, no Médio Rio Solimões, a partir de uma assembleia realizada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na aldeia Miratú, meu pai Valdomiro Cruz afirmou ser Omágua-Kambeba.

No mesmo trabalho de Mestrado, Márcia Vieira da Silva, apresenta a fala de Valdomiro Cruz, enfatizando a quebra do silêncio sobre os Omágua-Kambeba, a autoafirmação do povo:

Eu estava em uma reunião na aldeia do Miratú, onde todos os índios foram chamados para se reconhecer né, quem era índio e quem não era, e conforme a etnia eles davam a terra. Tinha cinco padres, a FUNAI de Tefé, e 19 tuxauas. Dos 19 tuxauas, só quatro tuxaua falavam a língua indígena contando comigo. Falavam que eu andava mentindo que eu não era índio, que eu me pareço como japonês né, aí eu não sei, só sei que quando fui chamado já tinha falado quase todos. Fui chamado por derradeiro, disseram: agora vamos ver o tuxaua do Jaquiri, Aí repararam minha mão, meus dedos, aí perguntaram: como seu pai chamava comida, eu disse: chamavam “uryneio, saneyo”. Aí perguntaram qual era a religião de seus pais, eu falei: Católica, meus parentes sempre foram católico. Ainda tenho uma imagem de Nossa Senhora da Saúde que minha mãe trouxe do Peru. Aí perguntaram se eu sabia cantar algum hino que cantaram na época dos meus pais, aí eu cantei. Eles bateram palma. Aí o padre perguntou: e como se chama aquilo que sobe preto no céu? Aí eu falei: “amanatwasuny”(vem temporal grande), aí pararam que tinha muita gente né, aí bateram palma e passaram adiante e fui aprovado Omágua-Kambeba [...] (2012, p. 103).

É importante ressaltar que, no início da década de 1980, os territórios circundantes à comunidade de Jaquiri passaram por uma transformação significativa com a criação da Estação Ecológica Mamirauá/EEM<sup>6</sup>. Nesse contexto, a ideia de valorização da terra ganhou destaque ainda mais, contando com a nossa influência e de outros povos indígenas da região. No entanto, as regulamentações específicas de uso dos recursos naturais,

<sup>5</sup> O termo “Parenta”, neste caso, está sendo usado por compartilharmos da mesma etnia específica. Os termos “parente” ou “parenta” também costumam ser usados para se referir a identidade genérica de “indígena”.

<sup>6</sup> Criada como Estação Ecológica em 1990, Mamirauá foi transformada numa inédita categoria de unidade de conservação em 1996: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Mamirauá tornou-se então uma referência exitosa do manejo sustentado dos recursos naturais com ampla participação das comunidades locais. ([Mamirauá: paisagens de uma floresta alagada - \(\(o\)\)eco \(oeco.org.br\)](http://mamiraua.org.br) )

estabelecidas de acordo com políticas ambientais, não levavam em consideração as práticas econômicas praticadas naquela época pelos Omágua-Kambeba. Para a comunidade, essa situação era percebida como uma imposição que afetava diretamente suas atividades econômicas, como a venda de peixes e madeira. Diante disso, em busca de assegurar seu território, e a forma de territorializar-la, empreendemos esforços para apresentar ao Estado, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), nossa identidade como um povo e nossas raízes, especialmente a língua materna. Esse processo se tornou um meio crucial de tornarmos visíveis aos olhos do Estado e de reivindicamos direitos, principalmente pela terra, educação e saúde. As lideranças daquela época compreenderam que somente por meio desse reconhecimento e afirmação cultural poderiam garantir o território, tornando-o independente das interferências da Estação Ecológica Mamirauá.

[...] mas à medida que tomaram conhecimento das atribuições da FUNAI e de suas relações como às políticas ambientais passaram a buscar boas relações com as agências da sociedade envolvente e se reconhecer no seu território agora identificado e delimitado conforme os procedimentos institucionais, sua autoafirmação implicou em uma autovalorização positiva, que se fez notar em termos da diminuição de mortes e aumento de nascimento. (Faulhaber, 1996, p.5)

Iara Tatiana Bonin, que constitui como minha interlocutora por ser umas das primeiras pesquisadoras do Povo Omágua-Kambeba no Médio Rio Solimões e Baixo Rio Negro, nos anos 80 e 90, destaca que:

A força desse grupo da família Omágua-Kambeba no caso seu Valdomiro, do Raimundo e do André e filhos, o Mariano, o Tomé tinha na organização era uma coisa impressionante, junto com os Mayoruna, seu Lourival era o cacique e o Midas era o filho dele. Andavam juntos, era uma gurizada mesmo, estou falando é de pessoas ali de 18 a 25 anos. (...) O André era um negociador impressionante. Eu aprendi muito, uma pessoa que conseguia articular, mobilizar as pessoas para luta indígena. Eu acho que os Omágua-Kambeba têm uma importância fundamental ali no Médio Rio Solimões, por exemplo, na afirmação étnica de várias comunidades dali do entorno que não se declararam indígenas, na época que trabalhei ali. Então, por exemplo, subindo o rio, depois do Jaquiri tinha o Miratú e ainda depois tinha o Tupã Supé, e uma série de outras comunidades que eram reconhecidas em territórios, elas eram chamadas de ribeirinhas e se viam como ribeirinhas. E foi essa persistência da presença dos Omágua-Kambeba, por meio principalmente do André, mas não só, indo nas comunidades, conversando, e o André tinha uma coisa assim incrível: Ele chegava no lugar, sentava, se misturava, tomava café. Daí ele ia de casa em casa, tomava café, mas tomava café não de guloso, ele comia com as pessoas, conversando, caminhando junto, indo na roça. Esse gesto tinha a ver com essa pedagogia que é própria dos Omágua-Kambeba. É um povo, do meu ponto de vista, extremamente articulador. Era impressionante, nessas viagens. Eles trocavam sementes, de todos os tipos. E isso é cultural. Os Omágua-Kambeba tem uma coisa para dentro, de se estruturar, de resistir, mas eles são fundamentais na organização para fora, estratégicos na organização para fora. E falo mais, no Jaquiri, o Raimundo era o tuxaua, uma coisa muito importante de ser registrada naquela região naquele período. Havia os políticos que levavam para as comunidades luz elétrica, antena parabólica, eu me lembro assim que a entrada da televisão, da luz elétrica causou assim naquele contexto uma série de complicações, problemas na dinâmica da vida

pessoas, dos indígenas. Por exemplo, as noites que eram dedicadas à reunião, a festas, ou dança, passaram a ser momentos de congregar para assistir televisão. Eu lembro que as comunidades ali, Barreira da Missão do meio, eles assistiam muito aquelas novelas, SBT [refere-se ao Canal de Televisão], as novelas latinas americanas, eles se reuniam para assistir novela, não que isso tenha perturbado a cultura, não que as pessoas se tornassem menos indígenas, mas eu estou te contando isso para dizer que, naquele contexto, o Jaquiri foi uma comunidade que resistiu por muito tempo a aceitar um motor de luz. Eu estou contando para assinalar a força, nesse sentido de afirmação étnica, que os Omágua-Kambebe sempre tiveram. Por que eles resistiam? O Raimundo que encabeçou muito isso por muito tempo. Embora a luz fosse importante, o risco de que isso alterasse os fluxos culturais, o modo da comunidade funcionar, por um longo tempo, essa foi uma estratégia de resistência dos Omágua-Kambebe e de afirmação étnica mesmo. Então aqui não vai ter porquê aqui é uma comunidade indígena. Porque aqui a gente precisa fazer as nossas crianças aprenderem as nossas histórias, escutar os nossos mais velhos, tem um princípio pedagógico nessa resistência. (...) Foi lá que conheci o Valdemir da Silva, a Babá, a Teca. Foi pela admiração e pela força dos Omágua-Kambebe, que quando eu entrei no mestrado em 97, pensei: vou para o Jaquiri. (...). Vou te lembrar que, naquela época, a Constituição Federal tinha sido promulgada. A década de 90 era uma época que o Estado brasileiro estava se organizando de acatar os direitos indígenas. (...) e foi naquele momento que eu conheci a Aldeia Três Unidos, entrei em contato, primeiro com o André, com os meninos, com o Tomé, em Brasília, perguntei do seu Valdomiro e da D. Assenciona e ele disse: "Olha, eles não estão mais morando no Jaquiri, estão morando numa comunidade perto de Manaus, que se chama Três Unidos" (Entrevista concedida a mim em 29 de junho, por meio on line).

Com este breve histórico sobre a minha família, contada a partir das experiências do meu pai Valdomiro Cruz e em diálogo com pesquisadores, digo que nunca deixamos de ser Omágua-Kambebe. Inserir no mercado econômico não indígena foi um fator de necessidade e, de certa forma, contribuiu para a nossa existência no contexto interétnico da região. Compreendo, fazendo minha pesquisa, que nosso sistema econômico precisa ser considerado historicamente como dinâmico e estratégico, o que significa ser importante analisar com bastante cuidado as alterações que geraram em nós para não dizer com simplicidade que perdemos nossos referenciais culturais. Destaco que foram processos vividos por meus pais, no entanto, fizeram parte da minha construção de pessoa Omágua-Kambebe enquanto um integrante do povo.

Sigo aqui narrando o que considero a segunda parte do nosso processo histórico, importante para ampliar a compreensão de como me constituí Omágua-Kambebe, por sermos resultado de um processo histórico interligado pelas mais diversas relações sociais. Após a terra de Jaquiri ser reconhecida como território dos Omágua-Kambebe, na década de 1980 (vale ressaltar que somente em 1991 a Terra Indígena foi demarcada), a atividade econômica concentrou-se na pesca, no cultivo da juta, milho, melancia, macaxeira e

mandioca<sup>7</sup> (*Manihot esculenta*), agora sem a venda de madeira. E isso deu condições para construções de casas maiores e por cada família, aumento da natalidade e o início de uma mobilização política que garantisse escola e assistência à saúde.

Destaco aqui a construção da escola como um momento significativo da nossa comunidade de Jaquiri, pois representava um passo importante à valorização da nossa cultura por um instrumento do governo, além de atender a demanda do nosso povo por acesso ao ensino escolar. O primeiro professor que tivemos foi o meu tio André Cruz, filho de Valdomiro Cruz, liderança admirada da nossa aldeia.

Raimundo Cruz, também filho de Valdomiro Cruz, também desempenhou um papel fundamental como agente de saúde na aldeia, o primeiro agente de saúde contratado pelo Estado. Sua presença e apoio foram essenciais para garantir o bem-estar e a saúde dos membros da comunidade. Uma conquista que meu pai Valdomiro Cruz almejou anos atrás.

É importante ressaltar que a aldeia Jaquiri foi a primeira a ser reconhecida pelo Estado brasileiro como Terra Indígena do Povo Omágua-Kambeba. Esse reconhecimento foi um marco histórico para o nosso povo, após a dizimação de grandes localidades que enfrentamos ao longo dos anos.

Durante esse período, enfrentamos muitos desafios, mas também conquistas e inovações. Esse processo histórico pode ser denominado como uma resiliência<sup>8</sup> com resistência étnica situacional, pois agregamos aqueles bens que facilitam as atividades do dia a dia, bem como as políticas sociais, como saúde, educação e terra. Por outro lado, em oposição às políticas assimilacionistas e integracionistas, resistimos com nossa identidade, conquistas essas que nos encheram de orgulho e renovaram a nossa esperança no futuro.

Com a perspectiva de vida aumentando no território de Jaquiri, o povo crescendo, articulação com outras aldeias, o povo de Jaquiri foi se fortalecendo politicamente. Por meio dos encontros os povos, viram a necessidade aumentar as produções agrícolas. Tendo em vista a proximidade com a cidade de Tefé (AM) e Alvarães (AM), com crescente interação

---

<sup>7</sup> Biologicamente, ambos são tubérculos da mesma espécie, a *Manihot esculenta*. No entanto, para os Omágua-Kambeba, esses dois alimentos são distintos e são caracterizados por adjetivos opostos. A macaxeira é considerada "mansa" devido à sua capacidade de ser consumida de forma relativamente simples, seja crua ou com um preparo mínimo. Ela não requer um processo extenso para torná-la segura para o consumo. Por outro lado, a mandioca é vista como "braba" porque exige um preparo específico e rigoroso antes de ser consumida. A mandioca contém substâncias tóxicas que podem ser perigosas se não forem devidamente removidas. O consumo in natura da mandioca pode ser prejudicial à saúde e até mesmo letal.

<sup>8</sup> A resiliência é a capacidade de uma pessoa ou sistema de lidar com adversidades, superar desafios e se adaptar positivamente a situações difíceis. Ela envolve a capacidade de enfrentar o estresse, a pressão, a tragédia ou a adversidade e, em vez de serem destruídos por essas situações, sair delas mais fortes e mais capazes. A resiliência não significa que as pessoas ou sistemas são invulneráveis, mas sim que têm a capacidade de se recuperar e crescer a partir das experiências desafiadoras.

com sociedade não indígena, houve ofertas de apoios financeiros por parte dos bancos, os quais fomentaram recursos para auxiliar no cultivo e assim realizar os grandes roçados comunitários.

Em 1982, a comunidade Jaquiri buscou uma solução financeira para impulsionar seu desenvolvimento com o auxílio da Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER). Nesse sentido, decidiram realizar um empréstimo, utilizando como garantia os roçados comunitários que cultivavam, com culturas como feijão, milho, banana e mandioca. O plano tinha o objetivo de alavancar a produção e melhorar as condições de vida da comunidade. No entanto, infelizmente, esse plano não teve o resultado esperado. A comunidade Jaquiri enfrentou uma das maiores alagações da história da região, o que resultou na perda total de toda a produção agrícola. As enchentes devastaram os roçados, deixando a comunidade em uma situação desafiadora.

Para compreender melhor esse momento crucial, a antropóloga Priscila Faulhaber mergulhou em detalhes. Sua pesquisa revela o impacto profundo que essa adversidade teve na comunidade. As famílias se viram diante de uma grande perda econômica e enfrentaram enormes dificuldades para se recuperar.

Os membros dos povos indígenas foram financiados por programa de créditos agrícolas vinculado ao PROTERRA, direcionado ao pequeno produtor. Com o crescente aumento de juros, as populações ribeirinhas mostravam-se insatisfeitas com o financiamento, pois eram manipulados por comerciantes e aviadores. [...] com as grandes alagações de 1982 destruíram todas as safras das várzeas, 99% dos financiados viram-se impossibilitados de pagar as dívidas contraídas com o banco (1986, p. 10)

Essa situação evidencia a importância de compreender o contexto histórico e as condições desafiadoras que a comunidade Jaquiri enfrentou naquele momento. A superação dessa adversidade exigiu resiliência e uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento, visando garantir a segurança e a sustentabilidade da comunidade diante de futuros desafios.

Impactados economicamente e cientes da necessidade de garantir a colheita de suas produções, nós, Omágua-Kambeba, compreendemos que encontrar um local livre das enchentes era fundamental para quitar nossa dívida com o banco. Procurávamos uma terra firme, onde as enchentes não fossem um obstáculo. Após uma busca de seis quilômetros rio abaixo, pelo Rio Solimões, chegamos ao município de Alvarães (AM), onde encontramos uma área conhecida como Igarapé-Grande. Essa terra, considerada abandonada por

coroneis<sup>9</sup> portugueses da família Gonçalves, foi prontamente ocupada por nós, estabelecendo nossas roças e plantações de alimentos.

Uma vez estabelecidos em Igarapé-Grande, iniciamos um movimento para o reconhecimento oficial da terra. Meu pai costumava contar para mim que, nessa época, já possuíamos experiência e conhecimento da legislação indigenista, em especial a lei 6001/1973 (Estatuto do Índio). Meu pai, junto com meus tios Raimundo Cruz e André da Cruz, lideraram o movimento pela demarcação da terra, que, infelizmente, só se concretizou em 2004.

Essa luta árdua e persistente demonstra a importância de conhecer e utilizar os instrumentos legais disponíveis para a proteção dos direitos indígenas. Ao longo dos anos, enfrentamos adversidades e desafios, mas a determinação de minha família e de nossa comunidade resultou na conquista do reconhecimento oficial de nossa terra, proporcionando-nos segurança e estabilidade para continuar cultivando nossos alimentos e preservando nossa cultura ancestral.

Lembro das reuniões familiares onde meu pai nos contava sobre a luta para adquirir as duas terras demarcadas. A maior justificativa para garantir a demarcação do território estava no pressuposto que as terras de várzea (Jaquiri) seriam para garantir o peixe, caça (subsistência) e o cultivo de plantas de curto ciclo. A terra firme (Igarapé-Grande) seria para o cultivo de outros bens de raízes com rentabilidade e garantia da colheita de seus produtos como a pupunha, o cupom-açú, purumã, mandioca, castanha, abiu, açaí e a cana. Dessa forma, as áreas de várzea e de terra firme tornaram-se um só território Omágua-Kambeba .

Para ocupar as duas terras de forma produtiva e cumprir as metas de pagamento ao banco, as famílias foram divididas estrategicamente. O povo foi dividido desta maneira: metade foi morar na aldeia no Igarapé-Grande, localizada no lago de Alvarães, e a outra metade permaneceu em Jaquiri: "Igarapé-Grande é para o plantio da roça e Jaquiri é pela fartura de peixe, mas o povo é um só, não terá divisão!" (conversa oral feita aos parentes em 1998). Esse território foi estratégico para o desenvolvimento econômico e existência do povo Omágua-Kambeba.

Minha história, enquanto vivenciador dos fatos, começa na aldeia Igarapé-Grande, localizada no município de Alvarães (AM). Nasci nesse contexto e tive o privilégio de testemunhar de perto a mobilização da nossa comunidade em busca da demarcação do

---

<sup>9</sup> No contexto da história da exploração da borracha na região amazônica, o termo "coronéis de seringais" refere-se aos grandes proprietários de terras e seringais que detinham grande poder e influência econômica durante o auge da indústria da borracha no final do século XIX e início do século XX.

território. Sou um professor indígena e, ao longo da minha vida, fui criado pelos meus avós maternos.

A ausência da minha mãe, que trabalhava como empregada doméstica na cidade de Manaus, fez com que meus avós Valdomiro Cruz (1919-2014) e Assenciona Cartimaria dos Santos (1924-2018) assumissem formalmente a responsabilidade de me criar. Em virtude disso, sou registrado como filho deles, o que me coloca legalmente como irmão de minha mãe biológica.

A influência e os ensinamentos deste casal, meus pais Valdomiro Cruz e Assenciona Cartimaria dos Santos, desempenharam um papel fundamental em minha vida. Eles foram fonte de sabedoria, transmitindo valores, conhecimentos e tradições que moldaram minha identidade como indivíduo e como membro da comunidade Omágua-Kambeba. Através dos ensinamentos de meus pais, pude compreender a importância da nossa cultura, da valorização das nossas terras e do fortalecimento da educação entre o nosso povo. Eles inspiraram-me a seguir o caminho do ensino para que eu pudesse contribuir para o empoderamento e a valorização da nossa comunidade, através do compartilhamento de conhecimentos e da promoção da educação indígena.

Assim, é com gratidão e orgulho que reconheço a influência e o legado deixado por meus pais, Valdomiro Cruz e Assenciona Cartimaria dos Santos, na minha trajetória pessoal e profissional como professor indígena. São eles os alicerces da minha história e da minha identidade como membro do povo Omágua-Kambeba.

E com base nos ensinamentos transmitidos por Valdomiro Cruz, meu pai, aprendi a enxergar o mundo de uma maneira peculiar. Ele buscava orientar seus filhos e netos, compartilhando sua sabedoria e experiência. Nasci em 1989, como já citei era um período marcado pelas grandes mobilizações indígenas e pró-indígenas. Dentro da nossa família Omágua-Kambeba, a consciência sobre nossa cultura e a importância da terra era difundida internamente, criando um ambiente propício para que crianças e jovens absorvessem esses conceitos.

No ano de 1990, nossa família decidiu migrar para a cidade de Manaus em busca de assistência médica mais especializada para meu pai. No entanto, após receber um prognóstico desfavorável dos médicos, meu pai, Valdomiro Cruz, negociou com seu sobrinho, Paulo Marinho, filho de Manoel Cruz e irmão de Valdomiro, a aquisição de um lote de terra próximo à cidade. Essa decisão foi motivada pelo desejo de meu pai de não ser sepultado na cidade. O local escolhido, anteriormente conhecido como Três Unidos,

situava-se às margens do rio Cuieiras, no Baixo Rio Negro, a 60 quilômetros da cidade de Manaus.

Em 1991, meus tios, Valdemir da Silva e Diamantina Cruz, após enfrentarem a trágica perda de sua filha de sete anos, que havia engolido uma moeda, decidiram deixar a aldeia Igarapé-Grande e se juntaram-se a nós em Três Unidos. Eles foram os primeiros a estabelecerem as primeiras casas de moradia nesse novo local.

Essa mudança para Três Unidos representou uma nova fase em nossas vidas, cheia de desafios e adaptações. Com a determinação de assegurar o território e ao mesmo tempo preservar nossa cultura e fortalecer nossa vivência, estabelecemos as bases para a construção de um novo lar e para a continuidade de nossas tradições como povo Omágua-Kambeba. A união e o apoio mútuo foram fundamentais nessa jornada de estabelecimento e resistência em Três Unidos, pois na época havia muito preconceito pelas próprias comunidades vizinhas. E os indígenas que lá moravam não assumiram sua identidade. Digo que, assim como no Médio Rio Solimões, nós Omágua Omágua-Kambeba fomos o ponto inicial de articulação e a encorajar outras comunidades a se autodeclararem indígenas.

A partir desse momento, nós, Omágua-Kambeba, logo buscamos o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai<sup>10</sup>) para obter o reconhecimento de Três Unidos como território indígena. No entanto, enfrentamos o desafio de provar que éramos de fato indígenas. Esta questão sempre foi enfatizada por meu pai e meus tios, que costumavam dizer: "Só é índio quem tem cultura". Um momento importante que destaco nesse período foi a negociação que meu pai fez com a pesquisadora Iara Tatiana Bonin, que pretendia realizar sua Dissertação na aldeia Três Unidos: só poderia realizar a pesquisa, se ela compromete a levar um documento reivindicando o reconhecimento da terra para a Fundação Nacional do Índio em Brasília. Proposta aceita, a pesquisa rendeu mais tarde um livro intitulado "Aua Kambeba que tornou-se um símbolo da identidade do povo Omágua-Kambeba e ao mesmo tempo, o reconhecimento da terra pelo governo.

Nesse contexto, articulou-se uma movimentação na comunidade, todas as crianças da minha idade foram incentivadas a aprender e vivenciar nossa "cultura", dando destaque a elementos culturais diacríticos. Isso envolvia o aprendizado da língua indígena, as danças, músicas, grafismos e a história do nosso povo. Esses elementos eram transmitidos como tradição tanto no convívio familiar quanto na pequena sala de aula improvisada na

---

<sup>10</sup> Atualmente denominada Fundação dos Povos Indígenas.

casa do meu tio. Aprender e preservar esses aspectos culturais tornou-se fundamental para demonstrar que possuíamos uma identidade cultural rica e autêntica.

Essa busca pela valorização da cultura e das tradições tinha um propósito claro: mostrar que éramos um povo indígena com uma herança cultural distintiva. Ao nos dedicarmos a aprender e praticar essas tradições de forma programática, estávamos construindo uma base sólida para comprovar (externar) nossa identidade e fortalecer nossa reivindicação como povo indígena de Três Unidos.

A valorização da cultura com transmissão de tradições tornou-se uma parte essencial de nossa jornada em busca do reconhecimento oficial do nosso território. Ao abraçarmos nossas raízes e compartilharmos nossa cultura com as gerações mais jovens, estávamos construindo um legado que comprovaria nossa existência como povo indígena e nos permitiria reivindicar nossos direitos e a proteção de nossas terras. Essa concepção de ver o mundo do branco, me faz concordar com a antropóloga Ingrid Weber. “é significativa a noção de cultura que vem sendo apreendida pelos Kaxinawá, qual seja, do que é concebido como indígena a partir da perspectiva dos brancos” (Weber, 2006 p.145)

Após morar na aldeia Três Unidos por oito anos, em 1999, minha família foi novamente atingida por uma tragédia. Minha mãe biológica, Maria José, faleceu aos 33 anos devido a complicações na gestação, especificamente eclâmpsia. Essa perda ocorreu em um momento delicado, pois enfrentávamos também uma epidemia de malária na região.

Diante dessa situação dolorosa e buscando apoio familiar, meus pais decidiram retornar para a aldeia Jaquiri. Com a idade de 11 anos, cheguei a esse território e passei a conviver com fortes estímulos para me envolver nos eventos do movimento indígena. Participava de reuniões comunitárias, oficinas, assembleias e, principalmente, recebia formação para desenvolver habilidades de liderança. Esse período foi marcado por um intenso aprendizado sobre a agenda e os objetivos do movimento indígena organizado.

Vale ressaltar que, durante minha morada na aldeia Jaquiri, enfrentei desafios em relação à minha educação escolar. A escola local oferecia apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Como já havia cursado essas etapas na escola da aldeia Três Unidos, acabei frequentando as aulas como aluno ouvinte durante cinco anos. Essa foi uma forma de continuar meu envolvimento com o ambiente educacional e absorvendo conhecimentos, mesmo diante das limitações da estrutura escolar disponível na aldeia Jaquiri.

Apesar das dificuldades, essa fase foi fundamental para meu amadurecimento pessoal e engajamento nas causas indígenas. Aprendi a valorizar a importância da educação, tanto formal quanto a transmitida por nossa comunidade, e percebi a

necessidade de lutar por uma educação de qualidade e acessível para todos os povos indígenas. Essas experiências moldaram minha visão de mundo e fortaleceram meu compromisso em defender os direitos e o bem-estar de nossa comunidade, enfim, construíram como liderança.

Nesse período da minha vida, tive a oportunidade de vivenciar diversas experiências dentro do movimento indígena. Desde cedo, aos 16 anos, fui suplente de professor, mesmo tendo apenas concluído a 5ª série. Isso foi possível graças à minha participação em formações educacionais promovidas pela organização indígena da região, União das Nações Indígenas do Médio Solimões – Uni- Tefé. Essa experiência despertou em mim o interesse pela educação e pela defesa dos direitos indígenas na área educacional.

No mesmo ano, a aldeia reconheceu minha dedicação e me indicou para ser conselheiro local de saúde. No ano seguinte, em 2007, fui eleito presidente do conselho local de saúde, onde tive um maior contato com as políticas de saúde indígena. Trabalhei representando não apenas a minha aldeia, mas também outras seis aldeias da região, função essa que exigia articulação entre os órgãos do governo, no caso o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Médio Rio Solimões e as aldeias). Minha atuação neste cargo visava garantir um acompanhamento fiscalizador dos planos de atenção à saúde indígena, bem como promover a participação ativa dos indígenas na elaboração de propostas coerentes com a realidade das aldeias.

Além do meu envolvimento na área da saúde, também assumi um papel de liderança internamente na aldeia Jaquiri. Aos 17 anos, fui eleito tuxaua da aldeia, em uma reunião comunitária que contou com o apoio especialmente dos jovens. Essa eleição foi um ponto de reflexão, pois contrariava a forma de gestão tradicional da aldeia, na qual meu tio Raimundo Cruz ocupava o cargo de tuxaua seguindo rigidamente as normas tradicionais do povo Omágua-Kambeba como referência para suas decisões. Eu, uma liderança jovem, acreditava que essa abordagem estava contribuindo para o esvaziamento populacional da aldeia, resultando na expulsão de famílias que dependiam de pequenas atividades pesqueiras comerciais como fonte de renda. Essa situação motivou-me a buscar soluções que garantissem a sustentabilidade da comunidade, levando em considerações diferentes aspectos socioeconômicos e culturais. Esse movimento dos jovens proporcionou-me experiência do que é ser um tuxaua Omágua-Kambeba, um amadurecimento político, mas principalmente a construção de um jovem com personalidade de uma pessoa adulta. Onde posso destacar que ter um status de ser um tuxaua Omágua-Kambeba é símbolo de responsabilidade com o povo, é trabalhar para a comunidade, estar à frente do povo, mas

compreendendo que o poder não está em suas mãos, mas sim nas famílias que compõem a comunidade.

Essas experiências vivenciadas na aldeia Omágua-Kambeba proporcionaram-me aprendizados valiosos e moldaram minha filosofia de vida. A participação ativa no movimento indígena fortaleceu meu compromisso com a defesa dos direitos dos povos indígenas, especialmente no que diz respeito à educação, saúde e autogestão comunitária.

Mesmo sendo tuxaua, mas ausente dos estudos escolares, em 2006, chegou a oportunidade de estudar no tão aguardado Projeto Pirayawara<sup>11</sup>: Programa de formação de professores indígenas no Estado do Amazonas oferecido pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, cujo objetivo é formar professores indígenas, possibilitando uma educação específica, diferenciada, intercultural, bi/multilíngue, comunitária e de qualidade, que atenda as especificidades dessas populações. As vagas disponíveis para o curso eram limitadas, apenas duas para a aldeia: uma destinada ao professor titular e outra ao suplente. Nesse formato, eu estaria excluído. No entanto, naquela época, participei de uma assembleia da União das Nações Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluente (Uni-Tefé), onde o atual professor da aldeia, Jaquiri, foi eleito secretário-executivo da organização. Essa foi a oportunidade que encontrei para ingressar no Magistério Indígena. Este curso que fiz acolhia uma turma heterogênea, com séries e idades diferentes (no meu caso, tinha apenas a 4<sup>o</sup> série aos 16 anos, enquanto a maioria dos colegas de aula apresentavam o fundamental e ensino médio completo). A situação, de início, gerou incômodo e timidez, mas tornou-se motivo para eu avançar rapidamente nos estudos, basicamente porque o curso valorizava os meus saberes tradicionais, que aprendi na aldeia Três Unidos, e valorizava minha posição política, que aprendi na aldeia Jaquiri, nas andanças no movimento indígena.

As formações eram realizadas em períodos de dois meses nos Pólos de formação, a maioria ocorrendo no Centro de Formação da aldeia Marajaí, localizado no município de Alvarães (AM). Os outros períodos consistem em práticas em sala de aula da própria aldeia. Isso se aplicava àqueles que tinham a oportunidade de serem contratados como professores pelo município. Para mim, significava simplesmente voltar à aldeia Jaquiri, trabalhar na roça e participar dos eventos do movimento indígena.

---

<sup>11</sup> O Projeto Pirayawara é uma iniciativa da Seduc-AM com o objetivo de garantir o acesso escolar à população indígena, oferecendo ensino básico de acordo com a Legislação Federal. O projeto tem como objetivo principal garantir uma educação específica e intercultural para os povos indígenas.

Nesse período, minha principal fonte de sustento era a roça, onde cultivava mandioca, macaxeira, banana e melancia. Embora o trabalho na agricultura fosse crucial para nosso sustento, não era muito lucrativo do ponto de vista financeiro. Isso ocorria devido à grande oferta desses produtos, o que resultava em um valor de venda abaixo do esperado. Assim, eu conciliava meus estudos com o trabalho na roça e meu engajamento no movimento indígena.

Passados alguns anos, mais precisamente em 2009, tive a oportunidade de participar do vestibular da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e obtive o primeiro lugar no curso de Pedagogia Intercultural. Contudo, não pude efetuar a matrícula devido ao fato de ter completado apenas a 4ª etapa do Curso de Formação de Professores Indígenas, o Magistério Indígena. Foi nesse momento que percebi que a universidade não estava tão distante de mim. Compreendi que poderia expandir minha atuação como estudante, ganhar mais experiência e me destacar no contexto regional da política indígena.

Em 2013, retornei à Universidade do Estado do Amazonas, desta vez para cursar Letras. No entanto, o desafio que se apresentou foi de ordem financeira. Infelizmente, fui obrigado a interromper meus estudos no segundo período devido a dificuldades financeiras.

Essas experiências acadêmicas desempenharam um papel significativo no meu crescimento pessoal e no meu engajamento no movimento indígena. Apesar dos obstáculos que encontrei, persisti em procurar maneiras de me capacitar e colaborar na defesa dos direitos indígenas. A busca pelo conhecimento e a luta por uma educação de qualidade tornaram-se pilares essenciais em minha jornada, mantenho meu compromisso em explorar oportunidades que permitam continuar meus estudos e contribuir para a causa indígena.

Destaco como um dos momentos mais significativos da minha trajetória o ano de 2013, quando ingressei no curso de Formação de Professores Indígenas, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Isso representou uma das maiores conquistas para a comunidade indígena na área da educação superior, visto que havia uma grande demanda por professores indígenas com formação de nível superior para atuarem no ensino fundamental e médio nas próprias aldeias.

O curso teve seu início com o povo Mura, em 2007, e, posteriormente, expandiu para outras regiões do Amazonas. Seu principal objetivo reside na formação, em nível superior, de professores indígenas com uma perspectiva intercultural e interdisciplinar, habilitando-os para atuar na segunda etapa do ensino fundamental e no ensino médio em escolas indígenas. Essa formação oferece habilitação plena em áreas como Ciências Humanas e

Sociais, Ciências Exatas e Biológicas, Letras e Artes. A minha área de licenciatura foi Ciências Humanas e Sociais. Como trabalho de conclusão de curso na graduação, explorei a atuação da escola Kanata T-ykua e as Histórias orais do povo Omágua-Kambeba da Aldeia Três Unidos, com foco na afirmação da identidade. Esse estudo buscou examinar as discrepâncias e distintas perspectivas dos jovens em relação ao entendimento da cultura em comparação com os mais idosos.

As lideranças da comunidade indicaram que a introdução de dispositivos eletrônicos e tecnologias digitais, como televisores, celulares e a internet, estavam influenciando os jovens de maneiras notáveis. Muitos jovens já não participavam das danças tradicionais, não utilizavam mais a “língua materna”<sup>12</sup> e não se reuniam com os mais velhos para ouvir as histórias ancestrais. Em vez disso, esses jovens introduziram gírias distintas na comunidade, adotaram cortes de cabelo diferentes e apresentaram um comportamento mais voltado ao individualismo.

A comunidade compreendeu que não somente a escola Omágua-Kambeba, mas também as famílias e o grupo como um todo precisavam se envolver diretamente na valorização das memórias de sua ancestralidade. Com esse propósito, meu foco estava na análise das histórias orais como parte fundamental na construção da identidade, destacando o papel da escola Kanata T-Ykua como um dos instrumentos selecionados pela aldeia para fortalecer as práticas relacionadas às histórias Omágua-Kambeba.

Ao examinar a relação pedagógica entre a escola e os projetos da comunidade de Três Unidos, tornou-se evidente a razão e a finalidade por trás da estratégia da ação Omágua-Kambeba de aprofundar ainda mais a imersão da escola nos projetos de vida da comunidade. A pesquisa indicou que os momentos significativos que antes eram compartilhados com os mais velhos estavam sendo substituídos por atividades como assistir futebol, novelas ou filmes, substituindo a presença dos mais velhos pelos televisores e celulares.

Dessa forma, a valorização daqueles conhecimentos que as lideranças consideravam como fonte de referência e essenciais para definir o que é ser Omágua-Kambeba, naquele contexto, estava ameaçada. A perda desses elementos distintivos é percebida como uma fragilidade diante das lutas e objetivos da comunidade. Por outro lado, essa situação abriu a oportunidade para refletir sobre o conceito de identidade Omágua-

---

<sup>12</sup> Vou usar o termo “língua materna” no sentido do uso de língua indígena própria, mas não estou usando no sentido técnico linguístico.

Kambeba na perspectiva dos jovens, visto que apenas a visão dos mais velhos foi considerada na pesquisa. Hoje em dia, observamos a difusão da cultura e a valorização da identidade Omágua-Kambeba sendo lideradas pelos jovens através das plataformas digitais. Essa observação dessas ações despertou ainda mais o meu olhar e interesse antropológico.

Entre minhas experiências de formação, gostaria de destacar a minha imersão como estudante, especialmente o meu encontro com disciplinas da Antropologia. Destaco os primeiros contatos com tópicos de Antropologia Social, ministrados pelo professor indígena Alfredo Tadeu no Projeto Pirayawara, durante o Magistério Indígena, como um marco inicial. O segundo encontro ocorreu durante minha graduação no curso de Formação de Professores Indígenas (FPI), principalmente nas disciplinas ministradas pelo professor indígena Gersem Luciano Baniwa.

Essas disciplinas de Antropologia tiveram uma importância fundamental para minhas reflexões sobre identidade, cultura e suas representações. A área da Antropologia inspirou-me profundamente, especialmente por sua contribuição direta com a educação, que era o foco principal do curso de graduação no qual estava envolvido.

Eu reafirmo que essas experiências acadêmicas proporcionaram uma base sólida para o meu desenvolvimento como professor indígena. As reflexões fomentadas pelas disciplinas de Antropologia Social contribuíram de maneira significativa para a compreensão da importância de valorizar a identidade cultural e implementar práticas educativas contextualizadas. A interligação entre a Antropologia e a Educação motivou-me a buscar abordagens pedagógicas inovadoras, que reconhecessem e incentivassem a diversidade cultural, ao mesmo tempo fortalecendo a autoestima e a autonomia dos alunos indígenas.

Dessa forma, ao longo do tempo, construí minha identidade como pai de família, líder, pesquisador e professor. Quero destacar, particularmente, minha trajetória como professor indígena, pois tenho continuamente extraído inspiração desses aprendizados e tenho buscado promover uma educação que seja profundamente relevante para as necessidades e realidades das comunidades indígenas. A interação entre a Antropologia e a Educação é uma parte intrínseca da minha prática pedagógica, orientando-me na criação de um ambiente educacional intercultural e no reconhecimento do conhecimento ancestral e das vivências das comunidades indígenas.

Desde então, busquei enriquecer meu currículo com uma especialização em Gestão Escolar, Supervisão e Orientação Pedagógica pela Faculdade Ibra de Brasília – FABRAS

e uma pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Sociologia pela Faculdade Ibra de Brasília-FABRAS em parceria técnico-científica com a Faculdade Ibra de Minas Gerais-FIBMG.

Reservo um parágrafo especial para ressaltar um momento marcante em minha vida. Em 2021, um dos meus maiores sonhos profissionais começou a se tornar realidade: após muita dedicação impulsionada pela pesquisa durante a graduação, juntamente com aspirações pessoais e profissionais, tive a oportunidade de ingressar no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM, por meio de políticas afirmativas. Este ingresso veio acompanhado do projeto “Novas tecnologias de comunicação e informações e os paradigmas das escolas indígenas do povo Omágua-Kambeba da Aldeia Três Unidos”, o qual, conforme os estudos avançaram, transformou-se em um capítulo integral de minha dissertação.

Durante esta jornada, contribuí para trabalhos acadêmicos. Por exemplo, escrevi um capítulo chamado "A Experiência e os Desafios do Turismo na Comunidade Indígena Três Unidos do povo Omágua-Kambeba", que foi publicado em 2021 no livro eletrônico "Lazer, Turismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia Legal: Diálogos Interdisciplinares", pela Editora Sete. Esse livro está disponível em plataformas como Google Books, Academia e Issuhub.

Além disso, em colaboração com a professora doutora Lucimar Jacinto, sou coautor de um artigo intitulado "Currículo e Tecnologias Educacionais no Contexto Bioecológico da Escola Kanata T-ykua do Povo Omágua-Kambeba", publicado em 2017 na revista Humanidade e Inovação.

Por fim, junto com a professora Helenice Ricardo, sou coautor do livro "E quem contará estas histórias quando não estivermos mais aqui?", publicado em 2022 pela editora Alexa Cultural.

Fazendo uma recapitulação, gostaria de enfatizar um pouco da minha experiência profissional e política que antecedeu o trabalho de graduação, já que considero isso como um ponto crucial em minha trajetória, que se tornou o alicerce da liderança política e do papel de pesquisador Omágua-Kambeba que desempenho hoje. Neste contexto, marco as datas, começando de 2008 a 2014, período o qual fui professor em três escolas Omágua-Kambeba na Região do Médio Rio Solimões: aldeia Jaquiri, na Terra Indígena Jaquiri (município de Uarini, AM); aldeia Betel, na Terra Indígena Barreira das Missões (município de Tefé, AM); e aldeia Boarazinho, na Terra Indígena Boarazinho (município de Tefé, AM).

Para chegar onde moro atualmente, de 2015 a 2021, atuei na aldeia Três Unidos, onde trabalhei na escola indígena no Baixo Rio Negro (município de Manaus). Esta última

experiência é especialmente significativa, pois resido há mais de seis anos e também é onde estou desenvolvendo minha dissertação antropológica no nível de Mestrado. Toda essa jornada tem desempenhado um papel fundamental na minha evolução como líder político e pesquisador comprometido com a causa Omágua-Kambeba.

Meu primeiro emprego como professor contratado começou em 2008, na aldeia Betel, uma comunidade à qual sou profundamente grato. Neste local, fui incumbido da missão de ser professor de língua Omágua-Kambeba na escola da aldeia. Essa experiência foi tanto a minha primeira atuação como professor quanto uma oportunidade única de usar a língua Omágua-Kambeba como um meio de revitalização cultural para a comunidade.

As lideranças da aldeia Betel reconheciam o valor da língua materna como um diferencial crucial para o ensino na escola indígena. Eu estava muito entusiasmado para implementar essa abordagem na prática e contribuir para fortalecer a identidade cultural e linguística da comunidade. Foi uma experiência única, pois, aos 18 anos, eu estava ensinando a língua Omágua-Kambeba para adultos e crianças, incluindo os mais idosos. Lembro-me de ter sido submetido a uma avaliação oral pelos anciãos da época, notadamente pelo respeitado "vovô Manoel do Santos". Ele me fez uma pergunta: "iapã pirakary iuara?" E respondi: "Iapã. Macatepa iara muqui itasapa?" Então, o vovô Manoel concluiu: "Esse sim, sabe. Tão jovem e já aprendeu, inclusive com Valdomiro Cruz, meu primo." Traduzindo, ele convidou para pescar peixe-boi, eu respondi: "Vamos! Cadê a canoa e o arpão?" Dessa maneira, passei no teste e fui aprovado para ser professor na aldeia Betel. Foi um momento gratificante e validador da minha dedicação ao ensino da língua e da cultura Omágua-Kambeba.

Dando continuidade à minha jornada, nos anos de 2009 a 2010, voltei como professor bilíngue para a minha aldeia, Jaquiri. Nessa posição, tive a oportunidade de trabalhar com histórias orais, danças, músicas e trajes tradicionais Omágua-Kambeba. Meu trabalho foi bem avaliado pela Secretária Municipal de Educação de Uarini, onde a aldeia recebeu várias premiações em homenagem ao trabalho de valorização cultural. Além do ótimo trabalho realizado na escola, tive uma participação ativa nas conferências regionais e nacionais sobre política dos territórios etno-educacionais<sup>13</sup> em 2009. Nesse contexto,

---

<sup>13</sup> O Ministério da Educação, juntamente com o CONSED e a Funai, realizaram a Iª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – I-CONEEI em novembro de 2009 na cidade de Luziânia, Goiás. A reunião contou com a participação de líderes políticos e espirituais, pais e mães, estudantes, professores, comunidades indígenas, Conselho Nacional de Educação, sistemas de ensino, UNDIME, universidades, Rede de Formação Técnica e Tecnológica e a sociedade civil organizada. O objetivo foi discutir sobre a oferta de educação intercultural para os povos indígenas a partir dos territórios. A I-CONEEI foi organizada em três momentos – Conferências nas Comunidades Educativas, Conferências Regionais e Conferência Nacional.

conseguimos estabelecer o território do Médio Rio Solimões. Na minha perspectiva, essas conquistas trouxeram visibilidade para a minha região.

Como resultado, fui eleito coordenador do Núcleo de Educação Escolar Indígena<sup>14</sup> do município de Uarini. Fui confrontado com um dos meus maiores desafios como jovem Omágua-Kambeba. Até então, eu estava familiarizado com a política do movimento indígena, envolvendo-me em ações de defesa e reivindicação contra o sistema. No entanto, assumir um papel no governo como um técnico operacional com uma postura de liderança foi uma experiência única e desafiadora. Percebi que precisamos de indígenas com formação acadêmica mais ampla, capazes de transcender a atuação política direta e que, ao mesmo tempo, mantenham conexões sólidas com suas bases. É fundamental estabelecer uma harmonia entre a esfera política e a técnica, e a habilidade de gerir essa dualidade deve ser uma estratégia essencial para o movimento indígena.

Após encerrar minha atuação como coordenador do Núcleo de Educação Escolar Indígena em Uarini, voltei à aldeia Betel no ano de 2012. Nesse período, também trabalhei em outras aldeias, como Boara (município de Tefé/AM) da comunidade Omágua-Kambeba e na aldeia do povo Ticuna conhecida como Barreira de Cima (município de Tefé/AM). Nessas localidades, exerci a função de professor para o ensino do 1º ao 5º ano, além de trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante esse tempo, equilibrei minhas responsabilidades pedagógicas com o ativismo no movimento indígena.

O ano de 2012 foi marcante, pois foi nesse período que finalizei o Projeto Pirayawara, dois anos após a data prevista. Esse Projeto representou um marco significativo em minha jornada.

Em 2015, fui convidado a retornar à minha aldeia de infância, a terra indígena Três Unidos, onde tudo começou para mim. Isso aconteceu após 16 anos fora, período em que estive trabalhando nas aldeias Omágua-Kambeba do Médio Rio Solimões. Esse retorno à minha origem trouxe um significado especial e um novo capítulo à minha trajetória.

Minhas andanças nas aldeias Omágua-Kambeba, trabalhando com a modalidade educação escolar indígena, a qual põem a escola como uns dos instrumentos de fortalecimento da cultura e da identidade indígena, fez-me conectar com profundidades nas redes de relações dessas aldeias, e, por consequência, ocupar um lugar de liderança

---

<sup>14</sup> A Portaria 559/91 estabelece a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEIs) nas Secretarias Estaduais de Educação. Esses núcleos são de caráter interinstitucional e contêm representações de entidades indígenas, tendo como objetivo atuar na educação escolar indígena assessorando as escolas indígenas.

indígena. Foi esta rede de relações, na qual interage no campo da cultura, social, política, das práticas pedagógicas e da etnicidade, que trouxe para mim uma curiosidade antropológica, pois havia uma demanda comum entre essas quatro aldeias: o “resgate” e valorização das tradições históricas, na busca de uma “autenticidade” originária Omágua-Kambeba.

Posso concluir que, convivendo nesses territórios, passei a compartilhar com os esforços para os quais essas aldeias se comprometeram, pois buscavam uma cultura tradicional Omágua-Kambeba que lhes conferissem legitimidade política e cultural, principalmente a língua materna e as danças. Assim, fui analisando como essas práticas tradicionais ensinadas por meio da escola se veiculavam internamente aos modos de vida da aldeia, bem como suas exposições nas manifestações políticas como expoente das reivindicações. Interessava-me compreender o que seria cultura para os Omágua-Kambeba; o porquê de suas reivindicações para o fortalecimento da língua, danças, músicas, grafismos e culinárias; como essas práticas eram internalizados e veiculadas entre as famílias. Pois, minha experiência dizia que, entre os Omágua-Kambeba, o acúmulo o ou a posse desses elementos da tradição cultural por determinada aldeia, num contexto interétnico, os tornam uma aldeia referência diante das outras, (tendo o poder de influenciar) pois para o meu povo Omágua-Kambeba a cultura é um bem simbólico considerado, imprescindível no diálogo com os não-indígena. Com esses pressupostos, ampliei meu interesse pela reflexividade antropológica sobre os desafios acerca do povo Omágua-Kambeba. Essa curiosidade antropológica cercava o meu fazer pedagógico e minha atuação política enquanto um Omágua-Kambeba professor, porém não tinha uma formação teórico-metodológica para imergir com propriedade nesse universo e, de fato, proporcionar uma reflexão antropológica em resposta às minhas indagações.

Em Três Unidos, que é o campo de pesquisa da minha Dissertação, considero essa aldeia como um referencial no fortalecimento das práticas culturais tradicionais entre as comunidades Omágua-Kambeba. Essa visão é fundamentada em diversos momentos em que ouvi líderes de outras aldeias Omágua-Kambeba afirmarem que precisam aprender com os Omágua-Kambeba de Três Unidos. Simultaneamente, Três Unidos é reconhecido por seus parceiros institucionais como um exemplo de inovação e organização. Essa percepção aumentou meu interesse e observações a respeito das dinâmicas étnicas em curso nas aldeias Omágua-Kambeba.

Conseqüentemente, passei a expandir meus trabalhos abordando cultura e identidade sob a perspectiva do grupo local. Um dos aspectos que destaco é o conceito do

"indígena professor", um termo frequentemente utilizado pelas lideranças, com uma relação direta aos princípios do que significa ser Omágua-Kambeba. Nesse sentido, compartilho as palavras do diretor da escola Kanata T-ykua, meu primo Raimundo Omágua-Kambeba, que se autodenomina "indígena professor". Essa escolha de termos é uma resposta à designação convencional de "professor indígena":

“Nós nascemos primeiramente indígena, convivendo, aprendendo e fazendo do nosso jeito! Depois que nos tornamos professor, aos poucos. Isso significa que deve-se priorizar primeiramente a causa indígena, o coletivo, depois a escola, ela é apenas uma facilitadora. Não a principal referência, sem isso ficamos iguais outros professores, sem compromisso com a vida da aldeia”. (Raimundo Cruz da Silva, em uma reunião para escolha de professor, abril de 2021) .

Compreendi que a perspectiva e as ações em minha trajetória são moldadas pela vivência como indígena nos territórios de Três Unidos (Rio Negro), Jaquirí e aldeia Betel (Médio Rio Solimões). Com essa forma de pensar, busquei trabalhar alinhado com o projeto de cultura e identidade dos Omágua-Kambeba.

Foi nessa interconexão entre as estratégias do nosso povo e a busca por realizações profissionais, familiares, acadêmicas e políticas que tracei minha trajetória de vida. Tenho plena consciência do papel ativo que assume na construção das identidades Omágua-Kambeba em diversas aldeias. Esta posição tornou-se mais que um simples pesquisador, por ser também interlocutor Omágua-Kambeba com trajetória relevante. É nesse contexto que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, PPGAS – UFAM. Sinto-me motivado a ir além das minhas próprias indagações, aprofundando meus estudos sobre as experiências étnicas dos Omágua-Kambeba, reafirmando-as no contexto histórico, territorial e cultural da aldeia Três Unidos.

E chego no Programa de Pós-Graduação, ampliando meu conhecimento e minha compreensão sobre a riqueza e a complexidade das experiências étnicas do meu povo. Desejo contribuir para o fortalecimento da identidade Omágua-Kambeba e para a valorização de nossa cultura ancestral. Através da pesquisa acadêmica, espero promover um diálogo entre os saberes tradicionais e as abordagens contemporâneas da Antropologia Social, enriquecendo assim o campo de estudos indígenas e contribuindo para a valorização das perspectivas indígenas na academia e na sociedade em geral.

Portanto, minha história de vida é marcada pela minha identidade como membro do povo Omágua-Kambeba. Nasci e fui criado na aldeia Igarapé-Grande, vivenciando a mobilização da nossa comunidade pela demarcação de terras indígenas. Após vivenciar tragédias familiares e enfrentar desafios, como a falta de acesso à educação formal,

particpei ativamente do movimento indígena, buscando valorizar a nossa cultura e tradições.

Ao longo dos anos, fui envolvendo-me cada vez mais no movimento indígena e na defesa dos direitos do meu povo. Atuei como professor de língua Omágua-Kambeba e em diversas funções nas áreas da saúde e da liderança comunitária. Busquei ampliar minha formação acadêmica e tive experiências enriquecedoras nas disciplinas de Antropologia, que contribuíram para a reflexão sobre a identidade e a cultura indígena.

Diante das dificuldades financeiras, tive que interromper meus estudos universitários em diferentes momentos, mas isso não diminuiu minha determinação. Procurei enxergar além das adversidades e continuei a participar ativamente do movimento indígena, fortalecendo minha identidade como indígena e meu papel como interlocutor da minha comunidade.

Minha trajetória de vida reflete meu compromisso com os projetos de vida do meu povo, assim como em lutar pelos direitos e pelo bem-estar das comunidades indígenas. Sigo em busca de conhecimento, buscando conciliar minha formação acadêmica com a minha identidade e vivência como Omágua-Kambeba.

O próximo capítulo oferecerá reflexões críticas sobre as dinâmicas que moldaram a afirmação Omágua-Kambeba, ao longo de sua jornada. Será uma oportunidade para compreender o impacto das ações e estratégias adotadas pela comunidade, destacando os desafios enfrentados e os sucessos alcançados.

### 3 A PESQUISA

O tema da minha pesquisa aborda a “experiência étnica Omágua-Kambebe afirmada em contexto histórico, territorial e cultural da aldeia Três Unidos”. Um movimento de busca pelo reconhecimento de uma etnicidade "Omágua-Kambebe". Esse processo é conduzido através de ações e eventos que considero estratégicos do povo Omágua-Kambebe da aldeia Três Unidos. A necessidade da produção deste reconhecimento é tática no sentido em que a sociedade dominante ainda traz raízes coloniais que associam a imagem do "índio" ao exótico. Simultaneamente, tal imagem aplica-se também ao Estado brasileiro e à sociedade não indígena organizada, ao considerar, por exemplo, que as ofertas de apoio ao indígena são aplicáveis a grupos que se encaixem nos parâmetros pré-determinados de um certo tipo de “índio”.

Minha pesquisa está direcionada a essa complexidade das relações interétnicas no Brasil, que exige dos povos indígenas ter estratégias de afirmação étnica que resultam, por exemplo, no fato de Três Unidos se tornar referência, entre as aldeias Omágua-Kambebe do Baixo Rio Negro e Médio Rio Solimões. Pois, essa reapropriação ou potencialização de suas tradições históricas estabelece pontes e proximidade que interessam a este povo. Essa potencialização nesse contexto, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, chama de realce étnico.

O contexto dessas movimentações representativas do povo Omágua-Kambebe de Três Unidos é do enfrentamento étnico em situação interétnica de desrespeito aos seus direitos constitucionais como povo indígena não pode ser considerado de forma isolada. De modo que, no processo histórico das atuações políticas, culturais e de afirmação identitárias relacionadas às políticas do Estado brasileiro, foram geradas tensões e convergências no ou nos modos de ser “Omágua-Kambebe”. Tensões essas encontradas nos primeiros momentos em que o Estado dita, por meio da força ou por meio jurídicos e institucionais, seus critérios (olhar) sobre o que é ser “índio”, aliada aos estereótipos do imaginário da sociedade não indígena. A palavra convergência é usada para representar o segundo momento em que se absorve essas referências conhecidas pelo senso comum tal qual o “índio original, a “diferença” que o Outro nos impõem. Isto tudo tendo em vista a região de localização e o interesse do povo Omágua-Kambebe na aldeia Três Unidos, Baixo Rio Negro - região historicamente ocupada por famílias deste povo que migraram de território indígena do Médio Rio Solimões em busca de melhorar o acesso às políticas públicas (como, por exemplo, saúde, educação, apoio econômico, etc..).

Naquele período, criou-se uma exigência muito grande de provar que são Omágua-Kambeba, pois nessas relações sociais e interesses fez necessário mostrar a "diferença", como dizia meu pai, havia necessidade de apresentar esta prova devido ao fato de os Omágua-Kambeba não ser considerado povo originalmente do Rio Negro e sim do Alto e Médio Rio Solimões. Diante disso, nós, Omágua-Kambeba de Três Unidos, apoiamos na etnicidade como estratégia para dialogar com o Estado e a sociedade não indígena, para a afirmação dos nossos direitos. Ou seja, aprofundamos e externamos os elementos culturais históricos, como danças, músicas, grafismos, vestuário, línguas, consideradas manifestações étnicas Omágua-Kambeba mais visíveis, e nos direcionamos para o campo de negociação em relação aos “interesses” do Estado e outros agentes que compõem as vinculações da Aldeia Três Unidos.

Neste trabalho, busco compreender a maneira pela qual os Omágua-Kambeba de Três Unidos apropriam-se ou potencializam elementos culturais e de representação identitária como estratégias etnopolíticas para a afirmação de seus direitos constitucionais enquanto povo indígena. Este estudo revela a persistência histórica da problemática do reconhecimento da identidade étnica como um meio de garantir direitos constitucionais no Brasil.

É importante destacar que esta questão tem sido uma preocupação constante ao longo da história do país, e atualmente em relação ao processo que tramitou no STF e tramita no congresso brasileiro sobre a tese do marco temporal<sup>15</sup>. Nesse sentido, é fundamental que pesquisas antropológicas, como a que estou realizando no âmbito do meu Mestrado, abordem essa temática de forma aprofundada. Além disso, é relevante ressaltar que sou um pesquisador Omágua-Kambeba diretamente envolvido com a história e a realidade do povo, o que torna essa pesquisa ainda mais relevante e coletiva.

Abordo a problemática das relações interétnicas como um campo de poder, onde os Omágua-Kambeba da aldeia Três Unidos desenvolveram estratégias etnopolíticas para enfrentar desafios étnicos e proteger seus direitos constitucionais como povo indígena. Nessa abordagem questiono até que ponto nós Omágua-Kambeba estamos resignificando as estruturas sociais em prol dos nossos interesses. E até que ponto somos resignificados. Como devemos compreender a eficácia e o impacto dessas estratégias em relação à valorização da identidade cultural e à garantia dos direitos constitucionais?

---

<sup>15</sup> Nota explicativa – ver sugestão no parecer

Afinal, o que quero com esta minha pesquisa? Como objetivo geral, pretendo compreender as estratégias culturais e de representação identitária dos Omágua-Kambebe da aldeia de Três Unidos definidas para consolidar seus direitos constitucionais como povo indígena. Como objetivos específicos, minha proposta é: 1- compreender a relação entre as ações etnopolíticas dos Omágua-Kambebe de "juntar as peças culturais" (elementos como língua; dança; grafismo etc.) e a luta pela escola indígena da Aldeia de Três Unidos; 2- analisar a incorporação de Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) na Escola Kanata T-ykua na Aldeia Três Unidos e a sua apropriação como estratégia de afirmação étnica pelos Omágua-Kambebe; 3- apresentar, analiticamente, como estratégias dos Omágua-Kambebe da Aldeia Três Unidos tornaram-se referência de afirmação étnica para os Omágua-Kambebe de outras aldeias/comunidades.

### **3.1- SOBRE OS INTERLOCUTORES**

Os interlocutores desta pesquisa etnográfica representam um mosaico de vozes e experiências fundamentais para o entendimento do campo de pesquisa. Entre eles, destacam-se Valdemir da Silva, um representante que une tradição e política em seu papel de líder; Raimundo Cruz da Silva, um jovem educador que se tornou uma figura de destaque na promoção da cultura Omágua-Kambebe; Valdomiro Cruz, o patriarca que desempenhou um papel importante na afirmação do povo Omágua-Kambebe; Diamantina Cruz, uma líder tradicional que preserva e promove as tradições culturais; Tomé Cruz, um professor dedicado ao fortalecimento das tradições Omágua-Kambebe na educação; Altaci Rubim, uma pesquisadora linguística e representante dos povos indígenas em âmbito internacional; Tainara da Costa Cruz, uma Kambebe ativista e influenciadora que difunde a cultura Omágua-Kambebe nas plataformas digitais; André Cruz, uma liderança política de longa data; Lara Tatiana Bonin, pesquisadora que contribuiu significativamente para o entendimento das dinâmicas culturais e educacionais Omágua-Kambebe. Cada um desses interlocutores desempenha um papel de destaque para o desenvolvimento desta Dissertação.

Meu tio Valdemir da Silva tem 64 anos e pertence ao povo Ticuna, originário da região do Alto Rio Solimões. No entanto, ele deixou cedo sua comunidade para viver com seu pai, que era pescador. Aos 18 anos, casou-se com minha tia Diamantina Cruz, ainda na região do Médio Rio Solimões, e hoje é pai de cinco filhos, que desempenham importantes papéis de liderança na comunidade. Esses filhos atuam como professores, diretores, técnicos de enfermagem, técnicos de laboratório, entre outras funções

estratégicas. Além de ser o primeiro chefe de família a estabelecer uma casa em Três Unidos, participa de todos os eventos importantes da aldeia. Como tuxaua, Valdemir da Silva costuma afirmar que sua participação na luta em prol do bem-viver da comunidade o tornou um Omágua-Kambeba.

Profissionalmente, sua integração à família Omágua-Kambeba e seu envolvimento nas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas da comunidade proporcionaram-lhe a oportunidade de estudar e se tornar um agente de saúde. Toda essa experiência contribuiu para sua abordagem administrativa estar influenciada pelo modo Omágua-Kambeba de vida. Até o momento, ele continua a desempenhar o papel de Agente de Indígena de Saúde – AIS.

Em termos de autoridade e política, Valdemir da Silva é tuxaua da aldeia Três Unidos desde 2000. Além de sua função como agente de saúde, ele também atua como catequista na comunidade e já assumiu importantes cargos no movimento indígena. Na região do Baixo Rio Negro, ele é considerado uma das principais lideranças. Como tuxaua da aldeia, Valdemir da Silva une sua posição de líder tradicional e política, desempenhando também o papel de pajé na comunidade, uma função essencial na estrutura interna do povo Omágua-Kambeba. Como líder político, ele se destaca como um ícone das conquistas comunitárias, principalmente devido à sua habilidade de negociação e articulação. Sua trajetória como líder construiu uma autoridade reconhecida por todos os Omágua-Kambeba, tornando-o um interlocutor imprescindível para esta pesquisa.

Raimundo Cruz da Silva é uma figura proeminente na comunidade Omágua-Kambeba. Filho de Valdemir da Silva e Diamantina Cruz, ele se destacou como líder desde muito jovem, tornando-se uma liderança reconhecida logo aos 14 anos de idade. Raimundo gosta de ser chamado orgulhosamente de 100% Omágua-Kambeba. Vale ressaltar que ele foi o único jovem preparado tradicionalmente por Valdomiro Cruz para se tornar tuxaua, uma posição de grande importância dentro da cultura Omágua-Kambeba. Raimundo tem uma notável carreira na educação, iniciando como professor escolhido pela aldeia aos 14 anos e, desde então, acompanhando de perto todos os processos e eventos da escola e da comunidade. Atualmente, ele é graduado em Pedagogia Intercultural e está finalizando seu Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Além disso, Raimundo organizou o livro "Aua Omágua-Kambeba", conjuntamente com Lara Tatiana Bonin. Sua trajetória na educação, sua preparação para a liderança tuxaua e sua formação acadêmica conquistaram o respeito da comunidade. Raimundo Omágua-Kambeba desempenha um papel fundamental, reunindo a comunidade, intermediando conflitos e

encaminhando os principais assuntos. Além de diretor de escola, ele atua como Conselheiro Estadual de Educação Escolar Indígena e faz parte da equipe de Coordenação do Conselho Omágua-Kambeba.

Valdomiro Cruz foi uma figura do patriarca Omágua-Kambeba e a principal liderança responsável pela autoafirmação do povo Omágua-Kambeba. Ele liderou o grupo desde o Alto Rio Solimões até o Baixo Rio Negro. Lutou pelo reconhecimento de seus territórios e foi o primeiro tuxaua das aldeias de Jaquiri, Igarapé-Grande e Três Unidos. Por meio dele, as memórias Omágua-Kambeba, língua, danças e músicas do povo foram fortalecidas, servindo de referência para muitas pesquisas sobre o povo Omágua-Kambeba.

Diamantina Cruz é uma destacada líder tradicional na aldeia, desempenhando um papel fundamental na promoção e fortalecimento das tradições Omágua-Kambeba. Como filha de Valdomiro, suas lembranças abrangem os principais eventos da trajetória do povo, especialmente da aldeia Três Unidos. Ela é uma referência central no processo de etnicidade, concentrando-se especialmente na busca e fortalecimento da língua, grafismo e vestuários, sendo considerada uma referência na cultura Omágua-Kambeba.

Tomé Cruz é professor da escola Omágua-Kambeba há mais de dez anos, com experiência em escolas no Médio Rio Solimões, atua na escola Kanata T-Ykua há oito anos. Ele está concluindo o curso de Graduação em História e é especialista na Pedagogia Omágua-Kambeba, compreendendo como a escola pode ser um espaço de potencialização das tradições culturais.

Altaci Corrêa Rubim é uma indígena do povo Kokama, Doutora em linguística e professora na Universidade Federal de Brasília (UNB). Atualmente, ela foi eleita representante dos povos indígenas da América Latina e Caribe no GT mundial da UNESCO para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Além de sua liderança política, ela é uma especialista em sua área de atuação, contribuindo de forma significativa para esta dissertação.

Tainara Cruz da Costa é uma jovem Omágua-Kambeba, ativista ambiental e influenciadora digital. Ela se destaca ao difundir as tradições Omágua-Kambeba por meio das plataformas digitais, enfatizando as raízes culturais e atraindo potenciais parceiros para a causa Omágua-Kambeba. Sua atuação demonstra a relevância da juventude no fortalecimento e promoção da cultura, demonstrando como os Omágua-Kambeba vêm ocupando e transformando os espaços digitais em benefício de seus interesses.

André da Cruz, uma das lideranças políticas mais respeitadas da região do Médio Rio Solimões. Liderando o movimento indígena organizado desde as décadas de 80, até

hoje continua na representação da organização. André foi o primeiro professor Omágua-Kambeba, e nos ajuda a compreender as dinâmicas das estratégias Omágua-Kambeba, principalmente na busca pelo fortalecimento da identidade.

Iara Tatiana Bonin participou de um projeto de trabalho indigenista na Região do Médio Rio Solimões, no estado do Amazonas. Ela trabalhou diretamente com seis comunidades indígenas, incluindo a comunidade Jaquiri, acompanhando atividades cotidianas na aldeia e na escola. Além disso, ela desempenhou um papel importante ao assessorar encontros de professores indígenas, participar de estudos e reuniões para discutir a educação escolar.

Iara Tatiana Bonin, também esteve profundamente envolvida na compreensão da dinâmica dos Omágua-Kambeba nas décadas de 80 e 90. Sua pesquisa de Mestrado em Educação concentrou-se na aldeia Três Unidos, abordando o tema “Encontro das Águas: educação e escola no dinamismo da vida Omágua-Kambeba”. E em colaboração com a comunidade, ela contribuiu para a elaboração do livro "Aua Omágua-Kambeba".

### 3.2 DIÁLOGO COM OS AUTORES

Em se tratando do tema exposto, meu diálogo teórico com os principais autores sobre os conceitos da temática inclui Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart por este apontar que a importância da:

[...] etnicidade é que a identidade étnica nunca se define de maneira puramente endógena [...] esta uma relação dialética entre a definição exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em processo dinâmico sempre sujeito a redefinição e à recomposição (1998, p. 142).

Como bem destaca Poutignat e Streiff-Fenart sobre etnicidade:

“A noção de saliência ou realce [...] exprime a ideia de que a etnicidade é um modo de identificação em meio a possíveis outros: ela não remete a uma essência que se possua, mas a um conjunto de recursos disponíveis para a ação social. De acordo com as situações nas quais ele se localiza e as pessoas com quem interage, um indivíduo poderá assumir uma ou outra das identidades que lhes são disponíveis” (...) Em determinadas situações, a etnicidade é um fator pertinente que influencia a interação, em outras situações a interação é organizada de acordo com os outros atributos, tais como a classe, a religião, o sexo etc. Melhor dizendo uma identificação étnica nunca é auto-explicativa: não podemos dar conta do fato de dizermos de alguém que ele é X (ou do fato de alguém dizer “eu sou X”) porque ele é X. (...) não se trata de saber quem são os X, mas saber quando, como e por que a identificação “X” é preferida. (Poutignat e Streiff-Fenart, citando Barth, 1987, p.167)

Para compor este diálogo teórico sobre etnicidade trago Roberto Cardoso de Oliveira, por ser este um dos primeiros antropólogos a pesquisar a situação interétnica de povos indígenas no Brasil e, justamente, a partir da interlocução com os estudos de Fredrik

Barth. Sua compreensão da identidade étnica como contrastiva dialoga de forma pertinente com a situação desafiadora dos Omágua- Kambeba de Três Unidos em serem reconhecidos como etnicamente legítimos:

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação de nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. Sabemos que ela não se funda numa percepção cinestésica de ser, mas numa auto-apreensão de si em situação. (...) Mas a peculiaridade da situação que engendra a identidade étnica é a situação de contato interétnico, sobretudo - mas não exclusivamente - quando esta tem lugar como fricção interétnica (Cardoso de Oliveira, 1976, p.5-6).

Para a análise das movimentações étnicas em contexto interétnico na perspectiva Omágua-Kambeba, é necessário incorporar a definição de Frederick Barth (1969). Segundo Barth (1969), na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e aos outros com o propósito de interação, eles formam grupos étnicos no sentido de organização.

Diálogo que amplio com minha leitura de Manuela Carneiro da Cunha, sobretudo quando ela diz que “a etnicidade é a linguagem não simplesmente no sentido de remeter algo fora dela, mas no de permitir a comunicação. Pois como forma de organização política ela só existe em meio mais amplo”. (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p.237), O que me faz compreender que os Omágua-Kambeba aprenderam a falar na mesma linguagem política dos não-indígenas como estratégia de atuação no campo de poder das relações interétnicas. Nesta linha de diálogo reflexivo, trago outros antropólogos da área para dialogar comigo: Alcida Rita Ramos (2018, p.4) quando ela fala das influências do indigenismo profissional sobre a imagem do indígena. Faz muito sentido para minha pesquisa quando a autora diz que entidades indigenistas projetam um modelo ideal de ser indígena, “o índio hiper-real”, pelo qual eles se tornam refém desses “simulacros”, que lhes suprem a “necessidade de se automanter em termos de organização de recursos materiais e humanos”. Mas, anterior a isso, a mesma autora esclarece o porquê dessas “vicissitudes”:

A vocação “weberiana” do escritório não poderia ser menos apropriada para lidar com a questão interétnica. Então, para cumprir o destino ocidental da burocratização e, ao mesmo tempo, lidar com questões indígenas, a saída parece ter sido inventar um índio “burocratizável”. Os índios “de carne e osso” começam a ser filtrados, sua alteridade indomada, criadora de desordem em potencial ou de fato para as entidades, sofre um processo de domesticação e surge então um modelo de índio, que seria uma espécie de “índio-modelo”. (RAMOS, 2018, P.4)

Observando a descrição da problemática da pesquisa é possível fazer uma vinculação entre a “etnicidade política” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986) com “o índio hiper-real” (RAMOS, 2018), considerando que o modelo “o índio hiper-real” é o canal de comunicação e proximidade entre os Omágua-Kambebe e seus agentes e agências. Introduzo, nesta reflexão dialógica, Silvia Rivera Cuasicanqui, quando esta denomina “o índio permitido”:

aquel que asume un papel ornamental en el nuevo estado, y acepta recluirse en “reservas étnicas” (las TCOs) para representar papeles en la puesta en escena del “turismo ecológico” o el “turismo étnico” que haría incluso rentable una forma constreñida y teatral de la(s) identidad(es) indígena(s), convertidas en objetos exóticos de consumo. (Rivera, 2008),

As questões pela afirmação de seus direitos sujeitam os indígenas a incorporarem tal papel, mas não os coloca como passivos ou inocentes, eles também agenciam essa identidade, é por isso que essa etnicidade é estratégica. Entre nós Omágua-Kambebe “real” e as entidades estatais e ONGs, há momentos que necessariamente convergem os interesses, o que Max Weber denomina de “reflexos externos”. Para as instituições (hiper-real) pois é preciso para manter-se útil, para nós Omágua-Kambebe é um momento onde criamos proximidade, pontes com aqueles menos agressivos, como afirma Gersem Baniwa (2013.). Seguindo esta reflexão, trago minha leitura do livro a antropóloga Ingrid Weber (2018) para dialogar comigo sobre o elemento referencial a ser moldado para constituir as etnicidades estratégicas - a “cultura”. A antropóloga aborda como o movimento pró-cultura junto à escola indígena e pelas lideranças que transitavam entre as aldeias e os eventos dos movimentos indígenas configuraram o olhar indígena sobre “cultura” na qualidade de instrumento para suas reivindicações. O que me faz pensar que a própria escola indígena, mesmo carregada de boas intenções, assim como as formações políticas de lideranças podem reproduzir o pensamento do colonizador, em algum caso, podendo ser uma “camisa de força” reducionista e um modo de vida preso no tempo e no imaginário exótico do turismo. Mas vale lembrar que, nesse campo de poder, essa “camisa de força” é a única saída que permite acessar direitos essenciais à vida, como terra, saúde e educação, como foi dito na fala do tuxaua Valdemir da Silva da Silva. Ao constatar a intensificação da valorização e do fortalecimento de práticas culturais históricas na Aldeia Três Unidos como referência para outras aldeias Omágua-Kambebe, busco compreender antropologicamente como espaços físicos e políticos são conquistados no campo de poder das relações

interétnicas, tendo em vista as posições assimétricas. A leitura de João Pacheco de Oliveira alerta-me para:

Recusar ao índio a história, pretender imaginá-lo apenas antes da chegada dos brancos, é um expediente útil para silenciar (ou não dar importância) ao violento e destrutivo processo de contato e incorporação. Ou seja, um mecanismo cômodo para propiciar uma auto-anistia aos colonizadores.(OLIVEIRA, 2001, p. 247)

Tal inquietação antropológica provocou em mim o desafio de analisar as ações e eventos no cotidiano Omágua-Kambeba de Três Unidos como estratégias de afirmação étnica que, a partir de uma definição de "cultura" Omágua-Kambeba referencial, buscam a legitimação de direitos indígenas constitucionais a serem reconhecidos pelo Estado brasileiro. Sou provocado a analisar dados etnográficos que são constituídos a partir do meu posicionamento étnico na pesquisa: sou parte integrante da história da aldeia Três Unidos, tendo uma atuação ativa no contexto comunitário, sou filho do principal do tuxaua do povo, pai de família, liderança da comunidade e, agora, pesquisador da área de Antropologia. Acompanho e convivo com os processos históricos e socioculturais do povo Omágua-Kambeba de Três Unidos. Isso me permite ser parte dos agentes que moldam (e sou moldado) as estruturas culturais da etnicidade Omágua-Kambeba, o que me posiciona como uns dos principais interlocutores da pesquisa desta Dissertação. Neste contexto, minha apropriação metodológica do trabalho de campo do antropólogo, realizando as etapas "olhar", "ouvir" e "escrever" apresentadas por Roberto Cardoso de Oliveira (1996), requer de mim reflexões teóricas-metodológicas sobre meu "lugar privilegiado" como pesquisador Omágua-Kambeba. É preciso indagar o que me permite considerar "privilegiado" em interpretar e compreender os fatos, considerando a minha condição de familiaridade com os demais interlocutores Omágua-Kambeba da pesquisa. Minha vivência étnica e a minha memória coletiva de meu povo trará referências ativas para a produção da reflexividade da ciência antropológica, com o exercício dos processos simultâneos do fazer etnográfico ( "olhar", "ouvir" e "escrever"):

Costumo dizer aos meus alunos que os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.31)

### 3.3 EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO

#### 3.3.1 O exercício do "olhar etnográfico"

Como venho dizendo, no caso de minha pesquisa, o trabalho do antropólogo a ser feito implica no reconhecimento de que faço parte do "campo da pesquisa" e que sou um agente da/nas análises dos dados etnográficos. A própria proposta da pesquisa surgiu de uma vasta demanda reflexiva proveniente da minha participação como Omágua-Kambebe em diferentes campos de atuação - minhas atuações pessoais e coletivas no campo da política étnica Omágua-Kambebe e no campo das relações interétnicas. Reconheço a dificuldade de desmembrar para análise estes dois campos de atuação, por funcionarem interconectados como meus referenciais de atuação. Ou seja, meu "eu acadêmico" e meu "eu pessoal e coletivo" estão juntos no meu intenso esforço de ser um Omágua-Kambebe pesquisador com a lente da Antropologia Social. A minha escolha em considerar meu "campo de pesquisa" os Omágua-Kambebe, no contexto histórico, territorial e cultural da aldeia Três Unidos, está carregada de meus interesses e motivações por questões históricas, pelas minhas relações com o movimento indígena e minha atuação no campo político de liderança indígena.

Se eu e o povo ao qual pertenço fomos levados, historicamente, a agir como apenas agentes a serem pesquisados, está agora posicionado como "pesquisador" põe-me numa situação de estar em alerta contínua sobre o meu agir e o "status" que a academia me traz, sobre as mudanças que implicará na minha relação comunitária. Se meu trabalho de campo implica no fato de um Omágua-Kambebe estar pesquisando a si mesmo e outros Omágua-Kambebe, algo inédito e estratégico para o coletivo da aldeia Três Unidos, isto está exigindo de mim maior responsabilidade e ética como cientista. Minha proposta de realizar o "olhar etnográfico" sobre as experiências de afirmação étnica Omágua-Kambebe na aldeia Três Unidos não significa que meu campo etnográfico tem limites geográficos nesta aldeia. Pelo tema e a problemática da minha pesquisa, o meu trabalho de campo é definido pelo campo das relações Omágua-Kambebe e analisado a partir das experiências na aldeia Três Unidos, o que significa que não se esgota em apresentar dados etnográficos restritos a esta aldeia.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Por motivo de prazo restrito da pesquisa do Mestrado, devo deixar claro que não é viável promover um "olhar etnográfico" presencial em outras aldeias Omágua-Kambebe.

### 3.3.2 O exercício do "ouvir etnográfico"

Devo observar que, por ser um pesquisador Omágua-Kambeba, minhas experiências de interlocução realizadas antes mesmo do meu trabalho de campo serão consideradas, no entanto, com o cuidado reflexivo de analisá-las etnograficamente.

Durante meu trabalho de campo do Mestrado, realizei entrevistas semiestruturadas com agentes, indígenas e não-indígenas, que possuem significativas atuações no campo de relações de promoção do reconhecimento de uma etnicidade "autêntica Omágua-Kambeba", por meio de ações e eventos estratégicos realizados pelo povo Omágua-Kambeba da aldeia Três Unidos ou realizados a partir desta aldeia, por ter se constituído em referência da "cultura" povo Omágua-Kambeba. Foram entrevistados lideranças do movimento indígena: André da Cruz, atual Coordenador da União dos Povos Indígena do Médio Rio Solimões -UNUPI-MSA; Diamantina Cruz, pela sua posição de matriarca dos Omágua-Kambeba da aldeia Três Unidos e a pesquisadora Iara Tatiana Bonin, por ter realizado um trabalho de pesquisa com os Omágua-Kambeba de Três Unidos nos 90. Estes interlocutores possibilitaram-me interpretar o lugar e o tempo de formação das concepções sobre terra, direitos indígenas, "cultura", tradição e identidade Omágua-Kambeba. Por meio desses dados, procurei compreender as origens das atuais estratégias étnicas da aldeia Três Unidos. Também entrevistei Valdemir da Silva da Silva, tuxaua da aldeia Três Unidos, interlocução com a qual pretendi obter sua visão sobre a formação da aldeia, os desafios enfrentados e os eventos externos que influenciaram na organização sociocultural da aldeia.

Como minha janela de observação é a área de Educação, trago para a análise as vozes do professor Raimundo Cruz da Silva, Gestor da Escola Kanata T-ykua, com a intenção de conhecer o processo histórico da escola, a relação com o sistema de ensino e como é usada a tecnologia para a valorização e difusão da cultura Omágua-Kambeba. Também entrevistei o professor Tomé Cruz, para que ele apresentasse as práticas pedagógicas da escola na valorização da identidade Omágua-Kambeba. A interlocução com estes professores é para que apresentem suas reflexões acerca da valorização da identidade e cultura Omágua-Kambeba. É importante ressaltar que os professores citados foram considerados interlocutores na condição de lideranças, bem como detentores de conhecimentos que dialogam com teóricos que fundamentam este trabalho.

Considero importante a interlocução com jovens da aldeia Três Unidos por eles expressarem a forma de como se sentem Omágua-Kambeba e também por falarem sobre as maneiras que expressam esse sentimento. Por isso, entrevistei minha sobrinha Tainara

Omágua-Kambeba, Influêncier digital, interlocutora da pesquisa para entender os usos das novas tecnologias de comunicação. Por meio das plataformas digitais, ela divulga conteúdos sobre cultura, identidade e o jeito de viver Omágua-Kambeba, o que está fomentando parcerias e trazendo grandes visibilidades, inclusive atraindo agências indigenistas a financiar sua participação em eventos nacionais e internacionais. Este tipo de participação de jovens está afetando internamente as relações políticas Omágua-Kambeba, reorganizando a estrutura social na aldeia, ressignificando o conceito de liderança, uma vez que até então apenas as pessoas mais velhas assumem tal função.

Também realizei pesquisa e análise documental, principalmente de documentos impressos e digitalizados sobre: o processo de legalização do território Omágua-Kambeba; construção de escola Omágua-Kambeba; Posto de Saúde Indígena; relatórios de reuniões; estudo sobre o povo Omágua-Kambeba. Estes documentos estão disponíveis nos arquivos da comunidade e em plataformas digitais. Os documentos foram abordados considerando serem mais do que fontes de informação, pois são "interlocutores" que dizem para mim suas interpretações (digo, de seus autores, instituições, coletivos etc) sobre o tema e a problematização da minha pesquisa. Os materiais etnográficos aqui apresentados foram produzidos por meio de conversas e entrevistas realizadas em oportunidades diversas de interlocução: momentos frequentes.

#### 4. Contando histórias de afirmação étnica e territorial dos OMÁGUA-KAMBEBA

Para situar as movimentações étnicas em um contexto interétnico da aldeia Três Unidos é necessário conhecermos algumas lideranças e eventos que marcaram o processo histórico e protagonismo Omágua-Kambeba antes da chegada no Rio Cuieiras, município de Manaus. Ações históricas que geraram experiências para as lideranças de Três Unidos.

##### 4.1 O primeiro professor Omágua-Kambeba

No decorrer da minha pesquisa, buscando trazer para este trabalho lideranças que protagonizaram o movimento indígena no Médio Rio Solimões, estabeleceu interlocução com os (as) Omágua-Kambeba que assumiram funções importantes para a interlocução entre sua aldeia e sociedade não indígena dominante. Para apresentar um trabalho mais consistente, especialmente com as vozes daqueles que vivenciaram esse primeiro encontro com o Estado brasileiro, viajei para o Médio Rio Solimões, Aldeia Jaquiri, para conversar com André da Cruz, meu tio e coordenador da organização União dos Povos Indígenas no Médio Rio Solimões e Afluente-Unip-MSA. Em uma das conversas, André da Cruz, hoje com 79 anos, falou um pouco da sua história e sua atuação no movimento. Ele destacou pontos importantes que o são referenciais de uma organização política Omágua-Kambeba.

Em 1976, comecei a estudar no Mobral<sup>17</sup>, com idade de 34 anos. Estudando e trabalhando na agricultura de Juta, malva essas coisas. Quando terminei o Mobral, veio uma seleção de Tefé, fazendo teste para o ensino fundamental completo, e passei. Tive que estudar 15 dias na cidade, e após isso eu retornava para a casa. (Aldeia Jaquiri) E levava os materiais para estudar a distância. Minha ida à cidade era somente para fazer as provas.

Então comecei essa missão de trabalhar já com o cargo de professor, estudando e trabalhando. Nesse caso, já era contratado pelo município, em 1984. Nesse tempo minha sala de aula tinha mais de 30 alunos. E sempre trabalhando na escola e continuando na agricultura e pesca.

Quando foi em 1986 fui convidado para entrar no movimento indígena, a Uni, que hoje é UNIPI. E comecei a trabalhar em cima disso. Nesse mesmo ano fiz outro estudo, que hoje chamam de ensino médio, na época era supletivo e dinâmico, fui aluno durante 4 anos. E assim fui trabalhando, dando aula pelo município e também para MEB (Movimento Educação de Base)

Aí fui convidado para uma assembleia da União das Nações Indígenas na Aldeia Marajaí. Eu lembro bem desse dia (23 de fevereiro, de 1988), fui concorrer. Meu irmão (Raimundo Cruz) disse “vai seu mano”. Ele não aguentava por causa da saúde.

---

<sup>17</sup>Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. (<https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/#:~:text=Programa%20criado%20em%201970%20pelo,do%20Brasil%20em%20dez%20anos.>)

Aí eu entrei e ganhei na parada para coordenador e fui para UNI-Tefé. Trabalhando na organização indígena e dando aula ao mesmo tempo. Nos dias de reuniões o Mariano (meu filho) ficava em meu lugar. E até hoje sou coordenador, todo tempo fui coordenador geral do movimento indígena.

Agora dentro da legalidade eu deixei de ser professor somente em 1993. E para eu trabalhar na Coiab na época, foi assim, eu era conselheiro e me chamaram para uma reunião do conselho. Como tinha falha financeira na prestação de contas eu consegui fazer uma assembleia extraordinária, e nessa assembleia foi eleito. Nesse ano fui coordenador da Coiab, e ao mesmo tempo sendo vice-coordenador da Uni-Tefé. Assim fiquei até em 1995, onde tive a assembleia geral e fui para a parada novamente, e ganhei para segundo coordenador, e o Sabá Machinery o primeiro.

De lá nós trabalhamos juntos, viajei durante 6 anos, e fui para Lima conhecer a realidade dos Omágua-Kambeba, passei 40 dias na primeira vez, na segunda passei 3 meses, conhecer a língua Omágua-Kambeba. Vindo de lá trouxe um livro daquele que contava como era a língua Omágua-Kambeba. Então fui testando junto com meu pai e tio Pedro Marinho. Aí veio aquele pesquisador que nós chamamos de Caximbão, um antropólogo holandês que veio de São Paulo, que veio fazer uma entrevista, a partir daí conseguimos fortalecer a nossa língua (Entrevista concedida a mim em, 10 de de setembro 2022, de forma presencial).

Esse relato de André Cruz evidencia os fatos que, na época, contribuíram na construção de uma base política do Omágua-Kambeba. Com destaque para os programas de governos como o Mobral e as formações do Movimento de Educação de Base, ofertada pela igreja católica, pois vejo que foram relações que permitiram a luta pela primeira escola em território Omágua-Kambeba. Do lado da aldeia é notado também os esforços pessoal e comunitário por uma formação profissional que desse credibilidade para a garantia do professor indígena em sala de aula.

A luta por direitos e a formação escolares tornou André da Cruz, o primeiro professor da aldeia. E ser professor, nos anos 80, qualificava as lideranças para interlocução com a sociedade não indígena. Para o movimento indígena que lutava por protagonismo, André Cruz tornou-se um agente fundamental para o modelo de organização institucional que os movimentos indígenas estavam criando. Isso é revelado quando ele destaca as organizações que ele ocupou.

Abro uma reflexão para o momento em que a categoria de "professor" passa a ser estratégica do movimento indígena, pois a formação escolar permitia transitar entre o mundo indígena e não indígena. Esta observação já foi pontuada pelo antropólogo Gersem Baniwa, que classificou como "novas lideranças" ou "lideranças políticas". Indígenas com perfil histórico de lideranças como o de André Cruz passaram a protagonizar uma nova fase do movimento indígena, institucionalizando as organizações indígenas dentro do Estado Brasileiro.

Retornando ao relato, observo que as viagens internacionais, atuando à frente da organização, oportunizaram a esta liderança conhecer outras aldeias Omágua-Kambeba. Nessas relações, a busca pela língua materna era uma das principais agendas. Em minha

Dissertação, esclareço que este é o início da mobilização para o fortalecimento da língua Omágua-Kambeba. O dicionário dos Omágua-Kambeba do Peru contrastado com os falantes da língua aqui no Brasil só potencializaram ainda mais a afirmação da identidade Omágua-Kambeba. Esta busca pela "cultura" a parti das participações em reuniões ou formações políticas, como diz Weber, marca o protagonismo do primeiro professor da aldeia Jaquiri, e um passo importante para que futuras gerações pudessem ter acesso ao patrimônio linguístico Omágua-Kambeba, bem como o entendimento sobre o conceito de cultura.

Portanto, ao refletir o papel do primeiro professor e liderança de movimento político, evidenciou parâmetros históricos e contextuais para compreender a atual afirmação étnica do povo, e o lugar de destaque que a língua Omágua-Kambeba ocupa para o povo da Aldeia Três Unidos.

#### **4.2- A "CULTURA" COMO AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO NAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS**

Vejo necessário discutir o que as lideranças de Três Unidos definem cultura, como associam com o conceito de território e os projetos de vida da aldeia, com vista o processo histórico do povo. E para tratar desse tema analiso a fala de diferentes interlocutores Omágua-Kambeba, em momento distinto que entendo como relevante para a temática.

Em uma reunião de planejamento comunitário, no ano de 2022, com a pauta fortalecimento cultural, o tuxaua Valdemir da Silva se dirige ao povo fazendo pontos de reflexões e alerta.

O que ouvi do tuxaua Valdemir da Silva:

Na aldeia Terra Preta [refere-se a uma aldeia do povo Baré, próximo à aldeia Três Unidos, onde a maioria dos indígenas são convertidos à igreja evangélica), está cheio de evangélico lá dentro, cheio de crentes se evangelizando, onde está ficando a cultura indígena? Daqui uns dias está **desativado**. Índio sem cultura não vai. Quando inventa uma dança, mas como música de evangélico. E não é nem dança, só cantando! E nós estamos firmado porquê é nossas danças. Cada vez firmando mais. Fizemos uma música muito bonita chamando os bichos da natureza. Então é isso que está se garantido, se afirmando somos nós. Graça a todo mundo. Ainda falta se fortalecer mais, porque tem gente ainda correndo atrás da sua cultura, achando que daqui uns tempos, a peneira não vai passar. Compadre Valdomiro falava muito disso. Por que hoje nós não ficamos com pouca visita? Porque essa cultura que foi falado lá em 98, 99, 2000 é que ia garantir essas terras. É a nossa garantia de terra. Que demarcação não está existindo. Mas a partir que estamos hoje firme e forte na cultura, na língua materna e nos costumes, eu duvido. Como eu digo se dependesse de mim brincávamos toda noite, aquilo tem de fazer, é

brincar. Não só danças com cervejas, mas danças tradicionais que é isso, quem chegar olhar, o pessoal está firme na cultura dele. Aí duvido quem vai jogar ele dali, estão firmes e fortes. Com arcos e flechas. A prova é que, onde chegar ver a flecha, é zarabatana. Mantendo sua cultura (Diário de campo, em 15 de agosto de 2022).

Analisando o trecho apresentado, o tuxaua usa o exemplo da dinâmica culturais e religiosas dentro da aldeia Terra Preta, uma comunidade vizinha, habitada pelo povo Baré. A fala reflete o contexto da comunidade em relação à crescente influência da igreja evangélica, que parece substituir aspectos fundamentais da cultura indígena, e toma como um alerta que a Aldeia Três Unidos não deve seguir. Essa mudança é percebida principalmente na transformação das práticas de dança tradicional em cânticos evangélicos. Para o tuxaua Valdemir da Silva, a autenticidade cultural é questionada, pois essas influências evangélicas não apenas desviam do padrão de cultura tradicional, mas também podem representar uma perda de identidade cultural única.

Nessa perspectiva, é possível interpretar o que é cultura para o meu tio, pois a valorização da cultura indígena é abordada como um meio de manter uma ligação intrínseca com a língua materna, os costumes e as tradições ancestrais. Algo que deve ser ativado e reconhecido a partir do outro (a diferença), o que me lembra do índio hiper-real, e o processo de etnicidade de Barth. Essa preocupação é compreensível, considerando que a cultura tem a língua e danças como componentes mais visíveis na identificação da identidade e marcação das diferenças de um grupo étnico em contexto interétnico. Outro fator, é o contexto histórico que permeou o olhar da liderança. Exemplo: nos 80 e 90, meu tio acompanhou as lutas pela demarcação do território no Médio Rio Solimões, e lá ele entendeu a importância dada à cultura indígena na garantia dos direitos. Por isso que sugere que a força na manutenção desses elementos culturais pode estar ligada a forma que o outro nos identifica, bem como legítima a reivindicação sobre as terras, já que, historicamente, a cultura é um fator importante na territorialização da terra.

Em uma perspectiva antropológica e histórica, este trecho enfatiza a complexidade das transformações culturais dentro de uma comunidade indígena. A análise etnográfica leva em consideração as influências históricas, políticas e sociais que moldam essas relações. Além disso, as tensões entre a adoção de elementos não indígenas e a valorização das tradições culturais são diferentes estratégias entre indígenas, revelando como a etnicidade está presente, como eu me constituo diante do Outro, e o ego centrista que cada diferença carrega.

Já em outro momento importante para a aldeia, datado no dia 20 de agosto de 2022, participei de outra reunião comunitária que comemorava a Semana dos Povos Indígenas, na qual o tuxaua Valdemir da Silva falou da importância da valorização cultural associada à luta pela regularização da terra indígena. Realizada na escola Kanata T-ykua, com a participação da maioria dos comunitários, assim ele expôs sua fala:

Hoje é véspera do dia do parente. (...) daqueles que muitos já se foram, daqueles lutadores da educação e saúde e terra demarcada. Mas mesmo assim, é tipo um tuxaua, um bom pai, fazer uma casa para botar seus filhos dentro, o bom tuxaua é isso. Lutar pela terra demarcada, porque o índio sem terra demarcada, não é bem visto, onde ele não pode plantar (...) não pode ter uma confiança. Terra demarcada é garantia da vida do indígena. E aí ninguém mete a mão. Eu acompanhei a demarcação da terra de Jaquiri. E aprendi muito com o Tuxaua Valdomiro Cruz, seu Lourival Mayoruna, foram os dois tuxaua do Médio Rio Solimões. Dedicaram muito sua vida. Eu aprendendo, conhecendo, ao lado, como fosse um filho, porque para mim aquilo ia servir na vida. Pra eu estar repassando hoje. Valdemir da Silva veio dessa grande experiência. Por isso o índio luta pela demarcação de terra. Para que não haja, dizer assim eu não coloco um bom imóvel, um posto de saúde, uma escola porque não é terra demarcada. Saber conversar com os doutores da lei. O importante é o reconhecimento. É chegar com respeito e educação. Por isso lutamos. Graças que o Polo Nossa Senhora da Saúde tem uma prioridade. Porque os parentes por aí reclamam muito, pois tem terra demarcada, mas não tem nada. E aqui é um povo garantido, é um povo reconhecido. É povo respeitado, é um povo receptivo, para ver meus jovens, porque vocês são o futuro. (Diário de campo no dia 18 de abril de 2022)

O trecho do texto apresenta reflexões sobre a Semana dos Povos Indígenas. Essa data é conhecida localmente como o "Dia do Parente" e o significado deste dia para a comunidade indígena é de grande relevância. É um evento onde a escola organiza com participação de toda comunidade, mesmo sendo uma data para os indígenas, os Omágua-Kambeba reencantam esse momento.

No evento, é obrigatório o uso da roupa Omágua-Kambeba com grafismo, participar das danças e cada família contribui com uma comida tradicional. Além de uma organização da comunicação, pois os jovens, principalmente os influencers digitais, são responsáveis pela transmissão online do evento. Isso porque é um momento onde debatem e fazem reflexões sobre várias temáticas (como saúde, direito à terra, educação, sustentabilidade), sendo um grande incentivo para a valorização da identidade nas diversas instâncias da vida Omágua-Kambeba. É onde reúne as lideranças, adultos e a juventude para um maior engajamento nas pautas da comunidade, inclusive autoridades do município de Manaus como forma de amansamento e encantamento. Enfim, o dia do parente é uma ocasião especial para lembrar e honrar aqueles que fizeram contribuições significativas para a comunidade, incluindo os defensores da educação, saúde e demarcação de terras, é tornar vivo a ancestralidade. O texto ressalta a importância dos líderes, ou "tuxauas", que têm sido

como bons pais para a comunidade, criando um ambiente favorável para o crescimento e desenvolvimento dos seus membros, deixando claro o perfil e as qualidades do tuxaua, e também como forma de afirmação de sua autoridade.

A demarcação de terras é um tema central na fala. A terra demarcada é vista como vital para a sobrevivência e bem-estar do Omágua-Kambeba. Ela é retratada como uma garantia para o sustento da vida indígena, pois permite o cultivo e a construção de infraestrutura, como postos de saúde e escolas por parte do Estado. O processo de demarcação de terras é ligado à luta dos Omágua-Kambeba por reconhecimento e respeito político. Ele ainda destaca a forma de abordagem de reconfigurar as relações, a importância de se relacionar com 'doutores da lei' de maneira respeitosa e educada para buscar a concretização desses objetivos. Nesse caso, "doutores da lei" é referência feita aos órgãos governamentais e não governamentais, uma alianças que nós Omágua-Kambeba costumamos e buscamos expandir, sem agressividade, mas sim na conversa proximal.

O tuxaua também compartilha a experiência de acompanhar o processo de demarcação da Terra Indígena Jaquiri e aprender com líderes influentes da comunidade, como Tuxaua Valdomiro Cruz e Lourival Mayoruna. A transmissão de conhecimentos nesta ocasião é vista como uma preparação pessoal dele como Omágua-Kambeba e que, portanto, consiste em experiência importante para as futuras gerações. O texto também menciona a prioridade dada ao Polo Nossa Senhora da Saúde em terra indígena que não é demarcada, mas é um mérito e resultado das estratégias do povo.

Nessa análise, é possível perceber a importância da demarcação de terras como um componente fundamental na luta pela identidade, bem-estar e sustento das comunidades indígenas. Esse momento da semana dos povos indígenas não é apenas uma comemoração, é um evento que se tornou tradição onde se fortalece um certo contrato social com os comunitários. Lembrando-os do papel que cada evento como esse tem em relação ao pertencimento étnico e, principalmente, aos interesses coletivos.

Minha tia Diamantina Cruz, nessa mesma reunião, lembrou o momento de autoafirmação étnica Omágua-Kambeba:

Papai entendeu que precisava mostrar para sociedade, né! Que ele era Omágua-Kambeba e sabia da cultura que até os padres perguntaram dele. Ele sempre se orgulhava de dizer. E ele nunca negou. Deu bom dia, contou a história e no final ele deu uma desfilada. (Entrevista dada a mim em 18 de Abril de 2022, por meio presencial)

Esse momento de se representar como Omágua-Kambeba aconteceu, primeiramente, no encontro promovido pela Prelazia de Tefé, como já citado. Um momento em que os Omágua-Kambeba se sentiram seguros para sua autoafirmação. Nesta parte de sua fala, minha tia destaca o interesse e o orgulho que o Valdomiro Cruz sentiu em relação a sua identidade e cultura Omágua-Kambeba. Compreendendo a identidade indígena como elemento de importância de acessar direitos, apresentando-se como membro da comunidade Omágua-Kambeba (contando sua história e "desfilando")

Valdomiro Cruz e Assenciona Cartimaria, por questões de sobrevivência em contexto interétnico, silenciou a sua identidade Omágua-Kambeba. Somente na década de 70, afirmou ser Omágua-Kambeba. Vale destacar que, naquele contexto, os movimentos indígenas organizados estavam buscando reconhecimentos políticos dentro do Estado, Proporcionando naquela reunião um ambiente seguro para a declaração de autoafirmação Omágua-Kambeba. Observo que essa ação é um reflexo da consciência política, pois deve-se considerar que outros aspectos da cultura sempre esteve presente.

Volto sublinhar a descrição da forma de como cumprimentou as pessoas, compartilhando as histórias e até "dá uma desfilada" no final mostra a articulação e o proativismo de envolver e compartilhar aspectos de sua cultura como elemento de legitimação étnica, o que autores podem chamar de performance. Esse momento destacado pela Diamantina é muito relevante para nós, enquanto afirmação da identidade como povo. Essa atitude inspirou outros passos de novas lideranças, como a do seu genro Valdemir da Silva. Principalmente quanto ao modo étnico de se apresentar em contexto fora da aldeia.

Ao contar sobre as suas primeiras participações em reuniões, Valdemir da Silva conta com um sorriso, referindo a fala da Diamantina, o momento que ele reproduziu aquela ação de Valdomiro Cruz, apresentando-se na língua Omágua-Kambeba, em um evento em Manaus.

Na reunião de saúde, onde fui, pediram para me apresentar, e eu falei na língua Omágua-Kambeba, só uma putaria, pois lá ninguém entendia mesmo. Chamei os caras de preguiçosos. Igual o professor Raimundo gosta de fazer. Me apresentei para todos, mostrei minha cultura, e todas as autoridades falaram: esse sim, é índio de verdade! Foi assim que comecei a luta pelos nossos direitos. Por meio da cultura (Entrevista concedida a mim em 15 de agosto de 2022, por meio presencial)

Nesta questão, ressalta-se a importância do uso da cultura como uma ferramenta na luta pelos direitos à saúde e ao reconhecimento das comunidades indígenas. Através do

exemplo citado pelo tuxaua que se apresenta e se comunica na língua Omágua-Kambeba em uma reunião de saúde, podemos observar os momentos que são acentuados os traços da etnicidade, constituindo um veículo de comunicação social e afirmação identitária na linguagem das autoridades.

O uso da língua e de outras práticas culturais tradicionais não apenas cria uma conexão mais profunda entre os membros da comunidade indígena, mas também incentiva a busca pelas memórias históricas do povo, bem como a potencialização da identidade. No contexto da luta por direitos à saúde, educação, à terra, o emprego da cultura se revela particularmente eficaz. Na perspectiva do tuxaua, ao se comunicar na própria língua, cria-se uma experiência de afirmação étnica, permitindo que as autoridades tenham um breve vislumbre da cultura Omágua-Kambeba, pois a apresentação é para sinalizar uma fronteira cultural que os legitima "índio de direito" para aqueles que os observam. Mas, este ato de comunicação transcende o mero discurso, pois comunica um sentido de herança cultural, história e a necessidades específicas como a agenda de luta, especialmente um sentimento de pertença.

A reação das autoridades, que reconhecem o tuxaua como um "índio de verdade" após sua apresentação cultural, é um indicativo de como essa "autenticidade" é carregada de estereótipos institucionais históricos. As atitudes do tuxaua demonstram que há um certo estímulo e autoafirmação étnica nestas relações interétnicas, quando são provocados a se apresentarem pertencentes a um grupo étnico. Agindo desta forma, os indígenas demonstram como é possível abrir portas para estabelecer proximidade com possíveis aliados, ao se fazerem reconhecidos buscam apoio mais amplo sobre direitos e necessidades de suas comunidades indígenas.

A referência à necessidade de se apresentar como um "índio que fala e canta na sua própria língua" para o outro, é uma prática que faz parte do modo etnopolítico Omágua-Kambeba. Penso que tornou-se uma moeda de troca para satisfazer o estereótipo e a ignorância institucional. Porém, nós Omágua-Kambeba vamos além, tais práticas são implementadas, incorporadas e reencantadas nas relações sob uma perspectiva própria e contemporânea. Um exemplo disso ocorreu durante uma das reuniões comunitárias, quando uma liderança informou que a Fundação Amazônia Sustentável – Fas faria uma visita à comunidade e pediu que todos se apresentassem usando seus trajes tradicionais, arcos, colares e outros acessórios culturais. Um dos membros da comunidade expressou sua preocupação, questionando se a Fas estava tentando ensinar aos indígenas como serem "índios". No entanto, após discussão, chegou-se a um consenso de que a chegada

dessa visita poderia trazer benefícios significativos para a comunidade, abria-se um caminho para amplificar suas reivindicações. Esta condição reflete uma dinâmica em um campo de poder onde há interesses de ambas as partes, mesmo numa relação assimétrica.

Este trecho sublinha que a etnicidade vai além de simples práticas e expressões artísticas, sendo uma ferramenta essencial na luta pelos direitos e no reconhecimento das comunidades indígenas. Ele também evoca a ideia do "índio hiper-real" de Alcida Rita Ramos, ressaltando como as instituições muitas vezes moldam a imagem dos indígenas para alimentar suas próprias agendas e existência.

Contudo, para os Omágua-Kambeba de Três Unidos, mesmo dentro dessa dinâmica de poder desigual, onde o Estado ou ONGs estabelecem as regras do jogo, não implica necessariamente em passividade de sua parte diante das imposições. Pelo contrário, isso é visto como uma condição, que aponta para a existência de um poder de "domesticação do branco", conforme expresso pelo indígena antropólogo Gersem Baniwa, ou o que nós Omágua-Kambeba chamamos de "ritual do amansamento dos brancos" ou o próprio encantamento da cobra-grande. Essa perspectiva não apenas revela resiliência, mas também destaca uma forma de resistência e potencialização enquanto existência de um povo.

Nesse contexto, a luta pelos direitos não se manifesta exclusivamente por meio de manifestações públicas ou confrontações diretas, mas também por meio da capacidade de negociar e reconfigurar estrategicamente as dinâmicas de poder. A noção do "ritual do amansamento dos brancos", dito em outras palavras por Max Weber o "reflexo externo", introduz a ideia de que, por trás da aparente submissão, reside a habilidade de influenciar a fala predominante e remodelar as interações interétnicas em seu favor.

Iara Tatiana Bonin, em diálogo comigo, apontou que uma das primeiras ações dos Omágua-Kambeba no Rio Cuieiras foi a luta pelo território. Destaco aqui um trecho da conversa que evidencia o olhar da pesquisadora:

A lógica por trás da demarcação territorial, como Seu Valdomiro explicou, é uma luta pelo próprio território, que é essencial na organização de suas vidas. A proteção do território está intrinsecamente ligada aos movimentos dos Omágua-Kambeba. Quando cheguei a Três Unidos em julho de 1998, visitei o local três vezes. Ao falar sobre a resistência étnica, um aspecto central é entender a ancestralidade étnica e o que a diferencia de outras ancestralidades. A terra desempenha um papel central nas lutas. As batalhas identitárias estão ligadas às lutas territoriais, como vemos na história dos Omágua-Kambeba e em seus movimentos migratórios. A busca pela demarcação nunca cessou, já que não era apenas sobre serem hóspedes, mas sim sobre garantir a posse do território. O primeiro movimento que presenciei em Três Unidos foi a luta pela terra. Embora a educação também fosse importante, a terra estava em primeiro lugar. Isso se deve ao fato de terem recebido autorização para

ocupar uma terra específica. No entanto, era uma terra totalmente diferente do Solimões, localizada às margens do Rio Negro, com características mais ácidas e espécies de peixes distintas. Lembro-me claramente das condições que Seu Valdomiro mencionou (Entrevista concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

É interessante entender o ponto de vista da pesquisadora, que aponta a compreensão da lógica por trás da demarcação territorial entre os Omágua-Kambeba. Conforme explicado por Valdomiro, revela a profundidade das conexões entre a terra, a identidade étnica e a luta pela valorização cultural. É evidente a importância da proteção do território para a organização da vida da comunidade Omágua-Kambeba e como essa luta territorial está intrinsecamente relacionada ao mundo do povo.

A visita inicial em julho de 1996 e as interações com Valdomiro Cruz permitiram a Lara Tatiana Bonin uma compreensão mais profunda das complexidades da resistência étnica dos Omágua-Kambeba. A ênfase na ancestralidade étnica como um fator distintivo e central mostra a busca do meu povo em compreender suas raízes e as características que diferenciam os Omágua-Kambeba de outras comunidades.

O papel central da terra nas lutas territoriais é um elemento fundamental na fala dos Omágua-Kambeba. A conexão entre as afirmações identitárias e a busca pela demarcação territorial se manifesta claramente na história dos Omágua-Kambeba e em seus movimentos de deslocamento. A luta pela posse da terra não é apenas uma busca por um espaço físico, mas também uma reafirmação da identidade cultural e ancestral que está profundamente enraizada no processo de territorialização.

#### **4.3-UM OLHAR SOBRE A ESCOLA E OS OMÁGUA-KAMBEBA**

Recordo-me das histórias que meu pai contava sobre a importância da leitura e dos conhecimentos matemáticos. Ele dizia que remava cerca de três horas para encontrar alguém alfabetizado para ler ou escrever cartas. E da mesma forma com as operações matemáticas, para não ser enganado nas vendas de peixe e madeiras para seus "patrões". E no cenário de abandono social e do Estado, meus pais perceberam a necessidade de os filhos estudarem. A escola que empodera, a escola que qualifica o Omágua-Kambeba, que os faz conhecedores de seus direitos e deveres no mundo ocidental. E para destacar ainda mais a importância dessa instituição, trago o depoimento da Lara Tatiana Bonin, mostrando como pensávamos escola nos anos 80 e 90:

Agora vou falar sobre a luta pela educação. Lembro-me de que muitas coisas me chamavam a atenção. A primeira é que os Omágua-Kambeba estruturaram uma escola em todos os lugares que iam. Jaquiri era um lugar que tinha uma escola bem organizada lá no Solimões. Faziam encontros constantes de professores, discutindo como seria a educação, como deveria ser a escola. Inclusive, quando eu cheguei lá no Jaquiri, foi durante um período em que os professores já estavam discutindo o Projeto Político Pedagógico, não era chamado assim na época, mas era uma discussão sobre para que queríamos a escola, qual tipo de escola queríamos. Por exemplo, há povos que agora estão começando a pensar em seu PPP. Lembro-me de que isso era uma questão importante no Médio Rio Solimões, entender para quê. Também havia muita desconfiança sobre como a escola estava moldando a mentalidade das pessoas. Como a escola estava influenciando as pessoas a aderirem tanto à cultura Omágua-Kambeba quanto à cultura branca majoritária. Portanto, havia essa suspeita, será mesmo que a escola é algo bom? E se ela deve ser um instrumento de luta, o que ela precisa ter? (Entrevista concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

Continuando a conversa, ela relata sobre o professor, como ele é pensado pelos Omágua-Kambeba:

Lembro-me de que, no Médio Rio Solimões, destituíram um professor, que não era Omágua-Kambeba, mas sim Mayoruna. Isso porque ele deixou faltar água no motor de luz da comunidade. Veja que não tem nada a ver com a função de professor, mas é só para dizer que o professor era uma liderança a mais, inserida nas atividades, tarefas e rotinas das comunidades. Outra coisa que sempre me chamou a atenção é que os professores tinham que assumir juntos a responsabilidade de escrever as cartas, os documentos, os materiais das reuniões, as assembleias. Isso é algo muito bom, pois você está estendendo a função além da escola, é um entendimento da comunidade educativa e da necessidade das pessoas se envolverem. E vi muito disso entre os Omágua-Kambeba (Entrevista concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

Podemos observar a luta pela educação escolar entre os Omágua-Kambeba, ressaltando uma série de nuances e reflexões profundas relacionadas à estruturação, à gestão e ao propósito da educação nas comunidades. O comprometimento em relação à educação manifesta-se de maneira significativa, revelando como a comunidade estava ativamente engajada na construção de um sistema educacional que refletisse suas necessidades, valores e aspirações.

A ênfase na estruturação de escolas em todas as localidades onde estavam presentes demonstra uma busca incessante pelo acesso à educação e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da identidade. A organização de encontros de professores e a discussão aberta sobre a educação e os rumos da escola evidenciam uma mentalidade progressista, atentando para a importância de moldar a educação conforme as especificidades da cultura Omágua-Kambeba. A reflexão sobre o Projeto Político Pedagógico, mesmo que não fosse nomeado dessa forma na época, denota uma visão estratégica de como a educação

poderia ser uma ferramenta de empoderamento e fortalecimento da identidade, o que segundo a pesquisadora demonstra o quão aprofundado é o assunto.

A suspeita e o questionamento sobre como a escola influenciava a mentalidade das pessoas apontam para uma preocupação legítima da comunidade sobre como a educação escolar poderia moldar a compreensão cultural dos Omágua-Kambeba. Essa atenção cuidadosa ao impacto da escola na cultura é pensada cautelosamente sobre o possível distanciamento daquelas características que a sociedade entende como indígena, e com é necessário um compromisso profundo em preservar os valores tradicionais enquanto se engaja em um sistema educacional mais amplo.

O papel da liderança do tuxaua na educação escolar destaca a interconexão de modo organizacional e a influência da comunidade. Um mecanismo de monitoramento, pois as lideranças não dava aulas, mas tinha um papel de orientação e respeito. Entendo como a importância atribuída à liderança tradicional em todos os aspectos da vida comunitária são processos próprios da vida Omágua-Kambeba.

A flexibilidade na escolha dos professores, aliada às responsabilidades e compromissos com a comunidade, nos traz uma visão abrangente do papel do professor. O exemplo do professor Mayoruna que foi destituído devido a uma questão não diretamente ligada à função de professor ilustra como a atuação dos professores vai além dos limites da sala de aula, tornando-os parte integrante das atividades e da governança da comunidade, o que anteriormente citei com o conceito do indígena professor.

A prática de compartilhar responsabilidades na redação de cartas, documentos e materiais das reuniões amplia o papel dos professores, além das práticas pedagógicas. Essa abordagem colaborativa nos mostra a compreensão coletiva da educação como um esforço conjunto, onde esse profissional é visto pelo movimento indígena como estratégico nas organizações dos eventos.

Pode-se notar na fala da pesquisadora sobre a luta pela educação entre os Omágua-Kambeba uma abordagem arraigada na identidade e nas necessidades da comunidade. Através de discussões estratégicas, engajamento ativo e uma visão abrangente do papel do professor, os Omágua-Kambeba transformaram um sistema educacional que não apenas se adaptou às suas realidades, mas também fortaleceu e perpetuou sua cultura para as gerações vindouras.

Nesse sentido, o fazer pedagógico da pessoa do indígena professor é estratégico para construção de uma escola aos moldes Omágua-Kambeba:

E em relação ao Tonho, ele era muito jovem na época. Uma vez perguntei a ele, "Tonho, quantos anos tu tinha?", porque ele era um guri. Ele era muito criativo. Lembro-me de que seu Valdomiro, de vez em quando, dava um toque no Tonho, tipo assim, dizendo como as coisas tinham que ser. Seu Valdomiro era super rigoroso para ver se a escola estava funcionando, se as coisas estavam corretas na escola, se as crianças estavam indo. Tem uma parte da minha Dissertação em que eu conto isso. A aula já tinha começado, o Tonho já tinha chamado e as crianças estavam ali, não queriam entrar. Lembro-me de que seu Valdomiro chegou, não repreendeu, mas disse, "Reparem ali, os dentes e as unhas da preguiça no pescoço". As crianças perguntaram, "Onde?". E as coisas continuaram em tom de brincadeira, cada coisa em seu lugar apropriado. E percebo que a escola fazia parte dessa dinâmica cultural. Por mais que houvesse conteúdos da cultura não indígena a serem ensinados, a escola era vista como parte integrante da cultura, seguindo o mesmo ritmo e estilo das outras coisas na comunidade.

Falando mais sobre a educação, a escola não pode ser pensada separadamente da cultura, da história e da memória, de tudo que acontece à sua volta. Então, meu trabalho sobre a escola também envolveu entender como a educação Omágua-Kambeba ocorria. Estou falando também do passado, de como a educação acontecia naquele momento, para além da escola ou em conjunto com ela. Uma coisa interessante é a luta para que a escola tivesse um espaço específico. Quando cheguei lá, (aldeia Três Unidos) a escola já existia. Acho que agora já cresceu, mas na época era uma casa com janelinhas e uma cerquinha na frente, esse era o prédio da escola enquanto instituição. No entanto, além desse prédio, lembro-me de que os Omágua-Kambeba estavam construindo um centro cultural. Havia algo interessante nisso, porque o centro cultural era separado da escola, e naquele momento só tinha o telhado (Entrevista de Lara Tatiana Bonin concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

Ao observar essa trajetória de olharmos a escola a partir do olhar do outro sobre como construímos a escola é interessante. É como podemos notar o processo de atração de um grande parceiro na luta pela escola. Pois, vejo que esses momentos foram essenciais para as lideranças da aldeia começassem transformar o processo próprio de ensino numa linguagem mais pedagógica, os quais o sistema de ensino pudesse compreender. Daí uma importância profunda da pedagogia Omágua-Kambeba e sua interação na escola com base na dinâmica comunitária. Vai além da simples implementação de uma escola, mas de uma cosmociência do povo.

A figura do jovem Tonho (Raimundo), atual diretor da escola Kanata T-ykua, sendo criativo e envolvido na escola, já vem indicando que o acesso à escola à a nova geração teria um papel ativo na construção da educação escolar indígena. O papel de Valdomiro como orientador e observador, que ocasionalmente dava orientações para garantir o alinhamento com os valores e objetivos da comunidade, é retrato da liderança e da responsabilidade compartilhada na educação, interconexão entre educação escolar e educação indígena Omágua-Kambeba.

É interessante destacar a observação da pesquisadora sobre o centro cultural ser separado da escola, embora seja um espaço que abriga complementos interconectados da cultura. Os Omágua-Kambeba reconhecem que a educação escolar não pode ser isolada

de outras práticas culturais, história e memória da comunidade. A escola é concebida como uma parte orgânica da vida comunitária, seguindo o ritmo e estilo das outras atividades. A interação entre os conteúdos da cultura não indígena e a “pedagogia Omágua-Kambeba<sup>18</sup>” é notável, revelando um esforço consciente para manter a identidade cultural enquanto interagem e produzem outros conhecimentos .

#### **4.4- O INICIO DA LUTA POR ESCOLA EM TRÊS UNIDOS**

Agora, para compreendermos ainda mais o uso da escola como meio de potencialização da etnicidade Omágua-Kambeba, é preciso conhecermos o processo histórico da educação escolar na Aldeia Três Unidos contada pelos próprios Omágua-Kambeba. Para isso é fundamental estabelecer um diálogo com o tuxaua Valdemir da Silva e o professor Raimundo Cruz da Silva, também conhecido como Raimundo Kambeba. Vale destacar as nuances das histórias de Raimundo Kambeba, da escola e da aldeia apresentam-se de forma tênue, o que torna imprescindível a importância de sua participação nesta pesquisa, pois contribui para obter uma visão mais clara e consistente do contexto educacional Omágua-Kambeba de Três Unidos. O diálogo com essas lideranças comunitárias se apresenta como um importante recurso para uma análise mais aprofundada e contextualizada, permitindo uma análise que valorize a diversidade de perspectivas Omágua-Kambeba sobre a etnicidade. Nesse sentido, a investigação conjunta de fontes orais e escritas mostrou-se essencial para o enriquecimento de dados etnográficos para minha dissertação, bem como para a ampliação do conhecimento acerca da educação escolar e os interesses do povo da Aldeia Três Unidos.

Para início de conversa, Raimundo apresenta que as lutas por escola em Três Unidos vem de experiência da região do Médio Rio Solimões.

O nosso pensamento era de forma mais coletiva para que tivesse uma escola aqui na comunidade. E o pensamento era de uma comunidade mesmo. Como nós viemos lá do Médio Rio Solimões, com fortalecimento tão grande do movimento indígena para saúde, para educação e tudo mais. O papai (tuxaua da comunidade, Valdemir da Silva ) quando chegou aqui não perdeu esse foco, nós precisávamos continuar isso. A luta de melhorar e de se organizar para ter uma escola. E assim os grandes desafios nesse primeiro momento foi de conversar com os cinco e seis pais que tinha aqui para poder a gente ver de que forma vamos procurar um apoio para ter uma escola. E isso, lembro que foi no final de outubro de 1993. Lembro que fiquei dando aula de outubro até dezembro, só com apoio da comunidade, dos pais. Também lembro que precisei muito do apoio da mamãe, porque ela já tinha uma experiência

---

<sup>18</sup> A pedagogia Omágua-Kambeba é uma definição usada pela pesquisadora em educação, Iara Tatiana Bonin para definir os processos formativos do povo Omágua-Kambeba em diálogo com os conceitos de educação escolar.

pedagógica de como trabalhar em sala de aula. Ela tinha sido professora que era movimento educacional de base, o MEB, naquela época. Então no final de 1993, o papai foi à secretaria municipal de educação de Novo Airão. E uma das maiores dificuldades que enfrentamos foi sobre quem seria o professor? Só tinha o papai, a mamãe e os mais velhos, e quem tinha estudado mais um pouquinho era eu, mesmo assim não tinha concluído a quinta série. (Entrevista de Raimundo concedida a mim em 02 de junho de 2023).

Neste relato, é descrito como as lutas pela escola e, simultaneamente, a criação da aldeia Três Unidos são um projeto de um grupo socialmente organizado em conexão direta com o um território, onde escola e aldeia são parte uma da outra. A escola desempenhou um papel fundamental neste processo. Ou seja, a escola é vista pelas lideranças como parte estruturante de uma aldeia, bem como a aldeia da escola. Embora possa parecer uma abordagem colonial à primeira vista, mas a maneira como pensamos e fazemos escola é fortemente influenciada por uma pedagogia que reflete o nosso jeito de ser Omágua-Kambeba.

Ao contrário de muitos casos onde a escola era atuou como um instrumento de imposição sobre os povos indígenas, nós, Omágua-Kambeba, buscamos transformar como ferramenta de poder e marcar presença sociedade não indígena dominante que nos permite potencializar os acessos aos nossos direitos e nossa cidadania no Estado brasileiro, ocupando os lugares de poder. Acreditamos que a proximidade com a escola nos permite estabelecer relações e criar oportunidades, ser visto.

Esse pressuposto pode ser relacionado às experiências políticas que construímos no Médio Rio Solimões, onde aprendemos a defender nossos interesses e a influenciar as instituições sociais e, por meio delas, contribuir com a aldeia. A escola foi apropriada como um dos instrumentos que possibilitam o estabelecimento de acordos étnicos e políticos dos Omágua-Kambeba no contexto das relações com a sociedade não indígena e com o Estado nacional. Como um poder estatal agenciado pelos próprios indígenas, a escola tornou-se um importante projeto de vida da aldeia enquanto meio estratégico de transmissão e enriquecimento da cultura Omágua-Kambeba. Por isso, criaram e passaram a manter a escola na aldeia mesmo antes do reconhecimento oficial do sistema de ensino.

O relato apresentado sobre as bases que antecedem as primeiras lutas para a criação da escola e a formação da aldeia Três Unidos descreve uma fase em que a comunidade buscava o reconhecimento das autoridades. Durante esse período, o objetivo coletivo e consensual era claro: estabelecer uma escola na comunidade, primeiramente, para alfabetizar seus filhos. Essa busca pelo reconhecimento e pela oportunidade de

proporcionar educação escolar às gerações futuras era um esforço compartilhado e unificado.

Para Valdemir da Silva, logo na chegada na região do Rio Cuieiras(município de Novo Airão até então (AM), havia outras frentes locais que desafiavam o povo: a aceitação das vizinhanças.

Com estoque de medicamento básico que fomos atrás em Novo Airão, [cidade próxima à aldeia] deu a conscientização das pessoas, pois tinha um susto de nós, era um preconceito. Que tinha chegado com a "indiarada" aqui na boca do Cuieiras e da onde que o diabo tinha mandado, né. Que vem pra morar aqui na boca do Cuieiras, se tivesse matado alguém, era uma coisa assim na época. E quando eu apareci que o Gonzaga (morador antigo do Rio Cuieiras) espalhou que eu tinha vindo de Novo Airão chegado com a medicação e foi quando o pessoal abriu as portas. Já sabia, era uma época dessas, tinha muita malária, dor de barriga, corte e outras coisas. Isso aí, e daí começou. (Entrevista concedida a mim em 31 de maio de 2023 por meio presencial).

Logo de início, houve a necessidade de enfrentar preconceito, e nessa região do Rio Cuieiras estava muito acentuado o medo de índio. Vale apontar que o processo histórico da região próximo a Manaus, onde o processo colonizador foi de extermínio do povo por causa das ditas guerras santas.

A mudança de percepção e aceitação sobre os indígenas por parte das comunidades da região Rio Cuieiras ocorreu por meio de trocas assistenciais, principalmente os medicamentos básicos que Valdemir da Silva, que na época era formado como agente de saúde comunitário, conseguiu na secretaria municipal de saúde do município de Novo Airão (AM). Inicialmente, havia um clima de desconfiança e preconceito em relação a nossa família, considerando-as uma possível ameaça com base na posição do cristianismo na época, a qual demonizava as culturas indígenas. O relato indica que havia um receio de que essa "indiarada" que se estabelecia na região pudesse representar algum tipo de perigo, como, por exemplo, canibalismo e feitiçaria.

Também se insere a questão da saúde, pois é central no contexto de construção de território. A percepção Omágua-Kambeba de busca por direitos, a qual buscaram criar condições de apresentar uma imagem que facilitasse a aceitação daqueles moradores da região na relação da aldeia Três Unidos. Essa mudança não apenas melhorou a saúde física, mas também desafiou preconceitos iniciais e estabeleceu uma relação de confiança e aceitação entre os membros das comunidades, como encorajou muitas comunidades vizinhas a reconhecerem sua identidade étnicas, onde novamente assim como no Rio Médio Solimões, os Omágua-Kambeba protagonizaram as lideranças na região do Rio Cuieiras.

Esses entendimentos de Três Unidos na construção da aldeia e protagonizar as lutas na busca por direitos, é característica específica do povo. A pesquisadora Iara Tatiana Bonin, em uma de suas viagens ao Médio Rio Solimões nos anos 80 assim relata.

Os povos do Solimões, fortemente encabeçados pelos Omágua-Kambeba, eram lutas importantes nesse sentido de revitalização da cultura, mas de modo não só de afirmação. Assim, as pessoas não deixam de ser indígenas, mesmo que não falem mais a língua indígena no contexto atual. Os Omágua-Kambeba se afirmaram para mim, por exemplo, desde o primeiro dia em que cheguei naquela barranca. A gente olhou para cima e viu aquele grupo de Omágua-Kambeba em cima do barranco esperando e eu falei: "Nossa, que coisa impressionante." Então, ali já começou a minha imersão. Estou contando isso para dizer que, quando tu, né, assim, esse processo de revitalização tem a ver com uma afirmação política, como tu disse, para fora, mas também para dentro eu reconheço que os Omágua-Kambeba nunca deixaram de se sentir indígenas ou de pertencer à etnia, Omágua-Kambeba ou Omágua, na verdade, né? A grande civilização Omágua, isso estava em cada palavra do seu Valdomiro, da Dona Assença. Eu escutava muito eles falarem assim. A gente viajava muito para o Jaquiri na época e eles moravam lá, tu sabe disso, né? Seu Valdomiro, Dona Avança, morava no Jaquiri, na aldeia em que o Raimundo era o Tuxaua, e o André também trabalhava na organização, que era a UNI-TEFÉ, né? Lá da região e assim, ó, a força que esse grupo da família do seu Valdomiro tinha junto com os filhos deles e só filhos do André, o Mariano, o Tomé, era uma coisa impressionante. (Entrevista concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

Essa qualidade do nosso povo de liderar as lutas também se repete na região do Rio Cuieiras, principalmente em assumir os espaços de representação. A liderança e o papel das lideranças são destacados na entrevista de Iara Tatiana Bonin como o foco na busca por melhoria das condições de vida da comunidade. Como já mencionado, a luta pela escola não era apenas a alfabetização de seus filhos, mas o projeto político que se pensava para crianças da época, uma causa coletiva liderada por membros reconhecidos e respeitados da comunidade.

No caso da educação, a falta de recursos e o desafio de encontrar um professor qualificado para lecionar na escola emergente, são indicativos dos confrontos e dificuldades enfrentadas por Três Unidos, ao tentar estabelecer instituições educacionais em suas localidades. Mas a ideia central era buscar um mecanismo institucional do Estado para dentro do território, pois já tinha em mente que o professor deveria ser somente um Omágua-Kambeba, um dos principais fatores que, mais tarde, a tornaria característica da escola indígena reconhecida. Comparo isso à domesticação, é com o convívio, o contato, que se cria laço de afetividade das partes.

A menção feita no depoimento do professor Raimundo sobre apoio da sua "mamãe" (Diamantina Cruz), que possuía experiência pedagógica, mostra a importância das redes de apoio social e familiar na comunidade, onde conhecimentos e habilidades são transmitidos entre gerações para superar os desafios enfrentados. Esse acompanhamento

tem muito significado na etnicidade, pois são feitas por pessoas que exercem função tradicional e agenciam (e ressignificam) a visão Omágua-Kambeba sobre sua tradição. Registro que tal procedimento se encaixa no contexto atual, onde o pesquisador indígena é parte de uma rede de relações onde a comunidade é parte preponderante.

As falas aqui apresentadas sobre a busca pela escola do “branco”, o papel que ela exerce dentro da aldeia na criação de um capital de conhecimento agenciado pelo nosso protagonismo nas relações interétnicas refletem a autoafirmação da Aldeia Três Unidos na região do Rio Cuieiras. É preciso compreender que este processo de apropriação da educação escolar consistiu como estratégia tanto de estabelecimento de fronteira étnica pela afirmação de ser Omágua-Kambeba como também de estabelecer a interculturalidade como instrumento de luta de seus direitos dentro do Estado brasileiro. Esta estratégia pontuou referenciais comuns de organização social e política, mas também serviu de base, mais tarde, para o movimento de afirmação étnica de muitos povos indígenas na região. Uma dinâmica já fortemente usada no Médio Rio Solimões. Lutar por educação e saúde são pautas da agenda do movimento indígena, mas era preciso afirmar uma "cultura" que despertasse a atenção do outro para evidenciar os moldes de uma sociedade indígena aceitável pelo Estado Brasileiro.

## 5. Afirmação étnica de Três Unidos por meio da Escola Omágua-Kambeba

### 5.1. Mobilizações pela escola: mais do que afirmação de um professor indígena

Passo apresentar aqui os momentos que foram mais decisivo na luta em busca da escola Omágua-Kambeba em Três Unidos, conforme os interlocutores:

Após a ida para Novo Airão, conversa com as autoridades da Prefeitura, o papai voltou sem essa resposta para a comunidade, porque o Secretário [Municipal de Educação] naquela época queria colocar um professor não indígena. Então vamos ver um professor para colocar para lá. Ai o papai disse: "Não! Calma aí. Ainda não falamos qual a intenção de colocar um professor próprio na comunidade". Então foi quando o papai veio aqui comigo, conversou se poderia ser o professor, eu tinha quatorze anos. Uma mente bem novinha. Eu pensava: será que eu tenho um perfil, vou ter coragem de enfrentar essa luta de ser professor? Passei uma semana pensando, minha mãe conversando comigo. Só que quando eu aceitei a proposta e quando fui para Novo Airão, depois de ter trabalhado três meses, já estava realizando um curso para professores rural, e fui logo participando, em janeiro de 1994, que era para eu começar a dar aula. (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023)

Da forma como interpreto a fala do professor, vejo que os fatores de identidade e pertencimento desempenham um papel central na definição de liderança em nossa comunidade Omágua-Kambeba. Para o nosso projeto de vida na comunidade, é importante que tenhamos um membro da própria comunidade ocupando a escola. Mesmo que essa pessoa seja um adolescente, a força do pertencimento e da sociabilidade dentro do grupo já a estabeleceria como uma liderança. Isso significa que em nossa comunidade, a liderança não é apenas determinada pela idade ou experiência, mas também pela nossa conexão sociocultural, identidade compartilhada e o amadurecimento político que existe no grupo. Talvez sejam essas nuances que o individual e o coletivo entre indígenas são questões muito complexas, pois as lideranças são profundamente enraizadas em laços culturais e sociopolíticos do povo ou grupo. Esse acompanhamento nas formações de lideranças Omágua-Kambeba também é relatada pela pesquisadora Iara Tatiana Bonin desde o Médio Rio Solimões:

Acompanhava as discussões e eles faziam isso e conversavam sobre a importância do tuxaua também comandar as escolas, não dando aulas, mas os professores tinham a obrigação, a responsabilidade e o respeito pelo tuxaua. Lembro-me também de que, nos Três Unidos, mas também no Jaquiri, a definição de quem era professor não era definitiva assim. Decidia-se quem seria professor, mas o professor tinha que seguir certas regras. Não no sentido cultural. O professor tinha que funcionar de acordo com a comunidade. (Entrevista concedida a mim em 02 de junho de 2023)

Nós Omágua-Kambeba de Três Unidos, ao fazer Raimundo Kambeba, mesmo sendo um jovem de apenas quatorze anos, assumir o papel de professor da aldeia, cria um agente na aldeia com poder tanto de afirmação étnica na aldeia como também de

enfrentamento nas relações interétnicas com os não indígenas. Esta escolha foi um modo de instrumentalizar a definição de liderança da comunidade para que papéis-chave como a de professor de educação escolar reflitam as intenções e direitos dos Omágua-Kambeba.

As primeiras formações educacionais para o Raimundo foram cursos voltados para professores rurais. Lembro que foi uma movimentação comunitária em buscar qualificação e aprimoramento profissional. Algo que é valorizado pela nossa aldeia, por entendermos a importância de obter outros conhecimentos imprescindíveis nos domínios dos códigos da sociedade não indígena e, por meio deles. E com essa visão é perceptível a presença de um conceito intercultural nas relações. Uma das características de pensar educação escolar do nosso jeito, é poder dialogar tanto com o universo Omágua-Kambeba quanto com o não-indígena. Essas duas vertentes são fundamentais para que possamos estabelecer um diálogo eficaz com a sociedade não indígena dominante e, ao mesmo tempo, fortalecer e valorizar nossa própria cultura e identidade.

O professor Raimundo mencionou o ano de 1994, um período em que a luta por direitos indígenas e a discussão sobre educação escolar indígena ganharam mais destaque no cenário nacional. Isso indica o grau de relação da aldeia Três Unidos com outros movimentos indígenas em escala maior, bem como se insere em um momento histórico no qual os movimentos indígenas buscavam maior protagonismo e representatividade em diversos setores da sociedade, incluindo a educação escolar. O que contribui ainda mais para a luta por uma escola que reconheça a identidade do povo indígena como prioridade educacional. Na compreensão de Três Unidos, este reconhecimento faz parte de ter uma educação intercultural de modo efetivo.

Compreendo a importância da afirmação da identidade étnica e do fortalecimento cultural dentro da escola, a partir do professor do próprio povo, como estratégias de poder dos Omágua-Kambeba . E isso é um sólido pensamento das experiências do movimento indígena no Médio Rio Solimões, que se tornou referência para a luta pela escola na aldeia Três Unidos. Uma ação da aldeia de busca pela escola e, ao mesmo tempo, incorporação dela na dinâmica da vida local, reproduzindo-a de forma mais aperfeiçoada, moldada para moldar.

## **5.2.A criação da escola rural com professor Omágua-Kambeba**

Para enfrentar os impasses diante da legalidade com a Secretária Municipal de Educação foi realizado um acordo entre as partes, uma negociação visto como uma

estratégia das lideranças Omágua-Kambeba para garantia da escola e do professor indígena:

O problema foi na hora da contratação: como vai contratar um menino de menor? Isso foi outro movimento que o papai teve que conversar com secretário de educação para entrar em consenso entre comunidade e secretária, o papai fosse contratado, e eu assumi a sala de aula. Isso deu certo até eu concluir meus 18 anos. (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim 02 de junho de 2023)

Naquela época tive que apresentar uma proposta para o secretário, como eu tinha um pouco de estudo e maior de idade, falei: "Olha, posso entrar no contrato como professor, mas o Raimundo seria o professor na sala de aula até ele completar a maior idade". E o secretário aceitou, daí em diante fomos grandes amigos. Na aldeia, todos nós morávamos juntos, também era um acordo interno, e todo o final do mês passava o salário do menino. E ele sempre ajudou a família, principalmente nos festejos da comunidade, que é um evento importante para nós. (Entrevista de Valdemir Da Silva da Silva concedida a mim em 31 de maio de 2023)

O momento em que o professor Raimundo foi contratado marcou um ponto importante na história da escola Omágua-Kambeba. Este evento não apenas deixou uma marca profunda, mas também estabeleceu um requisito importante para a escola que perdura até os dias de hoje: a necessidade de que o corpo docente seja exclusivamente composto por membros da comunidade Omágua-Kambeba.

Essa negociação sublinhada na contratação do professor Raimundo pode ser entendida como uma manifestação da capacidade de articulação que é bem conhecida entre os pesquisadores que estudaram o povo Omágua-Kambeba. A solução encontrada foi uma estratégia criativa e colaborativa: o pai de Raimundo foi contratado como professor, permitindo que Raimundo assumisse a sala de aula sob sua supervisão. A negociação e a busca por um consenso entre a comunidade e a Secretaria Municipal de Educação foi uma forma de incidência da aldeia, propondo novas formas de encarar a formalidade institucional. Ou seja, esse caso ilustra a capacidade das lideranças de adaptar estratégias para atingir objetivos maiores.

O fato desta solução ter sido bem-sucedida demonstra o poder das movimentações do grupo na luta pela escola ressignificada, mesmo diante de desafios normativos. Além disso, sendo esta uma das primeiras vitórias da aldeia Três Unidos, o fato evidenciou para os próprios Omágua-Kambeba a importância de lideranças terem poder de desempenhar o papel fundamental de dialogar e estabelecer conexões com não indígenas (no caso, representantes governamentais) em prol dos seus interesses.

Lembro claramente desse momento, fui um dos primeiros alunos. A sala de aula, com alguns bancos e um pequeno quadro-negro, era improvisada na pequena casa de

palha do meu tio Valdemir da Silva. Mas a animação dos alunos era grande, bem como a responsabilidade dos pais e alunos com a escola, principalmente nos acordos realizados. Ser pontual com os horários, cuidados com o material escolar e responsabilidade com as atividades escolares.

Dessa maneira as aulas funcionaram por alguns anos. Em 1996, a Prefeitura construiu a primeira escola, nomeada de Escola Municipal Nossa Senhora da Saúde, composta por uma sala de aula e uma secretaria. Nesse tempo, os materiais escolares eram poucos, mas compartilhados com todos. A participação das lideranças era constante, o que para nós alunos significava estar em alerta e com uma conduta aceitável. Destaco que nesse período de escola rural, outros alunos dos arredores começaram estudar na escola, o que fez subir o número de alunos. O que me faz refletir sobre a importância da mobilização dos Omágua-Kambeba também como agentes políticos para as demandas da região.

A sala de aula tinha um modelo multisseriado, atendendo juntos da alfabetização a 5º série. Cada aluno recebia seu livro de estudo, realizando as atividades orientadas conforme a paginação. As áreas de conhecimentos eram trabalhadas conforme os dias da semana, sendo que sexta-feira era dedicada ao ensino da língua materna. Havia situações de punições dos alunos por parte da escola, aliada a aceitação do país, o que revela a presença de uma pedagogia tradicional de um modelo escola pensada na época.

### **5.3- Conhecimento Omágua-Kambeba e captura da escola**

A conquista da escola e a garantia do professor indígena é uma luta política histórica. No entanto, a questão operacional de torná-la um instrumento voltado para os objetivos voltado para a aldeia, dependia muito do fazer pedagógico do professor. Para ilustrar esse momento, recorro a entrevista com a pesquisadora Iara Tatiana Bonin, relatando o que intitulo de “a captura da escola do branco” por meio da pedagogia Omágua-Kambeba:

Nos Três Unidos, uma coisa que me chamava atenção era o trabalho no Tonho. Nas aulas eu ia olhar as aulas, lembro de três coisas, se pudesse dizer da pedagogia Omágua-Kambeba que diferencia uma escola indígena de uma escola não indígena, não é a formalização, nem documento, nem regimento, é a prática dentro da sala de aula. Em que medida a pedagogia própria daquele povo, os processos próprios de aprendizagem daquele povo funcionam no espaço da escola. Tem coisas que eu me lembro. Tu, como aluno, também se lembra, embora existisse as carteiras, organizadas, cada criança tinha o seu lugar, o seu espaço, é claro cada crianças sentavam na sua carteira, mas havia um trânsito livre entre as carteiras. Umas coisas que a nossa cultura não aceita. E que isso é da pedagogia Omágua-Kambeba. Eu me lembro claramente, de uma criança mais nova, irmão de criança mais velha,

pegar o caderno, e sentar ao lado da criança mais velha, para que a criança mais velha ajudasse o trabalho que o Tonho passou para ela fazer. Isso é de vocês, pois são as crianças mais velhas que vão ensinando as crianças mais novas, vão ensinando a nadar, caminhada no mato, ensinando a pescar, colher frutos, essas coisas do dia-a-dia, são sempre feitas em grupos de crianças. As mais velhas cuidam das menores. A cena mais comum que eu via na aldeia era uma menina maior com outra menor atravessada ao lado, caminhando, correndo. E os adultos observando, claro. Mas é uma rede de aprendizagem. E isso me chamou a atenção: mesmo com essa separação de espaço na escola, havia a possibilidade de uma criança maior ensinar a outra menor. Sentar junto numa cadeira, inclusive na elaboração de prova. A criança maior resolveu a prova, e a criança menor voltou toda feliz, e o Tonho não disse “não pode”. É a pedagogia Omágua-Kambeba dando o tom, no ritmo da escola. A segunda coisa que me chamava atenção era o modo como, intuitivamente, e em paralelo, ele construía a sua aula. Ele estava trabalhando os reinos animais, as classificações, e ao mesmo tempo montava a forma de classificação dos brancos e a forma de classificação dos Omágua-Kambeba. Assim, duas lógicas culturais apareciam e eram ensinadas na aula (Entrevista concedida a mim 29 de junho de 2023, por meio on line.

Os detalhes compartilhados pela pesquisadora Iara Tatiana Bonin oferecem insights valiosos sobre a pedagogia Omágua-Kambeba em prática na escola da comunidade. As observações destacam características distintas que diferenciam a abordagem Omágua-Kambeba da educação das escolas não indígenas.

Primeiramente, a ênfase recai sobre a flexibilidade espacial dentro da sala de aula. Embora existam carteiras organizadas, a fluidez entre elas é permitida com as crianças se movendo livremente. Esse aspecto contrasta com a abordagem tradicional de muitas escolas não indígenas e evidencia um traço intrínseco da pedagogia Omágua-Kambeba. A possibilidade de interação entre crianças mais velhas e mais novas durante as atividades educacionais, mesmo dentro da sala de aula, enfatiza a cultura colaborativa e de aprendizado conjunto.

Além disso, a dinâmica de aprendizado intergeracional é ilustrada pelas crianças mais velhas assumindo papéis de instrutoras para as mais jovens. Essa prática reflete a importância da transmissão de conhecimento numa didática própria de ensino, um valor profundamente enraizado na cultura Omágua-Kambeba.

A cena em que uma criança mais velha auxilia uma menor durante uma prova é uma abordagem da pedagogia Omágua-Kambeba de forma prática. Essa situação enfatiza a construção conjunta do conhecimento e a ideia de que o aprendizado é um esforço coletivo, onde todos contribuem para o sucesso.

Esses dados revelam uma pedagogia Omágua-Kambeba, como destaca a pesquisadora. Os atos do professor e dos alunos em sala de aula revelam o “amansamento da escola”, o que significa a captura de um instrumento que antes era visto como uma imposição para o extermínio cultural dos povos indígenas no Brasil.

#### 5.4.A afirmação étnica pela educação diferenciada

Diante da minha pergunta: “Professor Raimundo, quais os incentivos ou as influências para trabalhar os conhecimentos Omágua-Kambeba na escola?” Obtive a resposta:

O meu pensamento era de que valorizasse os costumes tradicionais do nosso povo. Toda língua, cultura, tradição, esses conhecimentos. Trabalhei em cima disso desde 1994. Foi quando tive apoio da mamãe nos conhecimentos pedagógicos e nos conhecimentos tradicionais tive o apoio do meu avô, Valdomiro Cruz e Assenciona. Eles conheciam todos os conhecimentos tradicionais. Mas a Secretaria [Municipal de Educação] não reconhecia esse fazer pedagógico. Não importava. Quando foi em 1996, veio a lara Tatiana Bonin, pesquisadora de Mestrado, como ela já tinha trabalhado no CIMI, eu aprendi muito com ela, porque reforçou sobre como eu poderia fazer para lutar e melhorar e até mesmo ser reconhecido como uma escola indígena e como professor indígena também, no município de Novo Airão. (Entrevista concedida a mim 02 de junho de 2023).

É importante analisar os incentivos e influências que levaram a trabalhar os conhecimentos Omágua-Kambeba na escola. O foco estava na valorização dos costumes tradicionais e da língua do povo Omágua-Kambeba. Uma clara noção do que se pretendia fazer pedagogicamente, isso desde 1994, o que significa que esse trabalho em Três Unidos vem há mais de 30 anos. Os apoios tanto da perspectiva pedagógica quanto dos conhecimentos tradicionais transmitidos vinham de seus avós, Valdomiro Cruz e Assenciona.

No entanto, o reconhecimento desse fazer pedagógico por parte da Secretaria Municipal de Educação-Semed não era automático e sim um desafio a ser superado. Tendo em vista que naquele período as políticas de educação escolar indígena não estavam consolidadas e muito pouco discutidas nas secretarias de educação, não era tão simples obter o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais e da abordagem pedagógica específica para a cultura Omágua-Kambeba como referencial para a educação escolar.

Lembro que os ensinamentos da língua Omágua-Kambeba na sala de aula ocorriam com a presença do meu pai Valdomiro Cruz, que ensinava palavras, frases simples e as histórias do povo. Afirmando como aluno que esses momentos eram aguardados por todos, principalmente o contar de histórias, mas encontravam restrições por parte da Semed.

Em 1996, chega na aldeia a pesquisadora lara Tatiana Bonin, que já havia trabalhado no Conselho Indigenista Missionário – CIMI, e oferece algumas orientações ao Professor Raimundo quanto à afirmação da identidade por meio da educação escolar. Através dessa interação, ele aprendeu mais sobre o direito de reconhecer a escola por meio da organização social da comunidade, levando em consideração a cultura do povo.

Suponho que neste momento, foi quando começamos a incluir no vocabulário o termo interculturalidade nos conceitos atuais. Um momento que se fez mais presente na escola foi a pedagogia Omágua-Kambeba, bem como o discurso que visasse uma interação entre culturas numa perspectiva da pluralidade. A própria fala de Iara Tatiana Bonin foi anteriormente citada por mim para exemplificar um pouco sobre a pedagogia específica; os modos de organização da sala de aula; a interação entre alunos maiores com aqueles menores; os conteúdos trabalhados relacionando os conhecimentos tradicionais com aqueles planejados pelo sistema de ensino. Naquele momento, vejo as movimentações étnicas Omágua-Kambeba por meio da escola.

### **5.5. Materializando a afirmação étnica: O livro "Aua Omágua-Kambeba"**

Venho até aqui apresentando uma série de dados a respeito da dinâmica étnica Omágua-Kambeba, observando que os campos da saúde e da educação têm sido fértil a respeito da temática. Temos observado a trajetória do meu povo na luta por direito e nossas estratégias em situações diversas, principalmente no aprofundamento sobre a cultura. Nesse sentido marco aqui o momento que considero a materialização da afirmação étnica por meio do livro "Aua Omágua-Kambeba".

E para apresentar esta questão ressalto a negociação que o tuxaua fez com a pesquisadora Iara Tatiana Bonin para realização de sua pesquisa, uma forma de agilizar o reconhecimento oficial do território, bem como a produção de um livro e vídeos sobre as histórias e a língua Omágua-Kambeba, com a preocupação da manutenção da cultura e conquista de direito:

Expliquei para ele o que era uma pesquisa, se ele aceitava todas aquelas coisas éticas que a gente faz, e ele me disse: "Tudo bem, mas tu vais ajudar em três coisas. Uma é para garantir a terra e outra é o livro "Aua Omágua-Kambeba". Eu tinha que levar a carta escrita por eles para a Funai, reivindicando a demarcação da terra, pois na época eu morava em Brasília. Foi a primeira coisa a qual me comprometi. Levar um documento assinado pela comunidade reivindicando essa terra como terra indígena. A segunda era acompanhar um procedimento judicial que estava acontecendo ligado à terra. E a última era fazer a devolutiva da pesquisa que trazia coisas históricas, que iria gravar a fala deles, que era para eu deixar algo que pudesse ficar na comunidade. E daí tivemos a ideia, o Tonho e eu, de fazer um livro. O Tonho é o Raimundo, mas Tonho era o nome que ele gostava na época. Então o Tonho fez todo o trabalho na escola, com as crianças, para as crianças desenharem. Eu trouxe lápis de cera, papel, (...) e lá pelas tantas havia aquelas gargalhadas de adultos e crianças. Então, com a minha chegada, pude reconhecer a etnicidade, essa identidade cultural Omágua-Kambeba, e enquadrar um pesquisador para ajudar na luta pela terra é uma marca. E isso eu pude acompanhar nas conversas na comunidade (Entrevista concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

A conversa oferece uma profunda reflexão antropológica que destaca o ato catalisador de parceiros, no caso da negociação e colaboração entre o tuxaua Omágua-Kambeba (meu pai Valdomiro Cruz) e a pesquisadora. Esse ato não apenas trouxe à luz a importância da terra para a nossa aldeia, mas também evidenciou como o conhecimento histórico, cultural e linguístico se entrelaça com a luta política.

A negociação estabelecida com a liderança da época é reveladora em muitos aspectos. Ao exigirmos condições para aceitação da pesquisa - a entrega de uma carta à Funai reivindicando a demarcação da terra e a produção de um livro chamado "Aua Omágua-Kambeba" - , demonstramos o nosso poder político de engajamento de instrumento não-indígena (a pesquisa) e de seu agente (a pesquisadora) para promover seus interesses étnicos. Ao estabelecermos compromisso mútuo com a pesquisadora, demonstraram ser capazes de transcender limites impostos pela situação assimétrica da pesquisa científica proposta por não indígena.

A produção do livro "Aua Omágua-Kambeba" ganhou destaque como um marco histórico significativo na acentuação da etnicidade, enquanto a materialização do projeto de vida da comunidade em consolidar sua história e a língua Omágua-Kambeba por meio de sua escrita. A inclusão da língua Omágua-Kambeba e da história local neste livro tornou-se uma forma concreta de perenizar os conhecimentos, permitindo que as futuras gerações se conectem com suas raízes culturais.

A língua desempenha um papel fundamental no reconhecimento das lutas pela educação, pelo território, pela saúde e pelo bem-estar do povo. A língua é uma ferramenta poderosa, pois carrega a espiritualidade e a identidade do povo. O Estado historicamente não tem apoiado o fortalecimento das línguas indígenas. Ao longo da colonização, mais de 1.220 línguas indígenas foram dizimadas pelos colonizadores. Isso ocorreu porque os colonizadores perceberam que, ao dominar a língua e impor a língua portuguesa como meio de comunicação, poderiam enfraquecer as identidades dos povos indígenas, substituindo suas crenças por ideologias de submissão e subserviência. Desde os primeiros momentos da colonização até os dias atuais, as políticas adotadas visam suprimir as línguas indígenas como forma de subjugar os povos indígenas, controlar seus territórios e explorar os recursos do Brasil. Estamos lutando por um projeto de lei que busca a cooficialização das línguas indígenas. Para reforçar reforça a importância contínua de preservar e revitalizar as línguas indígenas como elementos essenciais da cultura e identidade desses povos

(Entrevista da Omágua-Kambeba, Doutora em Linguística, Altaci Rubin, concedida a mim em 23 de maio de 2022, por meio on line).

O livro "Aua Omágua-Kambeba" desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da língua e memória Omágua-Kambeba, especialmente no contexto educacional escolar. A inclusão de histórias e a língua escrita enriqueceram as atividades pedagógicas e estimularam a aprendizagem dos alunos. Recordo-me dos seminários nos quais formávamos grupos de estudo para explorar o vocabulário Omágua-Kambeba e

criamos apresentações lúdicas. Vale ressaltar que a turma era multisseriada, o que facilitava ainda mais a interação e socialização no ensino. Essa abordagem dinâmica contribuiu significativamente para o meu próprio aprendizado.

O livro também tornou-se relevante para as lideranças de Três Unidos utilizarem como um documento que validava nossa identidade Omágua-Kambeba, conferindo-lhe “autenticidade” para os outros que exigiam de nós comprovações étnicas. Com o tempo, o livro tornou-se um símbolo representativo da nossa identidade étnica.

O ato de negociação, manifestado na colaboração entre o tuxaua e a pesquisadora, compreendo como uma interação dinâmica e simbiótica entre a academia científica e aldeia Três Unidos. Este processo transcendeu os limites de um simples estudo acadêmico, tornando-se uma parceria em que ambos os lados contribuíram ativamente para um objetivo comum: tornar a etnicidade Omágua-Kambeba mais visível, e portanto reconhecida, nas relações interétnicas, seja com referência aos não indígenas e também aos outros povos indígenas.

## **5.6. A luta pela identidade da escola indígena e o desafio do reconhecimento:**

Toda essa época a nossa escola era reconhecida como escola rural mesmo. Eu como professor rural não era conhecido como professor indígena. Em 2003, tivemos uma primeira reunião na associação dos povos Ticuna (Utimacu), no bairro de Cidade de Deus, para agente se pensar como criar um departamento ou um núcleo, ou até mesmo uma gerência de educação escolar indígena no município de Manaus. Me senti bem, porque vi uma luz onde poderíamos lutar por educação diferenciada. E nessa época eram as lideranças da associação do Ticuna, nós aqui dos Três Unidos, os Sateré Mawé e os parentes aqui das quatro escolas. Começamos então a fazer esse trabalho, mas quando a nossa demanda chegou na secretaria [Municipal de Educação], também não houve apoio. Ninguém sabia o que era educação escolar indígena. Eu voltei pensando, como eu vou reconhecer a nossa escola e os trabalhos pedagógicos que faço, voltado à cultura, como escola indígena. E por outro lado, a intenção da secretaria seria colocar professor não indígena em nossa comunidade. (Entrevista de Raimundo Cruz da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023)

A disputa territorial entre os municípios de Manaus e Novo Airão desencadeou uma luta política e geográfica que afetou a aldeia Três Unidos. A cidade de Manaus no final ficou controlando áreas que antes pertenciam ao município de Novo Ayrão, o que levou a aldeia a ser de jurisdição do município de Manaus. No entanto, as nossas lideranças buscavam permanecer em Novo Airão, uma cidade que já conheciam, mas 2003 a aldeia se tornou oficialmente o município de Manaus.

A nossa escola inicialmente reconhecida como uma escola rural, e Professor Raimundo era visto como um professor rural, mas o ensino da cultura ocorria dentro da escola, onde todas as sextas-feiras era dedicada ao ensino da língua Omágua-Kambeba. Como foi ressaltado na entrevista citada acima, em 2003, um movimento ganhou força quando várias comunidades indígenas se reuniram na Associação dos Povos Ticuna, no bairro Cidade de Deus, para discutir a criação de um departamento ou núcleo voltado à educação escolar indígena no município de Manaus. Essa ideia animou Professor Raimundo, pois viu a possibilidade de ampliar a luta por uma educação diferenciada reconhecida pelo município de Manaus.

No entanto, quando a demanda chegou à Secretaria Municipal de Educação, o apoio foi escasso. A educação escolar indígena era algo desconhecido e as dificuldades começaram a surgir. E como sempre a intenção da Secretaria seria a de inserir professores não indígenas na comunidade, o que entrava em conflito com o objetivo de reconhecer a escola e seu trabalho pedagógico como uma escola indígena, especificamente escola Omágua-Kambeba.

O trecho da entrevista citada apresenta os desafios enfrentados pelos Omágua-Kambeba na busca pelo reconhecimento da escola indígena e pela implementação de uma educação que respeitasse sua cultura no município de Manaus. Também ressalta a importância do movimento dos professores indígenas e das lideranças das diferentes comunidades para a criação de espaços e políticas educacionais dentro da Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

Essa luta mais tarde culminou na criação do Núcleo de Educação Escolar Indígena-NEEI no município de Manaus:

Em 2005, tivemos outro grande movimento, que foi a criação do Núcleo de Educação Escolar Indígena. E, nesse tempo, a nossa escola era conhecida como Escola Municipal Três Unidos, anexo da escola São Sebastião I. O mais doído era que todo recurso que vinha para escola, a gente não recebia. Em 2007, com o movimento das lideranças indígenas e das nossas escolas, aconteceu a primeira contratação de professores indígenas da cidade de Manaus. Eu entrei nesse meio também, na época foram 12 professores para o município.

Essa contratação foi por meio de um Decreto Municipal, mas ainda faltava o reconhecimento da categoria professor indígena na categoria escola indígena. E ficamos sem saber o que fazer na época. Como se dá esse reconhecimento? (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023).

A escola Omágua-Kambeba passou a ser oficialmente reconhecida como escola indígena, buscando efetivar o projeto de vida dos Omágua-Kambeba, Raimundo Cruz, afirma:

Em 2011, que saiu um Decreto Municipal regulamentando as escolas indígenas com seus fazeres pedagógicos, sua administração própria e professor próprio. Mas novamente isso ao município não era importante. E para nós naquele momento, queríamos que essa regulamentação se tornasse lei. E a comunidade aqui se movimentando. Vendo as maneiras, vamos fortalecer a educação.

Voltando um pouco no tempo, digo em 2007, que eu comecei entender que a educação intercultural era importante para ser desenvolvida aqui na comunidade. Porque cada movimento que as lideranças, meu pai e meu avô quando estava vivo, faziam, víamos a necessidade de fazer a conexão desses conhecimentos aqui na escola. E criar um projeto que a comunidade saiba, saiba como é o projeto, como um fortalece o outro. E através da experiência de vida, principalmente eu que tive que estudar na cidade, e ser muito discriminado. Percebemos a necessidade de prepararmos nossas crianças para viver aqui e no mundo lá fora. (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023)

O movimento pela criação do Núcleo de Educação Escolar Indígena no município de Manaus representou um marco significativo na luta pela valorização e reconhecimento da educação indígena. Em 2005, a iniciativa ganhou força, culminando no reconhecimento da “Escola Municipal Três Unidos”, no município de Manaus, mas como um anexo da escola São Sebastião I. No entanto, um aspecto desconcertante da situação era a falta de repasse adequado dos recursos destinados à escola. Isso lançou luz sobre a complexa dinâmica entre intenções políticas e a realidade das escolas indígenas, onde a insuficiência de recursos afetava a qualidade da educação.

O ano de 2007 marcou um novo capítulo com o engajamento das lideranças indígenas e das próprias escolas na contratação dos primeiros professores indígenas na cidade de Manaus. Vale destacar o envolvimento do professor Raimundo nesse movimento, compartilhando sua experiência pessoal, o que evidencia como os professores indígenas emergiram como um elo essencial na conexão entre a educação escolar prestigiada e os conhecimentos tradicionais das comunidades. A contratação, realizada por meio de um Decreto Municipal, foi um passo importante, mas a lacuna persistente do reconhecimento oficial da categoria "professor indígena" e "escola indígena" indicava o próximo obstáculo a ser vencido.

### **5.7. Período de fortalecimento da afirmação Omágua-Kambeba: sociabilidade interétnica com a sociedade não indígena.**

Vejo a importância do apoio de diferentes fontes, desde membros da família até pesquisadores, para a organização de uma educação própria, agora enriquecida pela perspectiva intercultural. O conceito de interculturalidade pensado por meio de uma proposta de pensadores da educação é importante pois alinha as lutas da comunidade com os movimentos nacionais relacionados à política de educação escolar indígena por meio de

um discurso próprio. Esse argumento é frequentemente utilizado nas negociações com o sistema de ensino, visando o reconhecimento das perspectivas culturais.

Lembro que observava a pesquisadora Iara e aprendia com ela. Mas quando eu chegava na Secretaria [Municipal de educação], tudo isso não importava para eles. Essa não importância me deixava muito triste, me sentia desvalorizado. Mas quando eu chegava aqui na aldeia, ela me fortalecia, me sentia muito potente. Eu disse não. Vamos lutar, vamos fazer isso, foi nessa hora que comecei a pensar a educação coletiva, porque assim não estava sozinho, eu estava com a comunidade. E quando a Secretária veio fazer uma visita aqui, não era eu como professor que falava que projeto de educação que queriam para comunidade, era a própria comunidade que falava que projeto de educação que queriam para comunidades. Todo tempo foi assim.

Com esses fortalecimentos e orientação da Iara Tatiana Bonin como pesquisadora me sentia muito bem, mais forte. Isso foi melhorando, dando qualidade aqui na escola. Mas, repito aqui na escola era qualidade, na Secretaria de Educação, não! Daí, de 1996 para 1997, foi construído o primeiro prédio escolar aqui, com uma sala de aula e depósito de merenda, feita de madeira e chamada Nossa Senhora da Saúde, pertencente ao município de Novo Airão. (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023)

A complexa interação entre as alianças formadas dentro da aldeia, as imposições do sistema educacional escolar e o movimento político liderado por indígena. A educação escolar, portanto, é retratada como um campo de forças, onde os interesses das partes se confrontam. Por um lado, havia um consenso entre Omágua-Kambeba (Motivado com apoio da experiente pesquisadora Iara Tatiana Bonin) sobre a importância do trabalho intercultural na sala de aula; mas, por outro lado, havia um sistema educacional escolar com proposta única de educação que negava a abordagem de inclusão da diversidade cultural.

Destaco aqui a relevância da etnicidade neste contexto, não apenas como uma forma de demarcar diferenças, mas também como um sentimento de pertencimento, união e fortalecimento político na aldeia. Dentro desse contexto, as lideranças começaram a considerar a ideia de educação coletiva como uma qualidade e estratégia para fortalecer as reivindicações. Ao dar mais ênfase à comunidade, Raimundo não se sentia mais isolado na luta por uma educação intercultural.

A visita da Secretaria Municipal de Educação na aldeia Três Unidos é mais um momento significativo do modo etnopolítico Omágua-Kambeba, onde se faz a "captura" das autoridades governamentais. Em vez de o Professor Raimundo ser o único a falar sobre o projeto de educação, agora era a própria aldeia que se expressava decidindo sobre a educação escolar.

### 5.8. A criação da escola Kanata T-ykua no município de Manaus e a perspectiva educacional da interculturalidade

Ao tornar-se uma região pertencente ao município de Manaus no ano de 2000 e a articulação com outros povos em forma de movimento organizado, algumas mudanças aconteceram da identificação da escola. Como por exemplo, a escola indígena considerada institucionalmente considerada “anexo” de uma escola rural, o que perdurou por alguns anos, agora passou por uma transição para a transformação da escola Omágua-Kambeba em uma escola indígena oficialmente reconhecida. O ano de 2011, por pressão do movimento indígena foi aprovado o Decreto Municipal<sup>19</sup> que regulamenta as escolas indígenas, concedendo-lhes autonomia pedagógica e administrativa. No entanto, a implementação efetiva dessas regulamentações parecia ser uma batalha contínua, com desafios para assegurar que a nova legislação fosse mais do que uma formalidade.

Pela atuação etnopolítica de lideranças Omágua-Kambeba, a escola de Três Unidos passou a ter identificação como indígena por meio do nome oficial de *Kanata T-ykua*, o que significa na língua portuguesa “Luz do Saber”. Mas é preciso deixar bem claro, nesta Dissertação, que o caráter étnico Omágua-Kambeba desta escola consiste justamente em ter sido criada com perspectiva educacional intercultural. Isto porque nós Omágua-Kambeba compreendemos a escola indígena como um instrumento formativo e político de nosso povo. Para autoafirmação étnica e a valorização dos conhecimentos Omágua-Kambeba na sociedade e Estado brasileiros, a estratégia assumida é garantir formação intercultural para nosso povo.

A compreensão que inspirou a busca de uma educação escolar intercultural, que fosse acolhedora e formativa para as gerações futuras poder lidar com mundo interétnico complexo e diverso, está relacionada à experiência negativa que o professor Raimundo enfrentou ao estudar fora da comunidade e sofrer preconceitos. A noção de “fortalecer a educação escolar” emerge como uma missão central etnopolítica destinada a garantir que crianças e jovens de Três Unidos estejam preparados, interculturalmente, para atuarem em realidades interétnicas locais, regionais e globais. Esta conquista do direito de ter escola indígena em Três Unidos, sobretudo o direito de exercer práticas pedagógicas

---

<sup>19</sup> Decreto nº 1394, de 29 de novembro de 2011, dispõe sobre a criação e o funcionamento de escolas indígenas e o reconhecimento da categoria de professores indígenas no sistema de ensino municipal no âmbito do município de Manaus. (<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/2011/140/1394/decreto-n-1394-2011-dispoe-sobre-a-criacao-e-o-funcionamento-de-escolas-indigenas-e-o-reconhecimento-da-categoria-de-professores-indigenas-no-sistema-de-ensino-municipal-no-ambito-do-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias>)

Omágua-Kambeba, demonstra como somos capazes de nos apropriarmos do sistema educacional escolar para consolidar nossos projetos de vida contemporâneos, que estão enraizados em uma relação direta com o mundo no qual existimos em contexto interétnico.

Com o reconhecimento da escola indígena, precisamente em 2013, foi construída uma escola com padrão arquitetônico considerado referencial para o município de Manaus. A escola era composta por duas salas de aula climatizadas, dois banheiros, biblioteca, laboratório, sala de informática, internet via wifi, cozinha, e uma secretaria.

Com essa estrutura, a escola tornou-se um símbolo de orgulho da aldeia Três Unidos: orgulho político, pedagógico e cultural. Além do mais, a equipe escolar conseguiu estar formada somente por profissionais da própria comunidade, o que na prática permitiu uma autonomia pedagógica orientada essencialmente pela identidade do povo Omágua-Kambeba. A escola, então, passou a ter de fato a identidade Omágua-Kambeba, o que implicava em assumir o projeto educacional de interculturalidade:

Então, a própria Iara Tatiana Bonin falava sobre interculturalidade e vimos que era a melhor forma de trabalhar a nossa educação Omágua-Kambeba, é a educação intercultural, principalmente pelo constante contato com os não indígenas. Isso para nós ter força e potencial de dar apoio e nos apoiarem também. E hoje vejo assim que isso é muito fortalecido, principalmente com esse Decreto 1396/2011. (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023)

Mais uma vez, o professor Raimundo ressaltou em sua fala que a adoção da prática de educação escolar Omágua-Kambeba com enfoque na interculturalidade é uma estratégia fundamental para a comunidade. A interculturalidade emerge como um conceito-chave, apropriado pela comunidade Omágua-Kambeba para enfrentar os desafios resultantes do constante contato com pessoas não indígenas e construir um sistema educacional escolar que equilibre valores tradicionais e conhecimentos.

A escolha consciente de adotar a abordagem da interculturalidade como identidade da escola sugere que a aldeia Três Unidos reconhece a necessidade de uma abordagem flexível e adaptativa para a educação Omágua-Kambeba, a fim de enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança. A interlocução com a pesquisadora Iara Tatiana Bonin fortaleceu uma prática de diálogo entre conhecimentos políticos e colaborações interdisciplinares para promoção da educação escolar indígena de referência intercultural. A menção ao “contato constante com os não indígenas” apresenta um aspecto intrínseco da realidade contemporânea da aldeia Três Unidos: a interação entre diferentes culturas e perspectivas. A interculturalidade como base pedagógica dentro da escola pode ser vista

como uma estratégia proativa para enfrentar essa complexa realidade na qual está inserida a Omágua-Kambeba de Três Unidos. Através desse enfoque educacional escolar, estamos buscando não apenas valorizar nossas raízes culturais, mas estar estrategicamente mais preparados para os enfrentamentos no campo das relações interétnicas com os não indígenas. Os novos conhecimentos provenientes da escola são estratégicos para os Omágua-Kambeba de Três Unidos afirmarem seu reconhecimento étnico com a intenção de obterem seus direitos como povos indígenas.

A ideia de que essa abordagem se fortaleceu ainda mais com a promulgação do Decreto 1396/2011 nos dá a dimensão da abrangência dessa relação, com as incidências dos movimentos moldando as políticas governamentais. O Decreto, ao regulamentar as escolas indígenas e suas práticas, validou oficialmente a escolha da comunidade Omágua-Kambeba de adotar uma abordagem intercultural. A partir deste momento, iniciou-se uma convergência entre os objetivos educacionais da comunidade e o reconhecimento oficial, reforçando a resiliência com resistência étnica em construir uma escola como instrumento político do projeto de vida Omágua-Kambeba.

É interessante observar como o conceito de interculturalidade é absorvido pelos Omágua-Kambeba de Três Unidos e tornou-se uma lente poderosa para moldar a educação, especialmente a educação formal. Ela permite que a comunidade aborde os desafios contemporâneos, potencializando sua identidade cultural enquanto se engaja de maneira construtiva com a sociedade. Através dessa abordagem, os Omágua-Kambeba de Três Unidos revelam sua capacidade de articulação, ao mesmo tempo em que fortalece suas raízes e valores essenciais:

Desde pequeno, nessa luta que quando meu avô minha avó falando na língua Omágua-Kambeba, usando seus conhecimentos, quando eu via, fui tendo clareza de saber que autoafirmação que todo esse processo de luta de valorização da cultura era uma identidade nossa, que poderia ser fortalecida tanto para saúde, quanto para a educação, sustentabilidade. Fui tendo essa visão, nós povos indígenas temos nossos direitos e deveres, eu preciso fazer isso para reafirmar cada vez mais, mostrar que o povo Omágua-Kambeba está vivo sim, ainda mais quando lia um texto que diziam que não existia mais o povo Omágua-Kambeba. Estava extinto, mas não estava extinto só pelos historiadores, mas, nós estávamos vivos, estávamos aqui. Só que a colonização foi tão forte que tínhamos medo de dizer que éramos do povo Omágua-Kambeba. E visto isso, precisamos reafirmar, afirmar que estamos vivos, que estamos aqui. Precisamos fortalecer a nossa cultura, a nossa tradição e costumes. E como fazer isso? Precisamos da comunidade para a escola, e da escola para a comunidade. Integrar esses dois conhecimentos. (Entrevista de Raimundo Cruz da Silva, concedida a mim em 02 de junho de 2023)

A importância etnopolítica da escola indígena em Três Unidos é o que explica a luta por garantir um corpo docente Omágua-Kambeba na escola Kanata T-ykua, sobretudo com a criação do cargo de diretor e a chegada do professor Tomé Cruz:

Reforço que em 2011, houve um movimento tão grande que quando foi em 2013, a Secretaria Municipal de Manaus, não aceitaria apenas um professor fazendo as funções de diretor, secretário e outras funções, eu no caso, fazia todo esse trabalho. Então tivemos o movimento com a comunidade, reunião com todos, foi quando o professor Tomé veio fazer um passeio aqui com nós, pois ele dava aula em outra região, e convidamos ele para participar e fazer parte do quadro de funcionário aqui da escola. E novamente a Secretaria [Municipal de Educação] queria colocar um professor não indígena, e novamente não aceitamos. Nesse mesmo ano representantes da DDZ rural e Gerência indígena vieram fazer uma reunião aqui e logo trouxeram uma professora para ficar dando aula. E o papai como tuxaua ele enfrentou com qualidade de não aceitar, porque a intenção é de ter uma educação do nosso jeito. E papai combateu afirmando que tínhamos pessoas com potencial para ficar aqui (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva, concedida a mim em 02 de junho de 2023)

A criação do cargo de diretor na escola indígena, junto a a chegada do professor Tomé Cruz, representou um avanço importante na estrutura hierárquica do sistema de ensino, fortalecendo a voz Omágua-Kambeba. Com a complexidade das funções administrativas e pedagógicas na escola, a partir de 2011, mostrou a necessidade de ter uma Omágua-Kambeba liderança especializada. Esse reconhecimento resultou em um movimento da aldeia para garantir a presença indígena neste espaço.

Mesmo com o reconhecimento oficial da escola indígena, a Semed continuou posicionada resistente ao nosso projeto educacional, insistindo na nomeação de um professor não indígena para a escola *Kanata T-Ykua*. Isto era visto por nós como um retrocesso do projeto etnopolítico da aldeia Três Unidos em afirmar sua etnicidade apropriando-se do campo educacional escolar. Esta postura desafiadora demonstra a determinação da comunidade Omágua-Kambeba em moldar seu próprio destino e rejeitar influências que comprometam sua identidade e valores culturais.

Esta nossa jornada representa uma busca contínua pela reafirmação da identidade Omágua-Kambeba, desafiando a narrativa histórica que afirmava nossa extinção. A escola *Kanata T-ykua* é nossa garantia de que gerações mais jovens se fortalecem no sentimento de pertencimento étnico e como parte da história Omágua-Kambeba.

A busca por uma abordagem educacional intercultural é uma amostra do reconhecimento de que a educação Omágua-Kambeba também incorpora conhecimentos universais de maneira apropriada. Essa visão de educação se baseia em uma relação simbiótica, onde a comunidade nutre a escola com sua identidade, enquanto a escola revitaliza a comunidade com os conhecimentos e habilidades necessários para prosperar no mundo contemporâneo.

Como resultado de muita luta é aprovada a Lei nº 2.781<sup>20</sup>, de 16 de setembro de 2021. Esta Lei dispõe, no município de Manaus, sobre a categoria Escola Indígena Municipal, os cargos dos profissionais do magistério indígena, a regularização dos espaços de estudos da língua materna e conhecimentos tradicionais indígenas na rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação. Um dos aspectos mais significativos desta medida governamental é o reconhecimento oficial da língua Omágua-Kambeba como uma disciplina integral no sistema educacional, representando uma conquista histórica do povo Omágua-Kambeba.

### 5.9. **Pedagogia Omágua-Kambeba e as práticas de ensino**

Para compreender etnograficamente o método pedagógico da escola *Kanata T-Ykua* e como a etnicidade é incorporada na sala de aula, realizei uma entrevista com o professor Tomé Cruz, que ministra aulas para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. É preciso dizer que esta interlocução foi muito além da temática apresentada agora. No transcorrer da Dissertação, apresentei dados etnográficos que também foram construídos a partir da interpretação histórica e política que Tomé Cruz me apresentou sobre a afirmação étnica dos Omágua-Kambeba.

Durante nossa conversa, ele compartilhou comigo detalhes sobre a abordagem educacional e como ela se relaciona com a identidade étnica dos alunos Omágua-Kambeba:

Meu nome é Tomé Cruz e sou professor na Escola Kanata T-Ykua, trabalhando com alunos do 4º e 5º ano. Além disso, estou cursando História Contemporânea na Universidade Estácio, bem como concluindo um curso em Tecnologia e Gestão em Turismo na Universidade Nilton Lins. Paralelamente, estou realizando uma Pós-Graduação em Gestão de Projetos e Formação Docente na Universidade Estadual do Amazonas.

Minha história com a escola remonta à minha própria educação aqui em Três Unidos, onde fui aluno. Hoje, tenho o privilégio de ser professor e transmitir conhecimentos sobre nossa cultura Omágua-Kambeba. Aprendi muito, tanto dentro quanto fora da escola, sempre com o ensinamento de meu pai Valdomiro, que nos enfatizou nossa verdadeira identidade como Omágua-Kambeba, com nossas histórias e tradições.

Ao longo do tempo, nossa escola avançou significativamente, incorporando em nosso currículo o ensino da língua Omágua-Kambeba e toda a riqueza cultural, incluindo grafismos, danças, músicas e histórias tradicionais. Agora temos até livros que contam nossas histórias, fruto de nossa insistência e empenho pedagógico, pois temos a responsabilidade de fortalecer nossa comunidade. Aqui na escola aliamos os conhecimentos da sociedade envolvente com os nossos saberes. Para isso, além de selecionar os nossos conhecimentos, convidamos os pais, responsáveis e os mais velhos para fazer parte do ensino. Um trabalho a serviço da nossa aldeia. E isso vejo que é importante. É uma cobrança pedagógica, mas é importante politicamente para fazer frente às imposições da Semed, porque se deixar o sistema de ensino fazer o

---

<sup>20</sup> Confira: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2021/279/2781/lei-ordinaria-n-2781-2021>

que querem nós perdemos os espaços. Trabalhar a nossa tradição na escola também é uma forma de resistência.

Enxergamos a cultura como um documento valioso que nos respalda e legitima, algo fundamental para nossa articulação em áreas como educação, saúde, reconhecimento territorial e economia. Especialmente em nosso trabalho no turismo. Para atender a todas essas demandas, utilizamos projetos. A cada início de ano letivo, a comunidade elege uma temática cultural para cada professor desenvolver. Já trabalhamos em projetos envolvendo danças, músicas, medicina tradicional, construção de canoas, tecnologia e língua Omágua-Kambeba, inclusive com um projeto de histórias orais que resultou em um livro, do qual você foi o autor.

Nossa abordagem é fruto de uma mentalidade Omágua-Kambeba que está enraizada em nossa forma de organização. Engajamos não apenas os alunos, mas também os pais e os mais velhos da comunidade, transformando assim nossa escola. Essa transformação é nossa identidade e temos orgulho em afirmar que a Escola Kanata T-Ykua é referência no ensino para nosso povo.

Já formamos professores que levaram nosso conhecimento para outras aldeias Omágua-Kambeba, ensinando língua, danças, vestimentas e grafismos. Isso enche de orgulho nossa comunidade. Muitos Omágua-Kambeba do Alto Solimões vieram conhecer sua história conosco, validando as histórias contadas por meu pai Valdomiro Cruz. Nós somos Omágua-Kambeba de verdade. Nossa escola também é um espaço de formação política. Nossa escola é um reflexo desse espaço, conectando ancestralidade e contemporaneidade.

Somos conscientes de que as tecnologias foram essenciais para a imersão em nossa história e a disseminação de nossa cultura. Nossas alunas usam as redes sociais para divulgar nossa cultura, criando parcerias e condições de articulação. Vale lembrar que isso veio após um projeto educacional sobre tecnologia, onde aprendemos a utilizar a tecnologia em nosso próprio ritmo, controle e perspectiva. Entrevista de Tomé Cruz concedida a mim em 20 de agosto de 23)

Minha escuta atenta à fala interpretativa de Tomé Cruz foi constituída tanto por sermos parentes em relação ao povo, bem como ser meu irmão, e juntos e compartilharmos experiências étnicas de ser Omágua-Kambeba em Três Unidos, como também pelo meu interesse etnográfico quanto aos assuntos tratados. Aliás, estes dois parâmetros da escuta da narrativa de outros interlocutores Omágua-Kambeba andaram juntos todo tempo na pesquisa que realizei no Mestrado. Apresentarei abaixo alguns pontos que considero relevantes da fala de Tomé Cruz para compreensão do que estou abordando como pedagogia Omágua-Kambeba e suas práticas de ensino.

- A pedagogia Omágua-Kambeba é "é fruto de uma mentalidade Omágua-Kambeba que está enraizada em nossa forma de organização". Tomé Cruz está dizendo que o modo de ensino-aprendizagem Omágua-Kambeba é orientado pelas estruturas organizadoras da comunidade, o que implica que a responsabilidade pela educação é coletiva, envolvendo diversos agentes sociais que constituem a comunidade.
- Nossa escola também é um espaço de formação política" é uma afirmação em que diz que o ensino-aprendizagem na escola faz parte do campo de poder das relações interétnicas com os não indígenas e com indígenas. Desta sua fala eu posso

desdobrar em dois caminhos interpretativos, que aliás foram propostos pelo próprio Tomé Cruz:

1. Promover ensino-aprendizagem da cultura Omágua-Kambeba é praticar atos de resistência (“Trabalhar a nossa tradição na escola também é uma forma de resistência.”). Deve ser compreendido como ato político incorporar no currículo da escola o “ensino da língua Omágua-Kambeba e toda a riqueza cultural, incluindo grafismos, danças, músicas e histórias tradicionais”. Se a cultura Omágua-Kambeba é “um documento valioso” para respaldar e legitimar as reivindicações de direitos indígenas nas “áreas como educação, saúde, reconhecimento territorial e economia”, ensiná-la na escolar indígena é preparar os Omágua-Kambeba para lutarem pelo reconhecimento de sua cidadania etnicamente diferenciada no Estado brasileiro.

2- A interculturalidade é fundamental na formação educacional escolar dos Omágua-Kambeba para habilitá-los a serem agentes capazes de atuar na defesa de seus interesses e direitos no campo das relações interétnicas com a sociedade e Estados brasileiros. O importante aqui é garantir que os Omágua-Kambeba sejam capazes de conectar “ancestralidade e contemporaneidade”. Desta forma, compreende-se a relevância educacional das “tecnologias” para afirmação étnica Omágua-Kambeba - “Nossas alunas usam as redes sociais para divulgar nossa cultura, criando parcerias e condições de articulação”. A interculturalidade como princípio educacional Omágua-Kambeba explica a trajetória escolar e acadêmica do professor Tomé Cruz - de estudos na aldeia Três Unidos a formação acadêmica plural (“ cursando História Contemporânea na Universidade Estácio”, “concluindo um curso em Tecnologia e Gestão em Turismo na Universidade Nilton Lins”, “realizando uma Pós-Graduação em Gestão de Projetos e Formação Docente na Universidade Estadual do Amazonas”).

- As práticas de ensino por meio de projetos educacionais devem ser compreendidas como uma apropriação política e cultural do sistema educacional escolar por meio do qual Omágua-Kambeba de Três Unidos afirmam: “Nós somos Omágua-Kambeba de verdade”. A necessidade de afirmação étnica a partir da escola Kanata T-Ykua faz parte de um campo etnopolítico bem mais amplo no qual estamos historicamente envolvidos - "Muitos Omágua-Kambeba do Alto Solimões vieram conhecer sua história conosco, validando as histórias contadas por meu pai Valdomiro Cruz." Tomé

Cruz, ao se referir às práticas de ensinar elementos culturais como danças, músicas, medicina tradicional, construção de canoas, tecnologia e língua Omágua-Kambebe e a de fazer "um projeto de histórias orais que resultou em um livro", nos revela que a educação escolar para Três Unidos é também uma questão de sua afirmação política na etnohistória do povo Omágua-Kambebe e, portanto, de sua legitimidade étnica na contemporaneidade.

### 5.10. A internet por meio da escola

Por fazer parte do campo etnográfico que defini para minha pesquisa antropológica do Mestrado, defini perguntas para meus interlocutores que conjugavam com as suas preocupações quanto às “ameaças” à afirmação étnica Omágua-Kambebe, por exemplo, o uso de internet conectando o mundo da aldeia Três Unidos com a vida global de não indígenas. Assim, fiz a seguinte questão ao professor Raimundo Cruz Da Silva:

“Professor, Raimundo, voltando agora para 2013, depois de todo esse processo de levante cultural e mobilização interna da comunidade, que, a partir desse movimento, influenciou não só a comunidade, mas também criou espaço dentro das instituições internas do governo, como a Gerência de Educação Escolar Indígena e as portarias das escolas indígenas. A partir da escola Kanata T-Ykua, chegou um fator interessante: a internet. Como ela chegou, por que chegou e quais embates ocorreram?”

Na época, em 2013, eu acho que apenas 10% da comunidade conhecia o que era a internet; o restante não sabia. Eu sei disso porque os adultos, os mais velhos, os meninos, nem mesmo sabiam o que era um celular. Eu, que estava mais presente, percebi isso. E durante a luta por melhorias na qualidade de vida, ensino e na construção da escola pelo município de Manaus, a escola Kanata, aquela de madeira, estava envolvida. Então a internet chegou, e eu comecei a imaginar como poderíamos preparar a comunidade para receber essa novidade. O Prefeito disponibilizou a internet juntamente com 20 computadores. Naquela época, era chamado de telecentro, onde os meninos começaram a trabalhar e estudar.

Tivemos até mesmo um coordenador para o telecentro, cuja função era trabalhar com os alunos nesse aspecto tecnológico e garantir um horário para que as pessoas da comunidade pudessem utilizar a internet quando precisassem fazer pesquisas.

Eu disse que antes disso era necessário preparar as crianças e a comunidade como um todo para essa nova realidade da internet. Foi então que criamos o projeto chamado "Projeto Societário", com o tema "Tecnologia e Conhecimentos Tradicionais Omágua-Kambebe". Através desse projeto, começamos a trabalhar por meio de oficinas, reuniões e rodas de conversa, discutindo a importância da internet, os possíveis aspectos positivos e negativos que ela poderia trazer para a comunidade, e como poderíamos utilizá-la para compartilhar o conhecimento do povo Omágua-Kambebe e fortalecer nossa cultura, utilizando a tecnologia como meio.

Naquela época, o professor Tomé também estava envolvido. Até mesmo um grupo de pesquisadores da Universidade de Columbia esteve presente para entender como a tecnologia estava sendo utilizada pelas comunidades indígenas na Amazônia. Eles se mostraram muito interessados porque estávamos trabalhando com os meninos, desde a educação infantil até o 5º ano, com esse projeto de tecnologia. Eles observaram o que os meninos estavam aprendendo e notaram que não apenas

estavam aprendendo a usar o computador, mas também estavam desenvolvendo suas habilidades de escrita e leitura na língua indígena através do computador. Os meninos estavam conectando seus conhecimentos tradicionais com os conhecimentos mais universais.

Era um ponto importante para preparar a comunidade, tanto os pais quanto os alunos. E assim, a internet chegou pela primeira vez e o sucesso começou a se manifestar. Entrevista de Raimundo Cruz da Silva, concedida a mim em 02 de junho de 2023)

O trecho oferece uma visão sobre como a tecnologia e a internet foram gradualmente introduzidas na comunidade Omágua-Kambeba, destacando o processo meticuloso de preparação, adaptação e integração dessas inovações no tecido da vida cotidiana e da educação da comunidade. Uma análise mais detalhada deste trecho revela vários pontos de grande interesse e relevância.

No início, surge a notável disparidade geracional e de conhecimento tecnológico dentro da comunidade. A revelação de que apenas cerca de 10% dos membros tinham alguma compreensão da internet, enquanto a maioria não tinha sequer conhecimento do que era um celular, destaca uma clara divisão entre gerações em relação à adoção da tecnologia.

A abertura da comunidade à conectividade tecnológica é claramente demonstrada através de seu compromisso em melhorar a qualidade de vida por meio de um projeto educacional. Mostrando uma conscientização ativa e uma busca por garantia de direitos. Vejo que a chegada da internet foi considerada uma oportunidade para expandir os horizontes dos membros da comunidade, conectando-os a uma riqueza de informações e conhecimentos globais que ultrapassam as fronteiras geográficas.

No entanto, o trecho também nos traz uma abordagem prudente e premeditada em relação à adoção da tecnologia. Reconhecendo a necessidade de preparar a comunidade para o uso da internet antes de sua implantação, foi concebido o “Projeto Societário”. Através desse projeto, a comunidade se envolveu em oficinas, reuniões e discussões para explorar os possíveis impactos positivos e negativos da tecnologia e como ela poderia ser dialogada à cultura Omágua-Kambeba. Essa preparação pode ser entendida como uma compreensão profunda das implicações da tecnologia e a importância de mitigar qualquer impacto negativo.

O aspecto mais notável é a maneira pela qual a comunidade buscou harmonizar sua tradição com a nova era digital. O uso da internet como uma ferramenta para compartilhar e fortalecer o conhecimento e a cultura Omágua-Kambeba mostra uma conscientização

sobre a necessidade de valorização das tradições enquanto se engaja com ferramentas modernas.

A colaboração com o professor Tomé Cruz e o envolvimento de crianças desde a educação infantil até o 5º ano sublinha uma abordagem educacional holística. O uso da tecnologia não é apenas uma ferramenta para aprendizado, mas também uma maneira de aprimorar habilidades linguísticas e conectar conhecimentos tradicionais com saberes mais universais.

A presença de pesquisadores da Universidade de Columbia e o sentimento Omágua-Kambeba de “exibir” um trabalho que está dando certo está expresso na citação de que pesquisadores da Universidade de Columbia comprovaram o poder de apropriação da ferramenta tecnológica para o interesse da comunidade - interesse na afirmação étnica.

Continuando a provocação etnográfica da minha pesquisa, pergunto ao Raimundo:

- “Professor Raimundo quais são os maiores medos em relação às tecnologias digitais ?”

Através dessa preparação, o papai tinha um grande medo. Ele pensava que quando a internet chegasse aqui, ela iria interferir muito. Ele temia que os meninos passassem a se sentir inferiores por serem indígenas e que a internet trouxesse uma nova perspectiva que poderia afetar negativamente nossa identidade. Isso era uma das maiores preocupações. No entanto, após a implementação do nosso projeto, os mais velhos começaram a compreender que a tecnologia poderia, na verdade, reforçar nossa identidade e mostrar o potencial da nossa comunidade, cultura e costumes.

Hoje em dia, temos jovens como a Tainara, Kanata e Dani, entre outros, que demonstram o potencial dos saberes Omágua-Kambeba através da tecnologia. Eles compreendem tanto o que é benéfico quanto o que é prejudicial. Assim, os mais velhos passaram a entender a importância da presença da internet em nossa comunidade. Agora, ela se tornou uma das melhores atividades para promover nossas vendas e sustentabilidade. Fico contente quando nossos jovens compartilham as experiências da nossa vida cotidiana online e conseguem ganhar dinheiro com isso. Graças à tecnologia, o mundo inteiro está nos conhecendo, o povo Omágua-Kambeba está sendo apresentado ao mundo de uma maneira nova. Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023)

A apreensão manifestada pelos mais velhos com a introdução de elementos culturais dos não indígenas ainda não tão bem conhecidos por eles persiste como uma constante preocupação das lideranças. Como mencionado pelo Professor Raimundo em 2013, naquela época, a posse de dispositivos celulares era escassa e o domínio da internet limitado. Recordo-me vividamente de ter iniciado minha carreira como docente na Escola *Kanata T-Ykua*, em 2016. Em 2018, conduzi um levantamento para quantificar o número de aparelhos celulares por família, constatando uma média de três celulares por família, em uma aldeia composta por trinta famílias. Este dado refletiu um notável crescimento exponencial.

No âmbito do emprego dessas tecnologias, recorrentemente ecoavam as indagações das lideranças, sobretudo do tuxaua, que se expressaram da seguinte maneira: Nossos jovens não parecem mais se interessar por nossas tradições culturais e estão se afastando de sua identidade indígena. Agora, eles estão mais envolvidos com a TV e celulares. Percebemos que as histórias antigas não estão sendo passadas adiante como costumavam ser, porque as crianças e jovens não querem ouvi-las.

Naquele ano, estava escrevendo meu trabalho de conclusão de curso e desenvolvi meu projeto “A Escola Kanata T-ykua e as Histórias Orais do Povo Omágua-Kambebe da Aldeia Três Unidos: Afirmção da Identidade”, com o propósito de fortalecer as práticas de contar histórias. Percebi que, de fato, a televisão e os celulares estavam sufocando os momentos de contação de histórias, e as histórias estavam sendo substituídas por jogos, novelas e outros entretenimentos. Isso, de alguma forma, estava afastando os jovens do projeto pensado pelas lideranças, e, principalmente, a cosmovisão dos mais antigos estava se distanciando dos mais jovens. O resultado do meu trabalho de conclusão de curso tornou-se um livro intitulado “Quem contará nossas histórias depois que partirmos?”, publicado em 2022

Abordo esse contexto porque considero importante estabelecer uma conexão com a fala do Professor Raimundo com base nas preocupações dos mais velhos que percebi na época, na qual gerou uma busca de medidas educacionais que abordasse essa problemática. O “Projeto Societário” é exemplo, tornou-se o guia que direciona as práticas pedagógicas da escola, por meio do qual a aldeia escolhe as temáticas culturais que serão trabalhadas durante o ano letivo. Essas temáticas são selecionadas com base na visão da aldeia sobre o que merece ser enfatizado. Incluem projetos relacionados à medicina tradicional, músicas, danças, grafismos, história, canoagem, entre outros. São temas muito relevantes para afirmação étnica no contexto atual, especialmente aqueles que desempenham um papel destacado nas relações interétnicas.

Apesar do temor de que com celulares e internet perderíamos o controle sobre nosso projeto etnopolítico, desde 2013 até o presente, acumulamos experiências significativas relacionadas à utilização destes entre nós, e conseguimos fazer o que os Omágua-Kambebe fizeram com a educação escolar - apropriar-se dos instrumentos da sociedade não indígena a favor de nosso interesse quanto à afirmação étnica. Conforme mencionado pelo diretor, notamos o quanto esses jovens, principalmente as mulheres, adotaram essa forma de comunicação para fortalecer a identidade Omágua-Kambebe. Contrariando as expectativas, nossos jovens vêm ocupando os espaços digitais com conteúdo relacionado

à cultura Omágua-Kambeba, além de abordar questões relacionadas às políticas indígenas de forma mais ampla. Também destaco o papel da internet na economia da aldeia, seja para transações bancárias, divulgação de produtos ou organização da comunidade.

## 6. OUTROS EXEMPLOS DE AGÊNCIA ETNOPOLÍTICA DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA DO OMÁGUA-KAMBEBA DE TRÊS UNIDOS

### 6.1. As novas lideranças Omágua-Kambeba territorializando os espaços digitais

Para discutir o surgimento das jovens lideranças na aldeia, é notável a relação intrínseca com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Esse fenômeno não se restringe apenas a Três Unidos, mas é observado em muitas outras aldeias. É uma questão que está fortemente interligada com a etnicidade e a ocupação dos espaços digitais. Acompanho de perto as críticas feitas por algumas lideranças tradicionais, que rotulam essas jovens lideranças como 'líderes das redes sociais', apesar de sua influência em diversas esferas de importância na sociedade contemporânea.

É sobre esse contexto que conduzi uma entrevista com minha sobrinha, Tainara Omágua-Kambeba, filha do meu irmão Tomé Cruz e Tatiane da Costa, Essa conversa se reveste de grande significado para minha pesquisa, uma vez que ela é uma jovem indígena influenciadora digital, ativista ambiental ligada à Unicef. Sua conta no Instagram conta com mais de vinte mil seguidores, nos quais ela se dedica à divulgação da cultura Omágua-Kambeba. Atualmente, Tainara Omágua-Kambeba exerce a função de representante digital da Organização das Mulheres Indígenas do Amazonas (MAKIRA-ETA), produz vídeos para o Unicef, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e atua como palestrante em empresas de renome, como, por exemplo, O Boticário."

Em sua entrevista, ela compartilha parte de sua trajetória até atingir a posição que ela descreve com orgulho como "liderança".

A primeira pergunta feita à Tainara Omágua-Kambeba foi: "Quais incentivos, tu teve pra iniciar essa tua carreira como influenciador digital?" Sua resposta foi:

Os incentivos que eu tive, o primeiro foi do papai, né? Porque ele falava, eu não tinha celular, como o senhor sabe, né. E aí eu não tinha nenhuma ferramenta pra gente se comunicar e nem se conectar. Eu usava o celular do papai ou da mamãe. E aí eu criei o Instagram e ele me deu uma ideia de eh colocar pra outras culturas, os nossos viver, quais são as nossas tradições e as nossas culturas e foi então quando eu comecei a ser influencer, né! Que as pessoas começaram a me convidar pra ir para os eventos que aconteciam em Manaus, e aí então eu nem sabia que eu era influencer, mas os outros já me chamavam de influencer né. Então foi a partir disso que começou pelo incentivo do meu pai. Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2023).

Em seguida, continuo a entrevista: "Então, quais as primeiras formações que tu teve e orientação, além do incentivo do teu pai?" A resposta foi:

Eh, foi pelo Repórter da Floresta, que é um projeto que eu faço parte, que eu comecei desde os meus onze anos de idade e aí então eu já sabia mais ou menos em como eu podia usar a ferramenta do celular: a tecnologia para fazer o que eu venho fazendo porque o projeto Repórter da Floresta é exatamente isso, ele é

voltado para a comunicação onde você pode se engajar mais no mundo da tecnologia e saber utilizar as ferramentas digitais, como os aplicativos que a gente vem usando, WhatsApp, Facebook, Instagram, o Twitter, o YouTube. E aí o projeto Repórter da Floresta, ele me ajudou muito no meu engajamento, porque se eu não tivesse participado desse projeto talvez não teria sido mais fácil pra mim, né. E aí com o projeto ele me ajudou muito, porque ele ajuda a mexer com o celular fazendo os vídeos que eu edito tudo certinho com os aplicativos, a ferramenta que eu devo usar.

A entrevista com Tainara Omágua-Kambeba apresenta uma perspectiva valiosa sobre a evolução e o significado de sua jornada como influenciadora digital. Como parte da pesquisa, sua história assume um papel interessante em iluminar a interseção entre a cultura Omágua-Kambeba, a tecnologia digital e a representação contemporânea. Seu envolvimento como influenciadora digital, especialmente com uma conta no Instagram com uma base considerável de seguidores, oferece reflexões etnográficas importantes sobre como as plataformas digitais podem ser usadas para promover a cultura Omágua-Kambeba e defender os interesses das comunidades indígenas.

Tainara Omágua-Kambeba emerge como um exemplo notável de jovem líder indígena que utiliza a influência digital como uma plataforma para divulgar a identidade de seu povo. Ela se destaca como uma porta-voz comprometida, alcançando tanto eventos locais quanto colaborações com organizações internacionais, como a UNICEF, e marcas, como o Boticário. Isso ilustra como as plataformas digitais podem transcender fronteiras físicas, permitindo que as vozes das líderes indígenas sejam ouvidas em escala global. No entanto, alertamos para a presença seletiva de indígenas nesses espaços das instituições. A política de inclusão racial tem contribuído significativamente, o que é visto positivamente pelo movimento indígena, mas, devemos observar que tal presença pode ser levada para legitimar discursos institucionais, diluir a agenda indígena ou até mesmo cooptá-las.

Por outro lado, mostra também o agenciamento da comunidade, como, por exemplo, o incentivo inicial dado por seu pai mostra como as figuras de liderança nas comunidades indígenas podem desempenhar um papel fundamental na construção dessas lideranças, bem como os interesses em ocupação nos espaços digitais. Ao sugerir a criação do Instagram para compartilhar a cultura, seu pai facilitou o acesso às ferramentas de comunicação modernas para divulgar as tradições do povo Omágua-Kambeba, o que se desenha-se como uma ação pró-ativa. Esse ato de incentivo pode ser interpretado como um exemplo de como a valorização cultural pode ser adaptada às tecnologias contemporâneas, garantindo que as identidades indígenas se mantenham relevantes e visíveis.

No geral, essa entrevista com Tainara Omágua-Kambebe demonstra como as influenciadoras digitais indígenas podem ser agentes poderosos de mudança, aproveitando a tecnologia para amplificar suas vozes, compartilhar suas histórias e preservar suas culturas. A pesquisa que destaca essa fala contribui para um entendimento mais amplo da interseção entre tradição e modernidade, enquanto desafia estereótipos e enfatiza a agência das comunidades indígenas na era digital.

E a entrevista prosseguiu: "Então, depois desse processo formativo, agora eu queria saber um pouco sobre a COP 27<sup>21</sup> (27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas). Por exemplo, quais os primeiros contatos que tu teve ou como chegaram contigo sobre a COP 27?"

Tainara Omágua-Kambebe responde:

Primeiro eu não tinha noção do que era a COP 27, né? E aí foi quando eu recebi o convite da UNICEF juntamente pra ir participar e aí a gente teve algumas capacitações sobre o que era a COP 27, que é pra informar os jovens para eles começarem a entender sobre a as temáticas que ia acontecer lá. Então ela fez uma capacitação comigo pra falar desde quando a COP vem acontecendo, em qual lugar. E aí foi quando eu comecei a entender o que era a COP 27, né? Que é todo ano acontece para falar sobre as mudanças climáticas, para debater e para tentar diminuir essas causas que a gente vem sofrendo, essas crises de mudança climática. Entrevista concedida a mim 02 de dezembro de 2023).

A continuação da entrevista com Tainara Omágua-Kambebe revela seu processo de envolvimento com a COP 27 (27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas) e como ela foi apresentada a esse evento de grande relevância global. A fala de Tainara destaca a forma como ela foi reconhecida, seu desenvolvimento e do seu entendimento em relação à COP 27, bem como o papel que ela desempenhou como jovem representante indígena nesse contexto.

Tainara inicialmente confessou que não tinha conhecimento prévio sobre a COP 27, indicando um nível de conscientização limitado sobre esse evento específico. No entanto, a UNICEF a convidou para participar, e isso marcou o início de seu envolvimento mais profundo com a conferência. A partir daí, ela participou de capacitações para se familiarizar com a COP 27, compreendendo sua importância, propósito e histórico. E uma das questões para refletir é o porquê da UNICEF ter escolhido Tainara? Vejo que está havendo uma tendência de jovens com muitos seguidores em redes sociais passarem a ocupar lugares

---

<sup>21</sup> A 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ocorreu de 6 de novembro a 18 de novembro de 2022, em Sharm El Sheikh, Egito.

de lideranças em eventos estratégicos. Caberia investir em mais pesquisa de campo para ter mais parâmetros etnográficos para analisar esta questão.

A capacitação ministrada pela UNICEF desempenhou um papel educativo fundamental explicando a natureza recorrente da COP e seu foco central nas mudanças climáticas, mas do modo (diria com a pedagogia) do “branco”. Arrisco-me dizer que esta capacitação implicou na instituição em ter controle da interlocução que seria estabelecida pela fala da jovem Omágua-Kambebe. Por outro lado, através deste treinamento, Tainara, como uma jovem Omágua-Kambebe, teve a oportunidade de aprender sobre a história da conferência, suas edições anteriores e sua missão em debater e abordar as questões ligadas às mudanças climáticas. Ou seja, Tainara recebeu papéis sociais dos agentes dos dois lados da relação - UNICEF e Omágua-Kambebe.

A entrevistada articula a relevância da COP 27 ao destacar a necessidade de abordar as crises das mudanças climáticas, buscando soluções para mitigar seus efeitos prejudiciais. Seu entendimento do evento evoluiu de uma falta de consciência inicial para uma compreensão mais profunda de sua importância global na luta contra as mudanças climáticas. O que me faz pensar nas dimensões formativas que acontecem com essa nova categoria de lideranças.

A experiência de Tainara como uma jovem influenciadora digital Omágua-Kambebe que é convocada para participar de uma conferência internacional tão relevante, como a COP 27, de modo geral destaca a crescente importância das vozes indígenas nas discussões sobre questões globais. Sua fala sugere que as oportunidades de capacitação e educação desempenham um papel fundamental em capacitar jovens líderes indígenas para se tornarem defensores eficazes das causas climáticas e ambientais. Esse relato também demonstra como as organizações internacionais, como a UNICEF, podem colaborar ou usá-los para ampliar as vozes indígenas em plataformas globais e trazer maior conscientização para as questões críticas que afetam as comunidades indígenas. Também é importante refletir como instituições não indígenas que atuam em contexto internacional da questão climática investem na "fala indígena" de forma emblemática. É preciso refletir mais sobre isto.

Continuando meu diálogo com Tainara Omágua-Kambebe, pergunto:

- " Além da UNICEF, qual o papel que tu tem no movimentos de mulheres indígena MAKIRA-ETA?":

A MAKIRA-ETA faz um projeto aqui na comunidade onde eu moro, ele se chama Cunha-Eita que é para desenvolver os jovens e, principalmente, as mulheres, né? Pra a gente fazer um trabalho de maneira sustentável, como é uma cozinha de

farinha que eles deram todo o suporte, deram material pra gente não ter tanto em comprar e eles deram essa ajuda pra gente, trouxeram sementes de outros lugares e também trouxeram algumas ferramentas de fazer artesanato, sementes de açaí, para que a gente possa fazer um trabalho de maneira sustentável. E aí esse projeto é mais voltado para as mulheres. (Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2023).

Eu insisti na questão: “Hum, aí tu tem alguma relação do teu trabalho como influenciador com a MAKIRA-ETA?”

Sim, eu faço parte da mídia MAKIRA-ETA e eu sou, como dizem eles mesmo, eu sou a cara da MAKIRA-ETA em que todos os eventos que acontecem ou programação que a gente vai fazer, eu que tenho que fazer os vídeos. É pra fazer o chamamento pra esse evento que vai acontecer, vai acontecer ano que vem dois mil e vinte e três. E aí a gente vai fazer um vídeo chamando todos os parentes para ir participar, aí quem vai fazer esses vídeos são eu. (Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2022).

O diálogo com Tainara Omágua-Kambebe continua a revelar sua conexão e comprometimento com o movimento das mulheres indígenas MAKIRA-ETA, além de como ela integra seu papel de influenciadora digital a esse movimento. Ou seja, além da categoria "jovem" também é preciso considerar a categoria "mulher indígena". Tainara descreve o projeto Cunha-Eta promovido pela MAKIRA-ETA, que busca desenvolver jovens e, especialmente, mulheres, de maneira sustentável. Ela destaca a importância de projetos como a cozinha de farinha, que oferecem suporte material e conhecimento para que as mulheres possam se envolver em atividades sustentáveis, como a produção de alimentos e artesanato. A ênfase na sustentabilidade reflete um entendimento da necessidade de preservar os recursos naturais e culturais, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento comunitário. O que se tem a dizer aqui é que esta ação da MAKIRA-ETA tem que ser melhor etnográfica para ser compreendida, porque a agência desta rede de mulheres indígenas está diretamente vinculada às agendas estabelecidas no contexto interétnico, no qual as mulheres indígenas passaram aceitar apoios a partir também de interesses específicos de seus parceiros.

Tainara também esclarece seu papel na MAKIRA-ETA, onde ela é considerada a "cara" do movimento, responsável por criar vídeos para promover eventos e atividades. Sua presença como influenciadora digital agrega um elemento contemporâneo e de alcance global à promoção desses eventos. Os vídeos que ela produz servem como chamados para a participação dos membros da comunidade nos eventos, tornando-se uma forma eficaz de divulgar e mobilizar pessoas.

A interseção entre sua posição como influenciadora digital e sua participação na MAKIRA-ETA destaca como a tecnologia pode ser utilizada para reforçar os esforços de

movimentos indígenas. Ao trazer sua autenticidade e presença nas redes sociais para a promoção da MAKIRA-ETA, Tainara está essencialmente traduzindo o ativismo offline para uma plataforma online, alcançando um público mais amplo e diversificado.

O diálogo revela que a influência de Tainara não é apenas virtual; ela está profundamente envolvida nas atividades e na missão da MAKIRA-ETA. Sua posição como a "cara" do movimento também destaca a importância do reconhecimento e visibilidade das lideranças indígenas jovens e femininas em questões importantes, como sustentabilidade e empoderamento das mulheres. Isso mostra como essas lideranças interagem em campos diferentes, seja instituições não indígenas ou as organizações indígenas, e principalmente os interesses paralelos dessas instituições em buscar formar a liderança de uma jovem indígena vinculando as tradições específicas de seu povo com conhecimentos ambientalistas contemporâneos. O que me faz pensar no objeto de minha pesquisa sobre etnicidade, permitindo-me também afirmar que os discursos ambientalistas internacionais estabelecem parâmetros, por meio dos quais as identidades desses mecanismos institucionais alinham-se às diretrizes estabelecidas em um âmbito de poder maior.

E continuo a entrevista:

- “Está certo, agora voltando sobre a COP 27. Depois de tu ter contato com a MAKIRA-ETA e a UNICEF, quais orientações que te deram para tu representar, para tu falar, se te deram alguma orientação na tua fala, no teu discurso?”

Ao que Tainara Omágua-Kambebe responde:

Ó, a UNICEF, ela me deu a orientação de como seria basicamente lá. Mas a orientação mesmo quem deu pra mim ir pra lá mesmo foi o senhor, o papai e a MAKIRA-ETA. Porque como eu fui representante da comunidade, não somente a UNICEF, mas a MAKIRA-ETA e aí eu tive uma conversa muito grande com a Dona Socorro [Coordenadora da MAKIRA-ETA], né? Que era pra realmente que eu ia falar sobre o que estava à disposição para falar. E aí foi essas conversas que eu tive, né? Com a comunidade e com a MAKIRA-ETA. (Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2022).

E prossigo com minha interlocução:

- “A UNICEF, ela ficou em que sentido, no processo? Na logística?”:

Não, eh a UNICEF ela levou os três jovens da de regiões diferentes né pra representar cada qual, representar o lugar de onde você mora. E aí ela deu umas orientações também que como a UNICEF tem vários projetos, E é desenvolvido, principalmente para crianças e adolescentes. E aí a gente teve um objetivo muito grande né, que era levar essas informações para outros jovens que acompanham o Instagram da UNICEF. E aí também a gente produziu vários vídeos para mostrar pra pro mundo né. Qual é a importância da UNICEF levar esses adolescentes para COP 27. (Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2022)

- “Beleza, qual foi e o que a MAKIRA-ETA buscou orientar na tua fala?”

Como ela dá vozes às mulheres indígenas do estado do Amazonas, a primeira pauta era pra mim falar sobre o trabalho em que ela vem atuando nas comunidades indígenas e também em Manaus, né. Nas comunidades urbanas que também ainda existem, né, e aí a primeira pauta era pra mim falar sobre a importância das mulheres indígena na sociedade. Que hoje em dia temos várias mulheres né? Se engajando nessas pautas de mudanças climáticas e aí a primeira pauta foi essa. E a segunda também era sobre a defesa dos territórios indígena que mandaram eu pautar lá, né! Com a importância de falar que os nossos territórios estão demarcados.

O desenrolar da entrevista com Tainara Omágua-Kambebe aborda as orientações que ela recebeu de atores essenciais na formação de liderança jovens: UNICEF, da MAKIRA-ETA e de seu pai para sua participação na COP 27, bem como o foco temático de sua fala durante o evento, demonstrando que os indígenas mais velhos estão atento nos espaços que jovens estão ocupando, tornando agente ativos nos discursos das novas lideranças.

Tainara ressalta que a UNICEF ofereceu orientações sobre o contexto e a dinâmica geral da COP 27. No entanto, ela enfatiza que as orientações mais direcionadas vieram de seu pai e da MAKIRA-ETA. Como representante da comunidade, ela dialogou extensivamente com uma das lideranças da MAKIRA-ETA, Dona Socorro, para determinar os tópicos principais que seriam abordados em sua fala.

No que diz respeito à UNICEF, Tainara compartilha que a organização selecionou três jovens de diferentes regiões para representar seus respectivos locais de origem. Ela observa que a UNICEF deu ênfase ao objetivo de compartilhar informações e experiências com outros jovens que seguem a organização nas redes sociais. Além disso, Tainara e os outros jovens produziram vídeos para mostrar a importância da participação de adolescentes na COP 27.

Quanto às orientações da MAKIRA-ETA, Tainara destaca as agendas do movimento indígena. Primeiramente, ela foi instruída a falar sobre o trabalho da MAKIRA-ETA nas comunidades indígenas e urbanas do Amazonas, ressaltando o engajamento das mulheres indígenas em questões de mudanças climáticas. Isso destaca o papel ativo das mulheres no ativismo ambiental e social, tanto nas áreas rurais quanto urbanas.

Em segundo lugar, Tainara foi orientada a abordar a defesa dos territórios indígenas, ressaltando a importância da demarcação dos territórios. Esse tópico enfatiza a luta contínua pela proteção das terras indígenas, que são cruciais para a valorização das culturas, tradições e modos de vida das comunidades.

A entrevista de Tainara Omágua-Kambebe destaca a complexidade das orientações que ela recebeu de diferentes partes interessadas, como a UNICEF, a MAKIRA-ETA e sua família para representar as vozes indígenas e os tópicos cruciais durante a COP 27. Essas orientações não apenas moldaram sua participação, mas também refletem os pontos-chave de importância para as comunidades indígenas, como também transcende o conceito da liderança indígena ser constituída por pessoas mais velhas, o qual foram muito valorizados por pesquisadores e instituições quando se fala valorização da cultura e a defesa das terras indígenas.

Meu interesse na interpretação de Tainara Omágua-Kambebe sobre sua experiência me fez continuar perguntando:

- “Quais as reações positivas ou negativas sobre a tua ida para lá (COP 27) com relação às lideranças locais tuxaua, principalmente, professores e demais lideranças? Aqui da comunidade teve algum apoio positivo? Teve algum constrangimento? Enfim. ”

Hum, deixa eu ver. No começo foi um pouco difícil, né? No início do ano que na verdade eu comecei fazer várias viagens pelo MAKIRA-ETA e aí como a gente vê que hoje em dia ainda tem machismo, né? Eu sofri um pouco de coisa por conta do tuxaua, dos professores e aí eu conversei com o papai que eu tinha que conversar com eles para que eles pudessem me apoiar. E aí eu fui, conversei com o tuxaua e eu me senti mais preparada quando eu fui pra COP 27, porque eles estavam cientes do que eu ia fazer e do que eu ia representar também que era a comunidade. E aí eu tive uma ajuda bem grande, principalmente do tio Valdemir Da Silva, que ele conversou comigo, a Babá (Babá é como a minha tia Diamantina é chamada na aldeia) também que me conversou comigo, o tio Tonho, então eu tive assim uma ajuda bem grande dele. (Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2022)

Na continuação da entrevista com Tainara Omágua-Kambebe, a discussão gira em torno das reações das lideranças locais, tuxauas (chefe tradicional), professores e demais líderes, sobre sua participação na COP 27 e o apoio que ela recebeu da comunidade.

Ela revela que, inicialmente, enfrentou algumas dificuldades devido a atitudes que ela aponta como machismo, especialmente por parte de tuxauas e professores. Compartilha que passou por algumas situações desafiadoras e, em resposta, decidiu abordar a situação dialogando com essas lideranças. Ela entendeu a importância de obter o apoio e a compreensão deles para que sua representação na COP 27 fosse mais eficaz (legítima) e apoiada pela própria comunidade.

A entrevistada destaca que, após essas conversas, sentiu-se mais preparada e confiante para participar da COP 27, pois suas lideranças locais estavam cientes de suas

intenções e propósitos. Esse diálogo ajudou a dissipar quaisquer constrangimentos iniciais e criou um ambiente de apoio e compreensão ao seu redor. Mostrando que as relações internas são espaços de poder hierarquizado, onde o surgimento de uma liderança deve ter a aceitação das demais lideranças, principalmente as mais antigas.

Tainara também menciona o apoio significativo que recebeu de indivíduos-chave na comunidade. Ela menciona o tio Valdemir da Silva, a Babá (tia Diamantina) e o Raimundo, que ofereceram orientação e suporte durante esse processo. Esse apoio demonstra a importância de ter figuras influentes dentro da comunidade que acreditam em suas ações e estão dispostas a auxiliar no enfrentamento de desafios e formações de jovens lideranças.

A fala de Tainara ressalta a luta contra o machismo, um conceito introduzido pelas relações com os não indígenas, mas que é perceptível as influências dos eventos e formações nessa jovem liderança, internalizando a importância da defesa dos direitos das mulheres indígenas, especialmente quando se envolvem em atividades de liderança e representação na aldeia Três Unidos. A experiência de superar esses obstáculos e obter o apoio da comunidade ressalta a resiliência e a determinação de Tainara em defender sua identidade e os interesses de sua comunidade em níveis globais.

No decorrer da conversa com Tainara, eu também entro no assunto como uma liderança que observa esse fenômeno de jovens lideranças, e exponho minha opinião:

“Está bom, porque estava vendo aqui hoje o jovem que é por meio dessas plataformas digitais que usam na comunicação para divulgar cultura, identidade e alguns temas sobre território, defesa de territórios, está dando visibilidade a esse jovem. E esses jovens estão se deslocando para representar essas populações. E há dez, quinze, vinte anos atrás, a saída dessas pessoas não era o jovem. Quem era visualizado eram as lideranças locais, os representantes de organizações e, hoje, quando o jovem se lança pro mundo fazendo essa representação, internamente, está se construindo uma mudança na estrutura organizacional dentro da comunidade, assim essas lideranças muitas vezes não estão preparadas para essa mudança estrutural que equivale o jovem como uma autoridade hoje dentro da comunidade”. (Mario Dos Santos Cruz em conversa com Tainara da Costa Cruz, 02 de dezembro de 2022)

Minha observação, como pesquisador e líder da aldeia, é muito importante e reveladora. Tenho notado uma grande mudança na forma como os jovens estão representando nossa cultura indígena. Agora, eles estão usando a internet e as redes sociais para compartilhar nossa cultura, identidade e questões relacionadas às nossas terras. Essa transformação está criando uma nova dinâmica de visibilidade e liderança em nossas comunidades indígenas.

Ao enfatizar como esses jovens estão se deslocando para representar suas populações, aponto para uma transformação notável em relação ao passado. Antes, o mais

comum eram as lideranças locais e os representantes de organizações que eram protagonizadas como autoridades e figuras de destaque na representação indígena. No entanto, a ascensão dos jovens como representantes e influenciadores digitais está redesenhando esse cenário.

A minha fala menciona que essa mudança não apenas tem impacto nas relações com não indígenas, mas também gera uma transformação interna na estrutura organizacional das comunidades. Esse novo papel dos jovens como autoridades e porta-vozes digitais está desafiando as estruturas tradicionais de liderança. As lideranças locais muitas vezes podem não estar preparadas para essa mudança, visto que envolve uma reconfiguração das dinâmicas de poder e influência.

Essa observação sublinha a importância de reconhecer e apoiar a voz e o papel dos jovens nas comunidades indígenas. A representação digital não apenas amplia a visibilidade das questões indígenas, mas também cria uma oportunidade para que os jovens sejam ouvidos e desempenhem um papel ativo na defesa de suas culturas, identidades e territórios.

Minha análise coloca em evidência um aspecto importante das mudanças sociais e culturais em curso dentro da aldeia Três Unidos, especialmente quando se trata de como as gerações mais jovens estão moldando e definindo as narrativas e as estruturas de poder. O que me faz pensar na abordagem do pesquisador, a qual tornavam apenas os mais velhos como os pensadores do povo, em vez disso ampliamos esse olhar por meios dos jovens.

E continuo minha entrevista:

- " É esse o papel que tu está tendo agora? Como que tu pensa agora, levando essas demandas que tu tem e que te dão representando comunidade, representando organizações indígenas e aqueles parceiros que não são indígenas, mas são indigenistas que fazem o papel num discurso de defesa das populações indígenas. Como que tu se sente representando todo esse grupo, Tainara?":

Eh primeira, né! Que desde o começo do ano quando eu comecei a fazer essas viagens tudo era novo para mim e aí eu vim me questionando com algumas coisas que eu vinha vendo, né, porque as pessoas das organizações elas trazem os projetos para gente, sendo que a gente já tem um projeto, só falta a gente articular ele com a gente mesmo, a gente mesmo montar o projeto em nossa comunidade e aí eu estou esse ano, né? Eu vou tentar fazer uma coisa diferente. Não que as organizações venham fazer o projeto para gente. Mas a gente mesmo tem que construir um projeto em nossas bases. Acho que seria mais fácil para nós e eu me sinto assim representando muito bem, né. As pessoas também indígenas que estão aí pra ajudar gente, que não são poucas né! E elas estão aqui pra ajudar a gente em qualquer coisa que a gente precisar, fazendo documento, tudo, elas vão estar disponíveis, né, para nos ajudar. Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2022).

A continuação da entrevista com Tainara Omágua-Kambeba aborda seu papel atual e sua visão sobre a representação das demandas da comunidade, organizações indígenas e parceiros que compartilham o discurso de defesa das populações indígenas.

Tainara compartilha que, desde o início do ano, tem enfrentado desafios novos enquanto desempenha seu papel de representação. No decorrer desse processo, ela começou a questionar certas dinâmicas observadas, especialmente em relação às organizações que trazem projetos para as comunidades. Ela acredita que as próprias comunidades possuem conhecimento e capacidade para construir seus próprios projetos, adaptados às suas necessidades específicas, em vez de depender inteiramente de organizações externas.

Ela expressa seu desejo de abordar esse aspecto de forma diferente e planeja que, ao longo do ano, trabalhará para incentivar a construção de projetos dentro das bases das comunidades. Ela acredita que isso poderia trazer uma abordagem mais eficaz e adequada às necessidades locais.

Quanto à sua sensação de representação, Tainara se sente muito bem ao desempenhar esse papel. Ela destaca a presença de pessoas, tanto indígenas quanto indigenistas, que estão dispostas a ajudar as comunidades em várias frentes. Essas pessoas, segundo ela, estão disponíveis para oferecer assistência em questões práticas, como documentação e outros processos, o que reforça a ideia de construir parcerias entre as comunidades indígenas e seus parceiros.

A perspectiva de Tainara reflete a importância de uma abordagem mais colaborativa e participativa na promoção das necessidades e demandas das comunidades indígenas. Nesse espaço ela procura fortalecer as próprias comunidades a construírem e liderarem seus projetos, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da assistência e apoio. Sua abordagem sugere uma maneira de fortalecer a voz e a agência das comunidades, tanto nas esferas locais quanto nas globais.

Pelo que foi apresentado acima, na constituição de redes de relações Omágua-Kambeba da aldeia Três Unidos com entidades do Estado e de Organizações Não Governamentais, entre outros agentes indigenistas, foi preciso adotar uma espécie de "linguagem interétnica", que vou representar aqui como a linguagem do "índio do branco", no sentido de estabelecer uma comunidade de comunicação que viabilize interações que orientem tomadas de decisões e de ações no campo de poder interétnico que promova os interesses tanto indígenas como dos agentes não indígenas.

## 6.2. Afirmação étnica pela saúde indígena

Para apresentar um panorama mais aguçado sobre visão das lideranças sobre acesso as políticas públicas e como é agenciado essa luta, trago a experiência do tuxaua Valdemir da Silva apontando uns dos principais eventos sobre a política de saúde indígena que influenciaram diretamente a organização interna da aldeia na busca e ressignificação da cultura Omágua-Kambeba.

Em 1998 acompanhei os primeiros movimentos aqui da região. Fomos para Manaus, e lá falavam que o índio seria reconhecido. E para ter direitos aos benefícios, e naquela época o governo falava da saúde indígena, mas para isso o índio teria que se organizar de uma forma legal, com suas culturas. Então índio sem cultura não poderia ser considerado como indígena. Ter danças, línguas, costumes, crenças em geral. E quem não tivesse isso, teria que dar seu próprio jeito. Em 2000 com o fechamento do convênio do governo com a Coiab para cuidar da saúde do índio. Sempre essas palavras eram exaltadas. Quando eu fui para a conferência estadual, sempre falavam, temos recursos, a Coiab é nossa apoiadora que vai contratar os profissionais, mas o apoio será para índio que tem cultura, quem não tiver vai ter que buscar cultura com seus antepassados, com os mais velhos e que moram em aldeia, para falar sua língua, ensinar sua dança (...) poxa vida eu pensei no nosso caso, nós éramos índios, mas não tinha essas coisas fortes. E em 2001 quando fui para Autazes para outra conferência, vi um exemplo claro. Lá os Mura eram ditos como sem cultura, só tinha o nome. E não se assumia assim, os Mura tem cultura, lá eles tem danças, língua, eles têm tudo. mas não tinha nada disso, e aí eu fui aprendendo. Nessas reuniões eles perguntavam, se nós Omágua-Kambeba tínhamos, eu respondia que sim. Temos danças, língua, grafismo, e davam parabéns. Nessa época meu sogro estava vivo e falavam bem a língua e queria que o povo vivesse da forma como está agora. Ele ensinava a comunidade, isso foi bom. E tivemos uma reunião para fazer a busca por cultura, e lá meu sogro e minha sogra ensinaram a fala, as danças, as músicas. Lembro sempre da fala dele, nós não podemos ser um Alemão, um Americano, não podemos ser turistas, só podemos ser Omágua-Kambeba mesmo. E assim entramos no jogo, e desde lá já ia procurando ideias, principalmente para formar alguns tipos de danças, aí que fiz a dança da cobra, do curupira e da onça, foi minha ideia. Ensinar a língua era por conta da escola. E o meu pensamento não ser só para mostrar para o outros, mas Omágua-Kambeba sim, de formar compromisso, de bater no peito com orgulho e dizer que sou que tenho minha dança, minha fala, eu acredito no meu Deus da natureza, com a pupeka, mujica, mostrando minha cultura, não só no discurso. Tomando café com o tuxaua. É por isso que na qualidade de tuxaua eu sempre cobro da comunidade, porque foi assim que fomos aprovados. Não podemos ser índio só pra ganhar uma cesta básica, mas temos que entender o porquê que somos Omágua-Kambeba. O último ponto que quero te falar é que não importa que você tenha sua casa de alvenaria, que dentro tenha sua televisão, geladeira e tudo mais. Mas a identidade e sua cultura tem que estar fortes. E isso no nosso caso atrai as visitas, e ao mesmo tempo eles (turistas e instituições) conhecem o Omágua-Kambeba na modernidade, assumido e compromissado. (Entrevista concedida a mim em 02 de dezembro de 2022)

A identidade étnica Omágua-Kambeba é um processo complexo que envolve influências provenientes da nossa dinâmica interétnica. Uma das influências das relações com os não indígenas mais significativas é a intervenção das políticas governamentais e de organizações indígenas, como a Coiab. Essas políticas estabelecem critérios para o reconhecimento étnico, criando requisitos específicos, como a demonstração de elementos culturais, para acessar recursos e benefícios governamentais. Nesse caso, aponto como

os fatores das relações interétnicas com não indígenas desempenham um papel na definição da identidade Omágua-Kambeba e na organização das comunidades indígenas.

Por outro lado, nossas referências étnicas estão mantendo sua força na configuração identidade Omágua-Kambeba. Os membros mais velhos da comunidade mantêm um papel vital nas práticas das tradições e organização da aldeia. Esta dinâmica entre influências étnicas e não indígenas resulta em uma constante redefinição da etnicidade Omágua-Kambeba, ao longo do tempo.

Adicionalmente, o compromisso com a cultura Omágua-Kambeba é ressaltado como um elemento fundamental, indo além de simplesmente mostrar a cultura para outros. É uma expressão de identidade que não busca apenas benefícios materiais, como cestas básicas, mas visa compreender e abraçar profundamente a identidade Omágua-Kambeba.

Por fim, o relato sublinha que a identidade Omágua-Kambeba não entra em contradição com a modernidade, sendo capaz de coexistir com elementos contemporâneos, como casas de alvenaria e eletrônicos. Isso implica que a identidade étnica não é estática, mas flexível o suficiente para acomodar mudanças sociais e tecnológicas.

### **6.3. Turismo em território indígena e afirmação étnica**

A atividade de turismo tem acompanhado e estimulado o fortalecimento da etnicidade Omágua-Kambeba desde a criação da aldeia Três Unidos. Especialmente no caso do Rio Negro, que apresenta um ecossistema diferente da região do Médio Rio Solimões, as condições de vida se mostraram desafiadoras para o estabelecimento do povo. Nesse contexto, o turismo emergiu como a principal fonte de renda encontrada para garantir sustento e, ao longo das últimas três décadas de envolvimento com essa atividade, tornou-se a principal fonte de renda da comunidade. Em um artigo coescrito por mim em parceria com a antropóloga Tharin Machado de Oliveira, minha tia Diamantina descreve essa situação da seguinte maneira:

Em 1992, dia 11 de março, a primeira vez que a Desafiou (empresa de turismo) encostou aqui. Chegaram aqui perguntaram se a gente fazia artesanato. Eu respondi que a gente fazia. Muito não, mas só para o nosso uso! Aí ele disse então vamos combinar que na outra semana eu venho (...) aí você já tem feito. E vocês vendem para o turista. Aí como nós iniciamos. Acharam bonito, viram a qualidade da semente, tudo, como nós fazíamos. Então combinaram para todas as semanas eles virem. Vendemos artesanato de sementes de tento, caroço de tucumã, cipó, fazíamos aquela cestinha (...)

só era semente e cipó naquele tempo. Não fazíamos de madeira. As pessoas que começaram a fazer foram eu, a Neurilene que era pequena, tua tia Teca e tua mãe, Maria! As sementes a gente também pegava de todas as qualidades, no igapó por aí! Eles [os turistas] queriam ver nossa capara, aí começemos a fazer sementes só

para mulher. Eu conversei com o papai e a mamãe sobre o verdadeiro artesanato Omágua-Kambeba, disseram que só usava de pucá, ouvido de peixe-boi que é uma sementinha que parece um cipó. Aí eles faziam a mesma conta mesmo! Esse daí que era os primeiros artesanatos Omágua-Kambeba verdadeiros. De lá pra cá muitas empresas chegaram não me recordeo quantas! (OLIVEIRA, A. M; CRUZ, M. S. 2021. p. 70)

Nota-se que o olhar do outro sobre o indígena está frequentemente relacionado aos colares e adereços que atraem os turistas. A empresa de turismo buscava exatamente isso de nosso povo. Foi assim que começou a relação entre turismo e cultura Omágua-Kambeba, uma relação baseada em interesses econômicos nos quais a cultura e os objetos culturais ganharam ou ampliaram seus significados. No entanto, essa dinâmica desempenhou um papel fundamental para a sustentabilidade econômica do nosso povo. Aquela cultura que antes era olhada marginalizada, agora seria a melhor forma de resistir. É claro que também estou considerando aqui nossa participação na disputa pelo controle do exotismo na prática do turismo em território indígena.

A "cultura" passa a ser a referência de renda e de valorização étnica:

Nós nos organizamos que era para dar mais renda. Se não fizesse aquilo não tinha renda! Por isso também valorizamos a cultura. O turismo nos ajudou também nessa parte. Antigamente a mamãe plantava um monte de sementes de todas as qualidades! Estragava! Não tinha porque fazer muito. Só pra nós usar. (Oliveira, A. M; Cruz, M. S. 2021., p. 71)

A roupa Omágua-Kambeba eu quando comecei foi [...] pela Fundação Amazônia Sustentável. Que dona Ana falou para mim que ela achou muito bonito, pois as nossas apresentações era com aquela roupa. Mas a gente não tinha para vender, só para nós! Que fazia, pois o papai me ensinou a fazer. Ele talhou pra mim, pintou, riscou. Até hoje eu tenho guardado a peça de roupa. (Oliveira, A. M; Cruz, M. S. 2021, p. 75)

Essa atividade cresceu tanto na aldeia que agora corresponde a mais de 50% da geração de renda da comunidade. Esse crescimento possibilitou a criação de um centro de venda de artesanatos, onde são comercializados colares, artesanato em madeira, roupas Omágua-Kambeba, remédios tradicionais, bem como a instalação de restaurantes e pousadas na comunidade. Isso estimulou a redescoberta e valorização de conhecimentos que estavam adormecidos, muitas vezes utilizados apenas como objetos de uso ou de valor simbólico. Agora, esses elementos passaram a adquirir novos significados, como, por exemplo, a *capara*<sup>22</sup>, que antes era usada para o achatamento da cabeça e agora é vista

---

<sup>22</sup> A "Capara" para o povo Kambeba é um cocar que representa a antiga tradição do achatamento da cabeça, uma prática que não é mais realizada pelos Omágua-Kambeba nos dias de hoje. Atualmente, a Capara é confeccionada com madeira e sementes e é usada pelos homens, servindo como um símbolo que mantém a conexão com a cultura do achatamento da cabeça, que é uma marca específica dos Kambeba.

como uma forma de arte com valor comercial. Para afirmação contemporânea da etnicidade, a *capara* tornou-se um elemento distintivo que define os Omágua-Kambeba perante outros povos.

Acompanhando e sendo parte deste olhar turístico, a escola percebeu que poderia qualificar essa forma de turismo. Em vez de apenas apresentar uma imagem folclorizada ou romantizada do indígena, buscou transformar essa relação em um momento educativo, onde fosse possível mostrar a cultura sem ignorar o impacto da colonização. Para destacar essa abordagem, retomei minha conversa com o Professor Raimundo, discutindo a relação entre a escola e o turismo, bem como a escola incorporou essa perspectiva por meio de seus projetos educacionais:

Percebi que a escola cresceu muito. E através dela, muitas coisas positivas foram introduzidas, incluindo a infraestrutura necessária para aprimorar a experiência educacional. A chegada da internet também representou um avanço significativo, permitindo-nos expandir nossos espaços digitais, que estão sendo utilizados para reforçar nossa autoafirmação étnica. Nesse contexto, percebo que a escola exerce uma influência considerável no turismo e parece estar se preparando para apresentar ao turista a identidade Omágua-Kambeba. Ela procura mostrar ao turista o que ele deseja ver, mas com um cuidado especial para evitar estereótipos. Como a escola desempenha esse papel? Qual é o seu papel fundamental nesse contexto?

Em 2015 como temos muita vista na escola, se precisa de agente para fazer uma palestra e mostrar nosso trabalho. Então pensamos, eu, o Tomé e o Arnaldo, em fazer um projeto pedagógico voltado para o turismo na escola. Por que isso faz parte de trabalharmos a conscientização de alguns que não conheciam os povos indígenas, e até mesmo mostrar como nós vivemos na atualidade, com sua cultura, costumes, essa interculturalidade entre indígena e não indígena. E aí começou um processo educativo. Por que hoje, quando o navio vem pra cá, porque precisam que eu faça uma palestra. Ela tem que acontecer, pois os guias me pedem também, falam que os turistas precisam de uma palestra sobre os povos indígenas. Então a escola passa por um processo de educar os visitantes que não conhecem ou não respeitam os povos indígenas. Essa responsabilidade não é só minha como diretor de escola como os professores, os próprios alunos, e para isso também que fortalecemos a identidade. Por que a parte que a identidade dele é fortalecida, onde ele não sinta vergonha de ser indígena ele está mostrando para o não-indígena, e diz não, eu sou inteligente, sou capaz, sou potente, eu luto meu povo. E nós pesquisadores indígenas, eu e você. E vejo que mostramos que temos até mais potencial sobre a educação intercultural do que o não indígena, pois eles não nos conhecem, e nós estamos lutando para conhecer os conhecimentos deles e fazer uma interação com o nosso. Hoje a escola Kanata é isso. É uma instituição educativa para o turismo. (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim em 02 de junho de 2023).

Considerando a abrangência da escola Omágua-Kambeba e seu papel na interação com o turismo, é fundamental destacar como essa dinâmica é apoiada na cultura, tornando-

se um campo importante para compreendermos nossa movimentação étnica. Assim, uma análise desse contexto revela a complexidade das relações entre a escola, o turismo e a promoção da cultura Omágua-Kambeba.

Ademais, a escola atua como um instrumento da comunidade, organizando de maneira mais objetiva a expressão da cultura por meio de projetos pedagógicos. Desse modo, torna-se um espaço cultural tanto para os Omágua-Kambeba quanto para os turistas.

Além disso, é vital adotar uma abordagem cuidadosa na apresentação da cultura Omágua-Kambeba aos turistas, evitando estereótipos. Dessa forma, podemos garantir uma representação autêntica e respeitosa. O projeto pedagógico elaborado por Raimundo, Tomé e Arnaldo reflete um esforço etnopolítico de conscientização e educação. Ao oferecer palestras e atividades voltadas ao turismo, a escola não apenas atende às expectativas dos visitantes, mas também desempenha um papel educativo importante. Desse modo, contribui para quebrar preconceitos e promover a compreensão mútua entre indígenas e não indígenas.

É essencial destacar que a responsabilidade de educar os visitantes não recai apenas sobre o diretor da escola. Essa tarefa se estende a todos os professores, alunos e membros da comunidade. O fortalecimento da identidade Omágua-Kambeba desempenha um papel essencial neste processo, capacitando os membros da comunidade a se sentirem orgulhosos de sua identidade e cultura.

A interação entre a escola e o turismo não se limita apenas à exibição cultural, representa também uma oportunidade de aprendizado mútuo. Portanto, a ênfase na educação intercultural reflete a busca por uma troca de conhecimentos entre indígenas e não indígenas, enriquecendo as perspectivas de ambos os lados.

Para mais, a Escola *Kanata T-ykua*, como uma instituição educacional para o turismo, desempenha uma promoção da cultura Omágua-Kambeba e a desconstrução de estereótipos. Sua abordagem educativa e colaborativa, aliada ao uso habilidoso da tecnologia, permite que a comunidade participe ativamente na fala compartilhada com o mundo. Isso garante que sua identidade e história sejam apresentadas de maneira precisa quanto ao projeto contemporâneo de afirmação étnica.

#### 6.4. O centro social Omágua-Kambeba

É interessante apontar o papel do centro social na aldeia. Pois é um espaço estratégico como a escola. É onde acontecem as reuniões de planejamentos, assembleia, eventos governamentais, e principalmente o local de realização das festas. É nesse espaço que mostramos para o Outro a nossa etnicidade Omágua-Kambeba. É onde dançamos, cantamos, mostramos nossos grafismos; é onde se constroem e fortalecem nossas relações sociais e culturais. Em uma conversa em com Valdomiro Cruz, sobre o primeiro centro social da aldeia Três Unidos, Lara Tatiana Bonin, relata:

A explicação para o centro cultural, segundo o entendimento dos mais velhos, era para fortalecer a cultura Omágua-Kambeba, através da revitalização dos elementos do próprio povo. Como costumamos chamar hoje em dia, era importante que as crianças e os jovens valorizarem esses elementos e entendessem a importância que eles tinham. Então, para que servia aquele salão no centro cultural? Além de ser um espaço de reunião interna, servia para receber outras comunidades. Um símbolo de mostrar que eram organizados e tinham estruturas. E eles já estavam pensando no futuro, seguindo o raciocínio Omágua-Kambeba de articular as pessoas da região. (Entrevista concedida a mim em 29 de junho de 2023, por meio on line).

O centro social e cultural, embora seja um espaço separado da escola, desempenha um papel igualmente essencial na organização da aldeia Omágua-Kambeba. Conforme descrito pela pesquisadora, eu amplio esse olhar, pois além do propósito de ser o centro de revitalizar elementos culturais distintos e fortalecer a identidade Omágua-Kambeba, é também o lugar que as relações interétnicas acontecem, especialmente para promover a articulação e a troca de experiências com diversos grupos. Um lugar sagrado de encantamento e captura dos potenciais parceiros e aliados da aldeia Três Unidos.

A preocupação em desenvolver um projeto que transcende as limitações da sala de aula, envolvendo a comunidade em uma coesão cultural, faz do centro social o espaço adequado dentro da aldeia. Ele representa uma abordagem holística da educação Omágua-Kambeba, integrada às demais estruturas da aldeia. Portanto, a educação não é vista apenas como um processo acadêmico isolado, mas como uma parte intrínseca da vida Omágua-Kambeba, que se entrelaça com a valorização da cultura, valores e visão de futuro.

Dessa forma, a análise enfatiza como a etnicidade é concebida e implementada na educação com um profundo senso de identidade e propósito. Ao apontar o centro social como um espaço de expressão cultural, ele se torna mais uma manifestação da pedagogia Omágua-Kambeba, enraizada na cultura, na liderança, na história e no compromisso comunitário.

Todo esse processo ocorre em um contexto de luta por direitos e necessidades básicas que são conquistados gradualmente. E estas conquistas, representadas pela escola, posto de saúde, centro social, restaurante e feira de artesanato, são sinônimo de orgulho em Três Unidos. Grande parte dessas conquistas é vista como papel fundamental da educação na aldeia. E com isso, ter uma aldeia com uma infraestrutura consolidada também são meios de atrair apoio e manifestar demonstrar que Três Unidos é muito bem organizada, o que contribui para ganhar ainda mais credibilidade.

Mostrar que era uma comunidade muito bem estruturada era algo extremamente importante para os Omágua-Kambebe. Era uma forma de mostrar para outras comunidades que eram indígenas, mas os estereótipos são inválidos, são apenas ideias sem sentido. Nós temos uma comunidade bem organizada. Lembro-me de que eles tinham muito orgulho disso. Seu Valdomiro costumava dizer, "As comunidades da região aqui, nenhuma delas tem posto de saúde, mas nós temos". Não era uma competição com outras comunidades, mas sim uma maneira de afirmar que eram capazes de lutar, de enfrentar desafios. Era uma forma de mostrar como eles conquistaram coisas através da luta, e assim a comunidade se fortalecia e se organizava por meio dessas conquistas. (Entrevista de Lara Tatiana Bonin, concedida a mim em 29 de junho de 2023).

Sobre o centro cultural, lembro-me de que ele organizou uma demonstração do que seria uma festa tradicional. Ele fez isso para mostrar como seriam as festas que as comunidades realizavam, com tambores, danças, e outras atividades. Isso era uma maneira de demonstrar a cultura para o exterior e de criar marcos culturais que ajudariam a comunidade a ser valorizada e reconhecida como uma comunidade indígena. Era uma forma de mostrar que a cultura Omágua-Kambebe era rica e merecedora de ser conhecida e respeitada. (Entrevista de Lara Tatiana Bonin concedida a mim em 29 de junho de 2023).

O orgulho da nossa comunidade Omágua-Kambebe por sua organização é evidente, e isso reflete nosso desejo de superar as expectativas convencionais em relação a uma aldeia. Quando destacamos nossas realizações, como ter um posto de saúde, não apenas procuramos nos destacar em relação às comunidades vizinhas, mas também estabelecemos um exemplo de autoafirmação e nossa capacidade de superar desafios. É uma afirmação de que, apesar das adversidades históricas, somos capazes de criar e manter uma infraestrutura que atende às necessidades da nossa comunidade. Isso delineia que para Três Unidos, que a ideia de pensar a cultura não algo puramente conservado, e sim algo dinâmico.

Por meio dessas ações, nós, Omágua-Kambebe, não apenas nos unimos como uma comunidade coesa, mas também enfrentamos o desafio de corrigir percepções

equivocadas sobre nossa identidade. Transformamos nossas conquistas e expressões culturais em um testemunho vivo de nossa força, resiliência com resistência étnica e desejo de sermos reconhecidos e valorizados como um povo com uma história, cultura e identidade únicas.

### **6.5. A importância das parcerias como projeto etnopolítico Omágua-Kambeba.**

A Aldeia Três Unidos é conhecida também por sua infraestrutura. Na área da educação, a aldeia possui duas escolas. Uma delas é a municipal, que oferece ensino do infantil ao 5º ano, e é considerada a escola da comunidade, com um corpo docente composto exclusivamente por profissionais Omágua-Kambeba. Sua estrutura segue o modelo padrão do governo federal, com seis salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, sala dos professores, sala da gestão e refeitório. Além disso, uma sala é destinada à realização de um curso de Pós-Graduação em Formação e Gestão de Projetos de Formação Docente, coordenado pelo LEPETE (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Experiências Transdisciplinares em Educação) oferecido pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA. E a outra é a Escola Estadual Samsung Amazonas, uma parceira da Fundação Amazônia Sustentável – FAS com o Estado, que oferece ensino fundamental e médio por mediação tecnológica (entenda como mediação via internet), contando com uma excelente estrutura.

Na área da saúde, a aldeia dispõe de um polo de saúde com um equipamento para o atendimento básico, além de contar com uma equipe multidisciplinar, incluindo técnicos em saúde do próprio povo.

Na economia, a maior fonte de renda é atribuída ao turismo. Como, por exemplo, o restaurante Sumimi, eleito em 2016 pelo Consulado da Mulher (Ação social da Cônsul) como um dos melhores empreendimentos liderados por mulheres indígenas. Além disso, estabelece fortes parcerias com restaurantes de renome, como o restaurante do Dedé. O Sumimi trabalha a etnicidade por meio da culinária, divulgando pratos tradicionais que ganharam relevância no cenário nacional, como a *pupeka* e o *fan*<sup>23</sup>. Há duas pousadas que, embora sejam iniciativas individual, têm um caráter coletivo. O centro de venda de artesanato, conhecido como o shopping da aldeia, é relevante para a aldeia, pois foi uma iniciativa da comunidade a construção do espaço. Em 2022, com apoio de uma empresa de seguro Medlife,<sup>24</sup> e seus parceiros foi construído um centro com estrutura acessível para

---

<sup>23</sup> Fani é uma comida tradicional dos Omágua-Kambeba, feita com peixe salgado e macaxeira ralada.

<sup>24</sup> Ver mais informações em <https://pt.wikipedia.org/wiki/MetLife>

as famílias da comunidade. No esporte, destacam-se dois atletas de arquearia de alto nível que representam o Amazonas e o Brasil em competições nacionais e internacionais, bem como atletas de canoagem com excelentes resultados. É importante destacar que essas modalidades esportivas ganharam visibilidade por meio dos projetos societários da escola.

Cito estas atividades e parcerias como conquistas etno políticas dos Omágua-Kambeba, por terem habilidade diferenciada de articulação de seus interesses a interesses dos não-indígenas. As lideranças costumam afirmar: “Nossa luta é diferente. Não costumamos invadir prédios públicos nem apontar armas para autoridades. Tudo o que conquistamos aqui foi através de diálogo, negociação e paciência.” Os Omágua-Kambeba de Três Unidos têm uma abordagem única de fazer política, envolvendo as instituições para torná-las parceiras ou aliadas. A aldeia estabelece pontes com o que chamamos de “amansar o branco”, o que destaca ainda mais a explicação durante a conversa que tive com o Professor Raimundo sobre o tema.

Vejo que isso é muito importante, seja interno, quanto externo. Essa coletividade. Hoje vejo que a escola Kanata, a Aldeia Três Unidos, o povo Omágua-Kambeba, é bem aberta para receber parcerias, mas que seja aquela parceria que seja do nosso jeito, que não nos prejudique, ou seja contra os nossos parceiros também. E que temos a intenção que venha fazer coisas boas pra nós. Que nos respeite, nos valorize, e saber que o povo Omágua-Kambeba existe, mas existe com seu projeto de vida que eles querem desenvolver tanto para saúde, sustentabilidade, educação, valorização, terra, tudo é importante. (Entrevista concedida a mim em 02 de junho de 2022).

No que diz respeito às parcerias, o Professor Raimundo descreve questões que analiso como perfis de parceiros da aldeia. Apontando que o fato que a construção dessas relações não se dá aleatoriamente, e sim uma relação planejada onde os interesses devem convergir, principalmente com o projeto de vida do povo.

Com base em minha pesquisa de Graduação em 2020, fiz um quadro com as instituições que fazem parte das relações da comunidade, visto que na atualidade esse quadro já aumentou, mas a ideia aqui é apresentar as relações que são construídas e como elas têm um papel na vivência da aldeia.

#### **TABELA 1 – AMOSTRA DA RELAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE TRÊS UNIDOS**

---

<b>RELIGIÃO/ MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Igreja Católica	Realiza batizado, casamento, formação bíblica social.	Os batizados e casamentos acontecem nos festejos, mas realizam visitas na aldeia de 3 em 3 meses.
Jovens Com Uma Missão (Jocum)	Realiza celebração. Faz visita na feira de artesanato. E faz Formação bíblica.	Suas visitas são duas vezes ao ano. Compram artesanatos
Igreja Assembleia de Deus	Realiza culto	Tem uma boa relação com a comunidade, e realiza atendimento médico duas vezes ao ano.
Associação Espírita	Realiza ajuda humanitária e realiza culto. Realiza estudos com as crianças	Acontece uma vez ao ano. Também conhecida como papai noel e faz doação de alimentos e brinquedos.
Visão Mundial	Realiza atendimento médico, psicológico, odontológico e realiza cultos.	As atividades são realizadas semestralmente.
Igreja presbiteriana	Realiza ajuda humanitária, culto. Formação de um coral de jovens	Doação de alimentos, roupas e premiação em data comemorativa durante três vezes ao ano.
Movimento indígena	Atividade	Observação
Fórum de Regional de Educação Escolar Indígena do Amazonas – FOREEIA	Realiza formação política. Luta pela garantia dos direitos, principalmente educação e saúde.	A aldeia mantém pouco contato.
Coordenação das Organizações Indígena da Amazônia – COIAB	Formação sociopolítica.	A relação com a Coiab é mínima há mais de 7 anos.
ONGs	Atividades	Observações
Fundação Amazonas	Apoia projetos de	O empreendedorismo é

Sustentável - Fas	<p>geração de renda como a construção do restaurante Sumimi, construção da casa de reciclagem, projeto de arquearia, canoagem, projeto repórteres da floresta, culinária, incentiva o turismo, articula parceria com empresas privadas como o Bradesco apoiou na construção e manutenção da escola estadual Samsung Amazonas. Realização de curso técnico em informática, gastronomia e motorista fluvial.</p>	<p>umas das ações que a Fundação da Amazônia Sustentável concentrou seus esforços, com isso surgiu o restaurante Sumimi que é composto apenas por mulheres. Com apoio da Fundação Três jovens se tornaram atletas de arquearia onde dois fazem parte da seleção brasileira de arquearia. O projeto Repórteres da floresta forma jovens para a profissão de repórter. Com a construção da escola Sansung muitos jovens tiveram a oportunidade de concluir o ensino médio. A aldeia é vista como referência das ações da Fas.</p>
<b>Organizações governamentais</b>	Atividades	Observações
Fundação Nacional do Índio – FUNAI	Reconhecimento da terra Omágua-Kambebe de Três Unidos.	A comunidade mantém pouca relação com a FUNAI
Secretária Municipal de Educação de Manaus- SEMED	<p>Contrata os professores indígenas. Reconhece a proposta de ensino da escola indígena. Formação de professores Merenda escolar. Material escolar. Transporte escolar</p>	<p>A relação da comunidade com a Semed Manaus vem desde 2002. Com muita luta as parcerias foram se fortalecendo. Vale ressaltar que para solucionar as problemáticas com essa instituição a comunidade sempre usou a negociação e o diálogo.</p>
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA	Assistência à saúde com Imunização das casas.	Existe na comunidade um agente de endemia que

	Combate às doenças endêmicas. Atendimento médico (clínico geral)	realiza exames sobre as doenças.
Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF	Construção e reforma de escola.	Construção e manutenção da escola e gerador de luz
Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMA	Formação de artesão. Curso para a produção de artesanato. Incentivo ao turismo.	A comunidade tem uma boa relação, pois em momentos de eventos dispõem de local para as reuniões. E a formação de artesãos profissionais. Também faz o reconhecimento das pousadas.
Prefeitura Municipal de Manaus	Executa os projetos de construção de escola. Instalação da rede elétrica e grupo gerador. Assistência com gasolina e diesel.	Em 2013 inaugurou a escola indígena Kanata T-ykua com duas salas de aulas, uma biblioteca e um centro de mídia.
Secretaria Estadual de Educação - SEDUC	Contratam professores, serviços gerais e transporte de alunos.	Apoia a escola Sansung com o contrato de professores e merenda escolar.
Sistema estadual de Unidade de Conservação - SEUC	Realiza monitoramento de valorização do meio ambiente.	A aldeia, em muitos casos, é utilizada como base de monitoramento.
Secretaria de Saúde Indígena - SESAI	Assistência médica. Contrata técnico de saúde, odontólogo, médico, agente indígena de saúde, agente de saneamento básico e nutricionista. Formação de agentes indígenas Construção de polo-base	Os técnicos, agentes de saúde e agentes de saneamento básico são indígenas da comunidade. Realizam atendimentos básicos e palestras de prevenção. Também disponibiliza transporte e combustível. Para o acompanhamento das ações existe o conselho local de saúde composto por indígena.
Gerência de Educação	Realiza assessoramento	Faz o acompanhamento

Escolar Indígena- GEEI	da escola: projeto político pedagógico, projetos, projetos escolares.	mensalmente com os professores Omágua-Kambeba.
------------------------	---	--

FONTE: (CRUZ, 2021, p. 31)

## 6.6. Três Unidos como referência etnopolítica para outros Omágua-Kambeba

A relação da aldeia Três Unidos com outras aldeias Omágua-Kambeba diz respeito ao seu reconhecimento como referência etnopolítica no contexto contemporâneo das relações interétnicas. Por isso, faço a pergunta ao professor Raimundo:

- “Professor, como você enxerga o trabalho da aldeia Três Unidos em relação à identidade? ”

Sinto-me extremamente feliz ao ver os professores Omágua-Kambeba de outras aldeias me procurando, buscando esclarecimentos e tirando dúvidas. Isso me enche de satisfação, pois o povo Omágua-Kambeba do Rio Negro está servindo como referência para outras comunidades. Quando testemunho parentes Omágua-Kambeba se autoafirmando, sinto-me muito bem. Eles estão se sentindo fortalecidos, e isso é resultado do trabalho que teve início aqui.

Recentemente, parentes de Coari entraram em contato comigo, e é gratificante perceber que o povo Omágua-Kambeba está crescendo com uma identidade fortalecida. As referências que eles têm nas escolas Omágua-Kambeba aqui no Amazonas tiveram origem a partir desse esforço inicial. Sempre enfatizo aos professores que precisamos executar um trabalho bem feito, porque somos considerados referência. Agradeço pelo reconhecimento de todos os professores Omágua-Kambeba aqui no Amazonas. . (Entrevista de Raimundo Cruz Da Silva concedida a mim 02 de junho de 2023).

Todo o trabalho da aldeia Três Unidos em relação à cultura tem sido notável e inspirador para os demais Omágua-Kambeba. Através dos esforços comunitários, acompanhado de a escola, na busca pela referência de ancestralidade, a comunidade Omágua-Kambeba de Três Unidos vem construindo e fortalecendo sua identidade de maneira significativa. Ao mesmo tempo em que se autoafirma etnicamente, a comunidade de Três Unidos constituiu seu reconhecimento como agente etnopolítico com habilidades interétnicas em garantir os direitos indígenas.

A atitude de felicidade e satisfação expressa pelo Professor Raimundo, ao ver os professores Omágua-Kambeba de outras aldeias buscando orientação e esclarecimentos, é indicativa da transformação positiva que está ocorrendo. A aldeia Três Unidos está servindo como um farol de orientação e inspiração para outras comunidades.

O fato de que os parentes Omágua-Kambeba de diferentes regiões estão se aproximando, buscando orientação e se sentindo fortalecidos em sua identidade é evidência do impacto do trabalho da aldeia Três Unidos. Indica que a aldeia não está

apenas focada em fortalecer sua própria identidade, mas também está desempenhando um papel etnopolítico ativo muito importante no campo das relações interétnicas contemporâneas, incentivando outras comunidades a fazer o mesmo.

Nesta questão, torno-me um dos principais interlocutores, com autoridade para falar sobre o assunto, graças à minha própria história pessoal. Aprendi sobre a língua Omágua-Kambeba, danças e músicas em Três Unidos, conhecimentos que foram amplamente valorizados no Médio Rio Solimões. Esse reconhecimento abriu portas para eu ingressar na docência de ensino bilíngue nas aldeias Betel, no município de Tefé, e Jaquiri, no município de Uarini. Esse trabalho resultou no fortalecimento da língua Omágua-Kambeba, grafismos e danças em grupos que se identificam como Omágua-Kambeba, mas que anteriormente não tinham conhecimento da língua. Cito aqui a fala de umas das lideranças Omágua-Kambeba do Médio Rio Solimões, em uma reunião sobre cultura Kambeba na aldeia Betel, município de Tefé: “Quando não sabíamos, sentíamos como almas-perdidas. Precisávamos de algo que nos afirmasse e mostrasse nossa verdadeira identidade. E a aldeia e os Omágua-Kambeba de Três Unidos nos inspira.”

Através desse trabalho, novos professores da cultura Omágua-Kambeba estão disseminando esse conhecimento. Desde então, os movimentos culturais têm ganhado força. Da mesma forma, ocorreu com os vestuários, *caparas* e grafismos revitalizados por Três Unidos, que foram adotados por todas as aldeias Omágua-Kambeba do Médio Rio Solimões e que agora representam uma parte fundamental da sua identidade.

No entanto, do meu ponto de vista, essa relação também estabelece dinâmicas de poder centralizadas entre as aldeias. O protagonismo dos Três Unidos é considerado uma autoridade de legitimação do que é ou não cultura Omágua-Kambeba. Isso leva os mais velhos de Três Unidos a afirmar, com orgulho, que são “os verdadeiros Omágua-Kambeba”.

Portanto, enfatizar a realização de um trabalho de qualidade e a conscientização sobre o papel que Três Unidos desempenha em relação às outras aldeias são fundamentais. Os agradecimentos vindos de outros professores Omágua-Kambeba do Alto e Médio Rio Solimões também podem ser interpretados como uma forma de resistência e um compromisso contínuo da aldeia Três Unidos em liderar um movimento cultural do povo Omágua-Kambeba. Essa ação de Três Unidos é um evento importante dentro de uma estrutura mais ampla da etnicidade do povo Omágua-Kambeba.

## 7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados etnográficos a partir de um contexto intercientífico, analisei a dinâmica da aldeia em relação à etnicidade Omágua-Kambeba em um contexto interétnico de luta por direitos. Utilizei os principais eventos da educação escolar indígena da aldeia como referência para analisar a constituição desse processo. Tendo em vista as conexões dessa temática com outras agências da aldeia, integrei nos textos outras áreas, como eventos relacionados à saúde, turismo, centro social e as tecnologias de informação e comunicação.

Acerca dos fatos analisados, a etnicidade Omágua-Kambeba é o resultado de um processo tradicional que otimiza aspectos da cultura às condições e interesses da comunidade no contexto de relações interétnicas. Neste sentido, a “captura da escola” é para maximizar elementos da identidade e alteridade numa linguagem universal. Além de expressar o que já é vivido na aldeia, a pedagogia da escola potencializa os símbolos adormecidos para a construção de um sentimento de pertencimento Omágua-Kambeba de forma planejada. Ou seja, a etnicidade permite acessar direitos e bens contemporâneos, ao mesmo tempo em que reconstrói resistência frente as políticas históricas de extermínio cultural. Este é o fazer etnopolítico dos Omágua-Kambeba a partir da analogia com a cobra-grande.

Ao observar os dados históricos, desde o Médio Rio Solimões até Três Unidos, no Baixo Rio Negro, a luta pelo território tem sido a principal pauta de lutas do povo Omágua-Kambeba. Essa é uma afirmação constante entre os pesquisadores que dedicaram estudos a essa área. No entanto, como membro do povo Omágua-Kambeba e, ao mesmo tempo, pesquisador, venho observando que antes do evento da luta pela terra, a busca pela afirmação étnica é um evento que marcou a história do nosso povo em Três Unidos. E, por isso, a cultura está diretamente conectada com o território. Essa afirmação é refletida diversas vezes pelos interlocutores desta pesquisa.

Diante disso, analisei a cultura na perspectiva do povo e percebi que a etnicidade nessa relação interétnica é mais acentuada em resposta a processos históricos da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, no entanto, vai além de uma ação direcionada, é parte de um processo tradicional, onde se afirmar a identidade a parte da diferença.

Para ofertar a terra, o Estado Brasileiro estabeleceu normativas para o reconhecimento oficial dos indígenas sobre a terra. As primeiras definições de território

influenciaram diretamente a legislação atual de reconhecimento, especialmente as políticas de integração e redução do território, que visavam à assimilação dos povos à sociedade nacional. A cultura era um elemento crucial neste processo, pois, de acordo com as primeiras normativas, a cultura era e é um requisito essencial para garantir a terra. No entanto, sem cultura, não haveria terra. Isso significava que apenas alguns teriam direito à terra, enquanto a grande maioria seria negada.

Portanto, a cultura moldada a partir da perspectiva do Estado, também era uma maneira de negar direitos no futuro. Em resposta a essa abordagem, surgiu um movimento pró-cultura. Assim, o mesmo critério usado para suprimir direitos tornou-se o elemento principal na retomada das terras indígenas e na afirmação étnica dos territórios, e a etnicidade tem sido eficaz nesse processo. Parafraseando Poutignat e Streiff-Fenart em termos mais simples, a identidade étnica não é algo que uma comunidade define apenas por si mesma. Ela é moldada tanto pela forma como a própria comunidade se enxerga quanto pela maneira como é vista por outras pessoas de fora. Essa relação entre a definição em contexto étnico específico e em contexto interétnico da identidade étnica torna a etnicidade um processo em constante transformação, que está sempre sujeito a ser redefinido e reconfigurado.

Para isso, as experiências de afirmação étnica da Aldeia Três Unidos têm se apresentado exemplar quanto à complexidade da dimensão étnica. Neste trabalho, destaquei o papel da educação, mas ela é apenas um dos instrumentos que fazem a estrutura funcionar. A etnicidade é uma rede composta por diversos mecanismos, que atua em diversos campos de poder como saúde, turismo, redes sociais, centro social, restaurante, espiritualidade, entre outros. Para cada uma dessas esferas há uma agência da cultura que são ativados em contextos que lhes são necessários.

A organização étnica da aldeia Três Unidos tem mobilizada uma imagem de indígena que pode ser entendida como uma performance, não no sentido de atuação teatral (o que é comum receber críticas), mas como uma dinâmica da cultura Omágua-Kambeba que vem se resignificando e moldando as relações. Isso ocorre seja para mitigar conflitos, acessar políticas sociais com o Estado nacional ou organizações não governamentais, ou mesmo para desafiar as afirmações de que os Omágua-Kambeba estavam extintos. Nesse último, como oposição, descrita por Roberto Cardoso de Oliveira (1972, p.6) (...) a identidade étnica ela se afirma "negando" a outra identidade, etnocentricamente visualizada".

Com esta movimentação a mais de trinta anos, aquele grupo de pessoas que se autoafirmaram pertencer ao povo Omágua-Kambeba têm hoje seus filhos e netos

expressando orgulho étnico de ser Omágua-Kambeba, conhecendo sua história e que reconhece viver sua tradição. Falam a língua Omágua-Kambeba, andam com as roupas e grafismo, tem suas memórias escritas, danças, a espiritualidade, um movimento de reativação de mundo. Essa busca e fortalecimento das tradições por parte dos Omágua-Kambeba de Três Unidos vem sendo referência para o movimento cultural em outras comunidades. Tal afirmação responde à problematização: até que ponto ressignifico os espaços de poder e até que ponto eu me ressignifico?

Um exemplo claro é a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação. Se antes vistas como uma problemática, hoje tornam-se um dos principais elementos de afirmação da identidade e divulgação da cultura Omágua-Kambeba, colocando os jovens como interlocutores da sua aldeia e criando redes de relações que ampliam a agenda indígena. Um exemplo disso é a incidência no mundo virtual dos Omágua-Kambeba por meio da linguagem da moda, onde as roupas e grafismos ganham destaque. Isso traz visibilidade e a oportunidade de ocupar instituições privadas. São questões que merecem melhor atenção, porém, é importante alertar para que essa etnicidade protagonizada por Omágua-Kambeba não seja utilizada para mascarar interesses particulares das instituições. No todo, a ocupação desses espaços digitais possibilita ainda mais a presença indígena nos espaços de poder.

Finalizando, destaco que as análises aqui apresentadas não querem dizer que há uma autonomia política absoluta dos Omágua-Kambeba de Três Unidos no campo de poder das relações interétnicas. O que minha pesquisa etnográfica trouxe para análise foram dados que demonstram a nossa agência etnopolítica de sustentar nossos interesses e direitos como Omágua-Kambeba em situações assimétricas de poder.

## 8.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

**BOURDIEU, Pierre.** Coisas Ditas. Tradução Cassia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; Revisão técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: [\[https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Coisas-ditas.pdf\]](https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Coisas-ditas.pdf).

Acessado em: 10 de mai. 2022.

**CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.** “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”. In: Antropologia do Brasil. São Paulo: Nankin, 1986, p. 97-108. Disponível em: [\[\(PDF\) Texto CUNHA Manuela Carneiro Etnicidade da cultura residual mas irreduzível | Allan Terrabuio – Academia.edu\]](#). Acessado em 23 de mai. 2022.

**FAULHABER, Priscila.** Identidade de Populações e Delimitação de Território - Uma Abordagem em Antropologia Política. Relatório de Pesquisa. Museu Goeldi. Belém, Março de 1996.

**LUCIANO, Gersem José dos Santos.** Educação para o Manejo do Mundo: Entre a Escola Ideal e a Escola Real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013. 229 p.

**MAUSS, Marcel.** (1925). A Dádiva: Formas de economia primitiva. Em Sociologie et Anthropologie (pp. 1930). Paris: Presses Universitaires de France. Disponível em: [\[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss\\_m\\_ensaio\\_sobre\\_a\\_dadiva.pdf\]](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf).

Acessado em 20 de dez. 2022.

**SILVA, Márcia Vieira da.** Reterritorialização e Identidade do Povo Omágua-Kambebe na Aldeia Tururucari-Uka. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2012. Disponível em:

<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3978/2/Disserta%20a7%20a3o%20-%20M%20%20a1rcia%20Vieira%20da%20Silva.pdf>. Acessado em 06 dez. 2022.

**OLIVEIRA, João Pacheco.** “O Efeito ‘Túnel do Tempo’ e a Suposta Inautenticidade dos Índios Atuais”. In: COHN, Clarice. (org.). O Diálogo dos 500 anos - Brasil-Portugal – Entre o Passado e o Futuro. Rio de Janeiro: EMC, 2001, v. , p. 247-286. Disponível em:

[[https://jpoantropologia.com.br/pt/tipo-de-livro/capitulos-de-livros/.](https://jpoantropologia.com.br/pt/tipo-de-livro/capitulos-de-livros/)]. Acessado em: 02 de ag. 2022.

**OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.** O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000. 220 p. Disponível em: [[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1064644/mod\\_folder/content/0/Textos%20-%20aula%2010/OLIVEIRA%2C%20Roberto%20Cardoso%20de.%20O%20trabalho%20do%20antropologo%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1064644/mod_folder/content/0/Textos%20-%20aula%2010/OLIVEIRA%2C%20Roberto%20Cardoso%20de.%20O%20trabalho%20do%20antropologo%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1)]. Acessado em: 20 de mai. 2022.

**OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.** Título: Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. 118 p.

**POUTIGNAT, Philippe; STTEIFF-FENART, Jocelyne.** Teoria da Identidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de **Frederik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Disponível em: [<https://wp.ufpel.edu.br/gpcie/files/2018/04/2-BARTH-Fredrik.-Os-grupos-%C3%A9tnicos-e-suas-fronteiras.pdf>].

**RAMOS, Alcida.** O Índio Hiper-Real. Disponível em: [<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/K1D00051.pdf>]. Acessado em: 30 de jul. 2022.

REVISTA MARGEM FAC C S puc, Sp. “Memória e Temporalidade: Diálogo Entre **Walter Benjamin e Henri Bergson**”. 1990. Disponível em: [<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3912/1/Silvia%20Helena%20Simoes%20Borelli.pdf>]. Acessado em: 25 de fev. 2022.

**RIVERA CUSICANQUI, Silvia.** “Etnicidad Estratégica, Nación y (neo) Colonialismo en América Latina”. Alternativa. Revista de Estudios Rurales, v. 3, n. 5, 2013. Disponível em: [[https://www.semanticscholar.org/paper/ETNICIDAD-ESTRATE%CC%81GICA%2C-NACIO%CC%81N-Y-\(NEO\)COLONIALISMO-Cusicanqui/1454966f714ee50dd9874f881733f5db9d255470](https://www.semanticscholar.org/paper/ETNICIDAD-ESTRATE%CC%81GICA%2C-NACIO%CC%81N-Y-(NEO)COLONIALISMO-Cusicanqui/1454966f714ee50dd9874f881733f5db9d255470)]. Acessado em 10 de jan. 2022.

**WEBER, Ingrid.** Um Copo de Cultura: os Huni Kuin (Kaxinawá) do Rio Humaitá e a Escola. Rio Branco: EDUFAC, 2006. 255 p.

**CRUZ, Mario dos Santos.** A escola Kanata T-ykua e as Histórias orais do povo Omágua-Kambeba da comunidade Três Unidos: afirmação da identidade. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Formação de Professores Indígenas, Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Departamento de Educação Escolar Indígena, 2021.

**TEIXEIRA, Tharyn Machado; CRUZ, Mario dos Santos.** A experiência e os desafios do turismo na Comunidade Indígena 'Três Unidos' do Povo Omágua/Kambeba. In: **FROIS, Rafael; COSTA, Kênia** (Org.). Lazer, Turismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia Legal: Notas Introdutórias para um Diálogo Interdisciplinar. 2021. p. 60-85.

## 9. APÊNDICE



Figura 1 -Professor Raimundo Kambeba em reunião comunitária sobre fortalecimento da cultura.  
Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 2 - Projeto societário da aldeia com o tema a canoa Kambeba. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 3: - Reunião escola para escolha do projeto societário sobre as história do povo: Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 4 - Diamantina Cruz contando história na escola como forma de valorização das memórias do povo. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 5 - Reunião comunitária sobre formação de jovens lideranças. Foto : Mario dos Santos Cruz



Figura 6 - Tainara Kambeba em oficina sobre o histórico do povo. Foto; Mario dos Santos Cruz



Figura 7 - Encontro de panela, uma prática de socialização e fortalecimento da culinária do povo. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 8 - Restaurante das mulheres Kambeba. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 9 - Apresentação de danças tradicional para um evento turístico. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 10 -Apresentação da dança da curupira. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 11 - Centro de venda de artesanato. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 12-Danças Kambeba. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 13- Apresentação das danças tradicional em cerimonia de agradecimento aos parceiros da aldeia. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 14 - Palestra educativa para os visitantes: Raimundo falando o processo histórico dos povos indígenas e a contemporaneidade. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 15 - A escola Omágua-Kambebe aliando a luta do movimento indígena como parte do processo formativo dos alunos. Foto: Mario dos Santos Cruz



Figura 16 - Tainara Kambeba participando da Cop 26. Foto: Tainara Kambeba



Figura 17: Valdomiro Cruz e Assenciona, patriarca do povo Omágua-Kambeba. Foto: Iara Tatiana Bonin